

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ELIANA TERRA BARBOSA

**REDES DE BIBLIOTECA ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO:
ESTUDO DE CASO DA REDE DE VILA VELHA**

VITÓRIA - ES
2021

ELIANA TERRA BARBOSA

**REDES DE BIBLIOTECA ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO:
ESTUDO DE CASO DA REDE DE VILA VELHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Dra. Gleice Pereira

VITÓRIA - ES
2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B238r Barbosa, Eliana Terra, 1975-
Redes de biblioteca escolar no Espírito Santo : estudo de caso
da rede de Vila Velha / Eliana Terra Barbosa. - 2021.
156 f. : il.

Orientadora: Gleice Pereira.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Bibliotecas escolares. 2. Bibliotecas - redes de informação.
3. Bibliotecas - cooperação. 4. Bibliotecas e educação. 5.
Bibliotecários escolares. I. Pereira, Gleice. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 001

ELIANA TERRA BARBOSA

**REDES DE BIBLIOTECA ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO:
ESTUDO DE CASO DA REDE DE VILA VELHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Aprovada em 29 de junho de 2021.

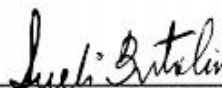
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Gleice Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Marta Leandro da Mata
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna



Prof.^a Dr.^a Sueli Bortolin
Universidade Estadual de Londrina
Examinadora Externa

À minha família e amigos por sempre estarem ao meu lado me apoiando e dando forças para prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Na concretização do sonho de realizar o Mestrado, muitas pessoas foram fundamentais e presentes nessa jornada, acompanhando meu progresso nos momentos de superação e resiliência. Quero honrar a todos e todas que, direta ou indiretamente, estiveram comigo desde a concepção inicial do tema, do processo seletivo, das aulas, da tessitura do texto até chegar a este produto final.

Meus agradecimentos iniciam ao meu Deus, que me deu a vida, sabedoria e que me permitiu alcançar mais esta vitória. Em todos os momentos em que pensei que não iria dar conta, Ele me sustentou e me carregou no colo.

Ao meu esposo, Anselmo, que foi meu companheiro de todas as horas, dando-me suporte, força e incentivo para não esmorecer. Às minhas filhas, Sara e Mariana, que muitas vezes entenderam que mamãe não podia dar a atenção que mereciam. Minha jornada para chegar até aqui foi extremamente difícil e, sem o apoio, paciência e compreensão de vocês, não teria conseguido. Todo meu amor e gratidão aos três!

Aos meus pais, Izaias e Mariza, que são minha base, suporte emocional e espiritual. Gratidão pelo amor incondicional e renúncias diárias. Vocês sempre me incentivaram a estudar e nunca desistir. Às minhas irmãs, Ana e Elisangela, que contribuíram nas trocas de experiências acadêmicas e vibraram a cada vitória conquistada.

Quero expressar gratidão à minha professora orientadora, Dra. Gleice Pereira, que não só me orientou, mas também foi um anjo que Deus colocou em minha vida, que se tornou amiga, conselheira e me deu suporte nos momentos difíceis pelos quais passei. Profissional que soube me conduzir com tanto zelo ao longo do período de investigação, sempre me provocando a ir além e indicando os caminhos assertivos. Gratidão pela disponibilidade em me atender nas reuniões de orientação, à noite, finais de semana e feriados e sempre ágil com as devolutivas.

Aos coordenadores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, que abriram portas e caminhos para a implantação do programa. Aos professores pela acolhida, horas de aprendizagem, pelas informações compartilhadas e conhecimentos transmitidos. Tenho orgulho em dizer que faço parte da história do PPGCI como aluna da primeira turma. Aos colegas do mestrado pelo companheirismo, discussões saudáveis e pelos momentos de descontração acompanhados do bom café.

Agradecimento especial aos profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha que me impulsionaram e me apoiaram nesse desafio. Destaco o secretário municipal de Educação, Roberto Beling, os bibliotecários e professores que fizeram parte da pesquisa, revelando seus universos pessoais e profissionais. A Aline Reis e Ariane Callott que mais de perto acompanharam meu percurso e dividiram comigo a sala de trabalho, as angústias, tristezas, alegrias e vitórias. Vocês foram fundamentais nesta conquista. Sou grata à Dra. Laura Coutinho que me aconselhou e me desafiou a prosseguir. A todos vocês meu muito obrigada por juntos construirmos a história da rede de biblioteca escolar de Vila Velha.

Às amigas Gaby e Jussara juntamente com suas famílias que, desde o início deste trabalho, me auxiliaram dando suporte à minha família nos momentos de minha ausência. Estendo o agradecimento a todos os amigos e irmãos pelo apoio, torcida e encorajamento que me deram. Vocês foram fundamentais nesta travessia.

Às professoras integrantes da Banca Examinadora de qualificação e defesa, Marta Leandro da Mata e Suely Bortolin, pela leitura atenta, apontamentos precisos, críticas pertinentes neste estudo, norteando o rumo a seguir. Às professoras Meri Nadia Marques Gerlim e Maria das Graças Castro pela gentileza em aceitar o convite e me honrar em compor a banca de defesa desta pesquisa.

Minha gratidão a todos que participaram da minha vida e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional no decorrer deste período.

Da imortalidade da palavra

Palavra não se quebra
Não perde a linha
Não enverga

Palavra não se rasga
Não perde o ponto
Excita e deixa marca

Palavra não se corta
Não perde o prumo
Mantém-se viva, depois de morta

Palavra não se perde, permanece
Esparrama, espalha e cresce.

Horácio Xavier (2019)
Presidente da Academia de Letras de Vila
Velha – ES.

RESUMO

Este estudo busca compreender as mudanças que vêm ocorrendo nas bibliotecas escolares, mas especificamente as formas de atuação conjunta articuladas em redes, trazendo consigo características modernas e inovadoras para o ambiente educacional. No contexto brasileiro, a temática rede de biblioteca escolar é pouco explorada. Porém, nota-se que, no âmbito da Ciência da Informação e na história da Biblioteconomia, nos últimos dez anos, de forma gradativa, o tema tem ganhado mais adeptos entre os pesquisadores da área, aguçando a busca por uma compreensão mais sólida de como se dá essa nova forma de atuação das bibliotecas nas esferas dos sistemas de educação. Dentro dessa perspectiva, o objetivo principal foi analisar a formação e configuração das redes de biblioteca escolar no Estado do Espírito Santo em suas dimensões organizacional e pedagógica, assim como compreender de que forma essas redes podem indicar o fortalecimento e a qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem. A metodologia de pesquisa adotada foi de cunho exploratório e documental. A análise dos resultados com abordagem qualitativa e o estudo de caso da rede de biblioteca escolar municipal de Vila Velha/ES foram estabelecidos a partir do mapeamento das bibliotecas no Estado. Os eixos norteadores e pilares para o delineamento e as configurações identitárias de uma rede biblioteca nas dimensões organizacional e pedagógica, foram evidenciados com base no referencial teórico (OLIVER, 1990; NOHRIA, 1992; KLIJN; KOPPENJAN; TERMEER, 1995; MIGUELETTO, 2001, CASTELLS, 2006; CARVALHO, 2017) e nos documentos na área da Biblioteconomia e Educação. Na discussão dos resultados da pesquisa, foi possível verificar que um dos principais sucessos da constituição da rede é a articulação, pois estabelece ações comunicativas e dialógicas, voltadas à cooperação entre as equipes, e apresenta ações referentes à efetividade dos produtos e serviços de qualidade à comunidade escolar. A partir disso, a rede promove o empreendedorismo interno e externo para as bibliotecas, bibliotecários e comunidade em geral. Com base nos resultados, conclui que, quando há o estabelecimento de uma coordenação central na sede da Secretaria de Educação, percebe-se a representação significativa nas atividades educacionais, fortalecendo ações que reverberam em todas as bibliotecas, dando visibilidade e reconhecimento ao profissional, além de potencializar reivindicações de melhoria

nas estruturas físicas das bibliotecas e de renovação do acervo. O estudo constata que a rede de Vila Velha, ano após ano, vem se consolidando com a constituição de documentação legal e cumprimento das legislações na área da Biblioteconomia e da Educação.

Palavras-chave: Rede de biblioteca escolar de Vila Velha/ES. Coordenação de redes de bibliotecas. Redes de cooperação e colaboração bibliotecária. Rede organizacional e pedagógica. Gestão em biblioteca escolar.

ABSTRACT

This study seeks to understand the changes that have been taking place in school libraries, but specifically the forms of joint action articulated in networks, bringing with them modern and innovative characteristics in the educational environment. In the Brazilian context, the theme of the school library network is little explored. However, it is noted that, in the field of Information Science and in the history of Library Science, in the last ten years, the theme has gradually gained more followers among researchers in the area, sharpening the search for a more solid understanding of how this new form of action of libraries takes place in the spheres of education systems. Within this perspective, the main objective was to analyze the formation and configuration of school library networks in the State of Espírito Santo in their organizational and pedagogical dimensions, as well as to understand how these networks can indicate the strengthening and qualification of libraries as significant learning environments. The research methodology adopted was exploratory and documentary. The analysis of the results with a qualitative approach and the case study of the municipal school library network in Vila Velha/ES were established from the mapping of libraries in the state. The guiding axes and pillars for the delineation and identity configurations of a library network in the organizational and pedagogical dimensions were evidenced based on the theoretical framework (OLIVER, 1990; NOHRIA, 1992; KLIJN, KOPPENJAN, TERMEER, 1995; MIGUELETTO, 2001, CASTELLS, 2006; CARVALHO, 2017) and in documents concerning Library Science and Education. In the discussion of the research results, it was possible to verify that one of the main successes of the constitution of the network is the articulation, as it establishes communicative and dialogic actions, aimed at cooperation between the teams, and presents actions related to the effectiveness of quality products and services to the school community. From this, the network promotes internal and external entrepreneurship for libraries, librarians and the community in general. Based on the results, it concludes that when there is the establishment of a central coordination at the headquarters of the Department of Education, there is a significant representation in educational activities, strengthening actions that reverberate in all libraries, giving visibility and recognition to the professional, in addition to leverage claims for improvement in the physical structures of libraries and renewal of the collection. The study finds that the Vila Velha network, year after year,

has been consolidating with the constitution of legal documentation and compliance with legislation in the area of Library Science and Education.

Keywords: School library network in Vila Velha/ES. Coordination of library networks. Library cooperation and collaboration networks. Organizational and pedagogical network. Management in school library.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Motivos para formação de rede	32
Figura 2 – The information power logo	51
Figura 3 – Etapas do percurso metodológico	81
Figura 4 – Plano Plurianual	105
Figura 5 – Painel de Gestão do Philos	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema de diferenciação entre sistemas de biblioteca e redes de biblioteca	39
Quadro 2 – Tipologia da rede	41
Quadro 3 – Funções da rede	42
Quadro 4 – Benefícios de participação de rede	42
Quadro 5 – Planejamento de rede	43
Quadro 6 – Pilares para uma rede de biblioteca escolar	83
Quadro 7 – Descrição de projetos e atividades	108
Quadro 8 – Síntese da análise de pilares da rede de Vila Velha	123
Quadro 9 – Benefícios de trabalhar em rede de BE	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de bibliotecas	89
Gráfico 2 – Quantitativo de bibliotecário	90
Gráfico 3 – Coordenação central	91
Gráfico 4 – Formação continuada	91
Gráfico 5 – Investimentos financeiros	92
Gráfico 6 – Projetos e atividades específicos desenvolvidos pelas bibliotecas	93
Gráfico 7 – Ações pedagógicas integradas entre as bibliotecas	93
Gráfico 8 – UMEFs com bibliotecas (2001 a 2006)	98
Gráfico 9 – Bibliotecas em funcionamento: anos 2008 – 2020	100
Gráfico 10 – Faixa etária	111
Gráfico 11 – Sexo	111
Gráfico 12 – Nível de escolaridade	112
Gráfico 13 – Identificação da graduação cursada	112
Gráfico 14 – Atualização para prática profissional	113
Gráfico 15 – Formas de atualização para a prática profissional	113
Gráfico 16 – Tempo de atuação em biblioteca escolar	114
Gráfico 17 – Público atendido na biblioteca	114
Gráfico 18 – Participação em reuniões pedagógicas durante o ano	115
Gráfico 19 – Utilização do PPP para nortear o trabalho desenvolvido na biblioteca	116
Gráfico 20 – Nível de interação, colaboração e cooperação entre você, os professores e a equipe pedagógica	117
Gráfico 21 – Compartilhamento de experiências e de informações com colegas de outras bibliotecas	117
Gráfico 22 – Autonomia para planejamento e execução das ações da biblioteca	118
Gráfico 23 – Contribuição e execução de projetos e atividades previstos no planejamento estratégico da coordenação de bibliotecas da Semed	119

Gráfico 24 – Repercussão da atuação conjunta dos projetos e atividades para a rede de bibliotecas	119
Gráfico 25 – Percepção quanto ao resultado do trabalho em nível de rede	120
Gráfico 26 – A comunicação e diálogo entre a coordenação da rede e o profissional	121
Gráfico 27 – Temáticas abordadas nas formações continuadas	121

LISTA DE SIGLAS

AASL	<i>American Association of School Librarians</i>
ACRL	<i>Association of College and Research Libraries</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BE	Biblioteca Escolar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBEC	Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitárias
CDD	Classificação Decimal Dewey
CF	Constituição Federal
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CIA	<i>Canadian Library Association</i>
CME	Conselho Municipal de Educação
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
Debec	Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
Gebe	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
Ifla	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
KOHA	<i>Koha Library Software</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual

MEC	Ministério da Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal de Educação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNLE	Política Nacional da Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PP	Política Pública
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
Rebi	Rede de Biblioteca Interativa
Riufes	Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo
Sabe	Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares
Semed	Secretaria Municipal de Educação
SNBE	Sistema Nacional de Biblioteca Escolar
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TLC	<i>Teacher and Librarian Collaboration Model</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	A CONSTRUÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL DE REDE	26
2.1	REDE COMO ARRANJO ORGANIZACIONAL	30
2.2	GESTÃO DA REDE	33
3	REDE DE BIBLIOTECA	36
3.1	REDE DE BIBLIOTECA x SISTEMA DE BIBLIOTECA	36
3.2	ESTRUTURA DE REDE DE BIBLIOTECA	41
3.3	REDE DE BIBLIOTECA ESCOLAR: EIXOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS	44
4	DIRETRIZES PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	54
4.1	DOCUMENTOS NORTEADORES DE ESFERA INTERNACIONAL PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES	54
4.2	DOCUMENTOS NORTEADORES DE ESFERA NACIONAL PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES	56
4.3	POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS COM BIBLIOTECAS NO BRASIL	63
4.4	REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES CONSOLIDADAS	68
4.4.1	Programa Nacional Rede de Bibliotecas Escolares	69
4.4.2	Rede Biblioteca Interativa	74
4.4.3	Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias	78
5	ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	81
5.1	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	85
5.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COLETADOS	87
5.2.1	Diagnóstico das BEs nos Sistemas de Ensino no Espírito Santo ...	87
5.2.2	Estudo de caso	94
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	127
6.1	RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	133
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICES	145

APÊNDICE A – Mapeamento das redes de biblioteca escolar no Espírito Santo	146
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o secretário de Educação	147
APÊNDICE C – Questionário – Profissionais das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES	149
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE ...	153
ANEXO	155
ANEXO A – Resolução 4/2014 (arts. 45 a 50) do CME	156

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, as mudanças aceleradas trazidas pelas inovações tecnológicas, transformações informacionais, econômicas, políticas, culturais e históricas fazem com que as pessoas, comunidades e/ou organizações procurem se interligar, articular e atuar de forma conjunta. Nesse sentido, o termo rede tem ganhado notoriedade.

Diante dessas tendências contemporâneas, a Ciência da Informação (CI), que possui caráter interdisciplinar, estuda meios para acompanhar as modificações da sociedade globalizada que vem evoluindo de forma rápida e constante. Nesse entendimento, a informação aliada à rede assume papel de destaque nas organizações para suprir as diferentes necessidades que surgem de forma acelerada.

Nesse cenário, as bibliotecas, independentemente de suas áreas de atuação, necessitam acompanhar as diversas transformações a fim de facilitar o acesso ao conhecimento a seus públicos-alvo. Surge, então, o interesse da pesquisa em aprofundar o estudo das mudanças que vêm ocorrendo nas bibliotecas escolares, mais especificamente as formas de atuação conjunta – as redes – trazendo consigo características modernas e inovadoras no ambiente educacional.

No contexto brasileiro, a temática rede de Biblioteca Escolar (BE) é pouco explorada. Porém, nota-se que, no âmbito da CI e na história da Biblioteconomia, nos últimos dez anos, de forma gradativa, o tema tem ganhado mais adeptos entre os pesquisadores (VIANA, 2014; LIMAS, 2015; CAMILLO; CASTRO FILHO, 2016; JESUS, 2020), aguçando a busca por uma compreensão mais sólida de como se dá essa “nova” forma de atuação das BEs nas esferas internacional, nacional e estadual.

Antes de abordar a questão de redes de BE, faz-se necessário discutir como as bibliotecas podem sair da letargia histórica e assumir uma postura de protagonista, em especial na educação e no campo de políticas públicas, além de analisar o papel da biblioteca e do bibliotecário escolar na sociedade atual. Diante dessas inquietações, buscam-se respostas para as seguintes problematizações: como se dá a formação e configuração de redes de BE, sua atuação nas dimensões organizacional e pedagógica? As redes podem indicar o fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem?

Para aprofundar a análise sobre a temática, inicia-se a discussão com a concepção, conceitos e definições de rede em seu sentido amplo. O referido termo perpassa todos os campos científicos, tendo transversalidade em diversos territórios, aplicações e sentidos ao longo dos anos. A rede apresenta um caráter de conectividade, circulação e ligação. Nas Ciências Sociais, a temática é discutida por pesquisadores contemporâneos, destacando-se Castells (2006), que se apoia no modelo de sociedade em rede, quando apresenta uma organização social globalizada atual, século XXI.

No cenário discutido por Castells (2006, p. 69), o uso e a aplicação da informação geram “[...] um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso”. Nesse contexto, a informação e o conhecimento apresentam-se como elementares para o crescimento da economia, para o progresso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e para a capacidade produtiva da sociedade. Logo, na contemporaneidade, todo processo informativo tornou-se um produto de consumo, dando sentido às bibliotecas.

Trazendo a discussão de rede à dimensão organizacional, percebe-se a formação de arranjos interligados, nos quais os processos de comunicação, as conexões entre indivíduos e organizações convergem na concretização de objetivos e de resultados exitosos. Nesse processo, a gestão da rede tem função estratégica com características de atuação colaborativa e mediadora entre o grupo de atores das organizações (MIGUELLETTO, 2001).

A exploração dessas possibilidades de inovação na sociedade contemporânea traz sentido ao contexto da formação de redes de BE. O estudo sobre a temática vem ganhando visibilidade ao longo dos anos. “No mundo da biblioteca, as instituições criam redes principalmente para conseguir um melhor compartilhamento de recursos [...] e melhores serviços para os usuários” (MARTIN, 1978, p. 5). Desde a década de 1970, o tema já era debatido e já apresentava esse modo de atuação conjunta, fortalecido pela cooperação obtendo resultados positivos.

Na revisão de literatura da CI, encontra-se o estabelecimento de diferenciação entre “rede de bibliotecas” e “sistema de bibliotecas” (GARCÍA MARTÍNEZ, 2006), demarcando as características de cada um. A terminologia sistema de biblioteca tem uma perspectiva tecnológica ligada à automação, armazenamento e recuperação da informação. Já o termo redes de biblioteca é mais

recorrente no sentido de configuração colaborativa, conforme alguns Sistemas de Ensino já utilizam (VIANA, 2014; LIMAS, 2015; JESUS, 2020), razão pela qual a presente pesquisa optou por concordar com o último termo – rede.

Carvalho (2017) apresenta as redes de biblioteca com diferentes aspectos, abordando suas tipologias, funções diferenciadas, benefícios para as bibliotecas e instituições, além de dar destaque ao planejamento sistematizado. Os aspectos apresentados pela autora darão estrutura a qualquer tipo de rede de biblioteca, com foco na prestação de serviços e produtos, ampliação da oferta de recursos compartilhados, além do suporte necessário para alcançar os objetivos propostos.

Diante do exposto, esta pesquisa trará o contexto das redes de BE, ampliando a discussão de sua atuação nas dimensões organizacional e pedagógica. Para isso, destaca-se a definição de BE apresentada nas Diretrizes da *International Federation of Library Associations and Institutions (Ifla)*:

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem física e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural (IFLA, 2016, p. 19).

Lankes (2016, p. 58) corrobora apresentando a missão contemporânea da BE: “A missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade”. Sendo assim, a BE apresenta diversas potencialidades a fim de contribuir na formação do leitor crítico e promover a transformação social, cultural e educacional de todo cidadão.

Ora, se a biblioteca, como unidade, pode ser vista como um ambiente estratégico da escola, como parte integrante do projeto educacional, se estiver interligada a outras, atuando em rede, terá muito mais perspectivas e probabilidades de alcançar os objetivos propostos. Somam-se a esse conjunto os diversos recursos potenciais compartilhados que, geridos de forma planejada, trarão protagonismo às bibliotecas pertencentes à rede.

A gestão faz parte do processo de formação de uma rede de BE com o objetivo de facilitar e fortalecer os trabalhos desenvolvidos. O foco da gestão administrativa deve ser pautado no planejamento, na formação dos profissionais e na padronização e normalização técnica (IFLA, 2016). Acrescentado a essas configurações de uma rede de BE, destaca-se como essencial o trabalho

colaborativo entre os bibliotecários, professores e equipe pedagógica no cotidiano escolar (PEREIRA, 2016).

Para subsidiar o trabalho desempenhado pelas redes de BE, faz-se necessário conhecer os parâmetros para fundamentar, implementar e consolidar essas unidades de informação. Na legislação que rege a educação brasileira, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e das demais diretrizes nos âmbitos federal, estadual e municipal, trará significado às BEs, paralelamente às legislações ligadas à BE, com destaque para as políticas públicas, as quais serão apresentadas no decorrer desta pesquisa.

Após a apresentação da formação e configuração de uma rede de BE, a revisão de literatura deste estudo deu destaque a três redes consolidadas de BE, a saber: uma internacional – Programa Nacional Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), de Portugal; e, no Brasil, duas públicas municipais – Rede de Biblioteca Interativa (Rebi) de São Bernardo do Campo/SP e Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (Debec) de Florianópolis/SC.

A partir disso, a continuidade deste trabalho baseou-se no desafio de buscar respostas às suposições e inquietações ora apresentadas. Na tentativa de elucidar os questionamentos, apresenta-se o objetivo geral desta pesquisa: analisar a formação e configuração das redes de BE no Estado do Espírito Santo em suas dimensões organizacional e pedagógica, assim como compreender de que forma essas redes podem indicar o fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem.

Além disso, para se atingir o propósito deste estudo, foram definidos como objetivos específicos:

- a) discutir, à luz da literatura em Ciência da Informação, a organização de redes de biblioteca em ambientes educativos;
- b) mapear as principais redes públicas e privadas de BE no Espírito Santo;
- c) caracterizar a estrutura das redes selecionadas para o estudo de caso, considerando as dimensões pedagógica e organizacional e também as interligações existentes entre elas;
- d) discutir tendências contemporâneas para a gestão de redes de BE;
- e) analisar as múltiplas funções da biblioteca e a proatividade do bibliotecário no processo educativo.

Após o delineamento dos objetivos expostos, apresenta-se a discussão da temática dividida em seções. De forma gradativa, organizaram-se as ideias, conceitos, definições, pensamentos, até chegar ao estudo de fato das redes de BE no Espírito Santo.

O interesse pelo estudo da temática surgiu quando a pesquisadora buscou entender a formação e situação atual das redes BE no Estado. Empiricamente, eram conhecidos poucos Sistemas de Ensino que se articulavam e se organizavam em redes. Eram notórias as debilidades e carências de investimentos em políticas públicas nas bibliotecas. A partir de então, iniciou-se a pesquisa a fim de buscar na literatura o histórico das redes BE do Espírito Santo, no qual os dados encontrados foram incipientes.

Nesse sentido, a estrutura da investigação promoveu etapas do percurso metodológico a fim de viabilizar a investigação, conferir credibilidade científica e reforçar a concepção deste estudo. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada pesquisa de cunho exploratório e documental. Para a análise dos resultados, adotou-se abordagem qualitativa.

No primeiro momento, levando em consideração o enquadramento teórico, levantou-se a revisão bibliográfica como fonte de informação. Buscaram-se, ainda, os conceitos históricos, documentos e políticas públicas que trazem estruturação das BEs; além de apresentar boas práticas das trajetórias de redes de BE internacionais e nacionais.

Os eixos norteadores e pilares para o delineamento e as configurações identitárias de uma rede BE nas dimensões organizacional e pedagógico serão evidenciados com base no referencial (OLIVER, 1990; NOHRIA, 1992; KLIJN; KOPPENJAN; TERMEER, 1995; MIGUELETTO, 2001; CASTELLS, 2006; CARVALHO, 2017) e nos documentos complementares na área da Biblioteconomia, como a *International Federation of Library Associations and Institutions* (Ifla) e da Educação, como a LDB e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para identificação das redes, foi realizado um diagnóstico das BEs por meio de envio de questionário, a partir do recorte metodológico com os Sistemas de Ensino Municipais públicos e privados, com localização urbanas e rurais, e escolas do ensino fundamental.

Após essa filtragem, com o objetivo de selecionar três redes do Estado que fariam parte do estudo de caso, foram realizadas as análises a partir do referencial teórico e dos questionários respondidos. Foram identificados quatro Sistemas de Ensino que possuem alguns traços de trabalho em rede: Cariacica, Guarapari, Vila Velha e Vitória. Destaca-se, ainda, que nesses municípios estão concentrados o maior número de bibliotecários.

Diante de uma análise da configuração dessas redes, optou-se por realizar o estudo de caso único, com a rede de BE do município de Vila Velha, pois apresentou a maior incidência de estrutura, baseada no referencial teórico. Para a realização do estudo de caso, foram utilizados três instrumentos de coleta de dados, a saber: pesquisa documental, entrevista semiestruturada com o secretário de Educação e aplicação de questionário aos profissionais que atuam nas bibliotecas, o que será tratado no item 5.2.2.

Diante desse panorama, o presente estudo foi estruturado da seguinte forma: estabeleceu-se uma relação dialógica com a revisão de literatura no decorrer da pesquisa, optando-se pelo não estabelecimento de uma seção específica para tal. Nesta primeira seção, são abordados o contexto da pesquisa, o problema, a justificativa e os seus objetivos.

A segunda seção foi elaborada a fim de buscar, na concepção moderna da ciência, o estabelecimento de conceitos e pluralidade de significados sobre o termo “rede”. Para dialogar com a temática, buscou-se a epistemologia contemporânea no entendimento de pesquisadores das Ciências Sociais. Apresenta-se, ainda, a rede como arranjo, quando as organizações se articulam para traçar objetivos e benefícios em comum. Para isso, buscou-se embasamento teórico na Administração, como área do conhecimento que traz as diretrizes necessárias. Enfatiza-se nesta seção, a gestão da rede, orquestrando as conectividades, as relações, as decisões e influências significativas nos resultados exitosos.

A partir da Seção 3, surge o momento de discutir e aprofundar essa forma conjunta de atuação das bibliotecas – que são as redes. Por intermédio de pesquisas dos teóricos na área, serão tratadas as terminologias, identificadas as configurações, estruturas com suas tipologias, funções, analisados os benefícios de participação, além de como deve proceder o planejamento adequado dessas redes.

Já na Seção 4, o destaque fica a cargo da apresentação de leis e diretrizes federais, estaduais e municipais relacionadas com os Sistemas de Ensino público e

privado no Brasil ligadas à BE, considerando as políticas públicas. São apresentadas ainda as diretrizes e resoluções específicas da área de BE.

A quinta seção se refere aos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Apresenta-se a discussão dos resultados da pesquisa, a partir do mapeamento das bibliotecas no Espírito Santo e no estudo de caso.

A última seção traz as considerações finais da pesquisa, indicando recomendações às redes de BE em suas dimensões organizacionais e pedagógicas, além de indicações de estudos futuros na temática.

2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DE REDE

Antes de adentrar na temática proposta desta pesquisa – rede de biblioteca escolar – houve uma necessidade latente de buscar na ciência o estabelecimento de conceitos e significados sobre o termo “rede”. Segundo Barros (2016, p. 66), “[...] a delimitação de um conceito pode se conservar como um horizonte teórico para o pesquisador, como um instrumento que o auxilia a enxergar a sua realidade de certa maneira”.

Mas o que é rede? Para o entendimento da pluralidade de significados da palavra e expansão de sentidos, depreende-se, nesta pesquisa, que conceituar algo é didático, sendo imprescindível para o conhecimento científico. O conceito sintetiza a essência, trazendo à tona a dicotomia existente entre objeto e fenômeno, sem se fecharem em uma única proposição, mas apresentando possibilidades múltiplas (HARDY-VALLÉE, 2013; BARROS, 2016).

Um conceito representa uma categoria de objetos, de eventos ou de situações e pode ser expresso por uma ou mais palavras. Para alguns, essa representação é mental; para outros, ela é linguística e pública. O conceito é a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 16).

O conceito, como função epistemológica, traz à luz o entendimento do que se busca baseado nos conhecimentos e representação do termo para os indivíduos ou classe à qual pertence. Barros (2016, p. 27) apresenta o termo como “[...] ponto de apoio sistemático para um tipo de conhecimento a ser produzido, no interior de um campo específico de reflexões”. O autor indica seis funções dos conceitos: comunicar, organizar, generalizar, comparar, problematizar, aprofundar.

Nesse sentido, para expressar o conceito de rede, busca-se entender a sua etimologia. A origem da palavra rede é do latim, *retiolus*, diminutivo de *retis*, que significa rede para caça e pesca ou, ainda, entrelaçamento de fios com aberturas que formam o tecido (HOUAISS; VILLAR, 2009). Ao longo dos anos, a palavra foi obtendo novos significados, passando a ser empregada em diferentes situações até chegar à área da ciência, no século XVII, com a produção de diversos sentidos.

O conceito de rede apresenta-se como transversal, tendo um caráter de conectividade, circulação e ligação. Uma definição geral é que “[...] a rede é uma

estrutura de interconexão instável, cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (BAREL; CAUQYELIN, 1993, p. 274, *apud* MARTELETO, 2007, p.15).

O termo “rede” está presente em todos os campos científicos. Por exemplo, na Física, Matemática, Biologia e Tecnologia, tendo uma transversalidade em diversos territórios, aplicações e sentidos ao longo dos anos.

A compreensão da época em que vivemos apoia-se, cada dia mais, sobre o conceito de rede. A rede atravessa hoje todos os campos do saber – da biologia às ciências sociais, passando pelas ciências exatas – seja como conceito específico, em cada um destes campos, seja como paradigma e imagem do mundo, ou ainda como redes sociotécnicas necessárias à produção do conhecimento (PARENTE, 2000, p.171).

A multiplicidade de sentidos da palavra “rede”, na concepção moderna da ciência, é “[...] uma prova de seu poder e de sua complexidade. A rede é um receptor epistêmico ou um cristalizador, eis por que tornou, atualmente, o lugar de noções outrora dominantes, como o sistema ou a estrutura” (MUSSO, 2010, p. 17).

As redes podem ser encaradas como veículos propulsores da inovação, sendo desencadeadoras de transformações pessoais, profissionais, organizacionais, econômicas e sociais, permitindo, inclusive, o fortalecimento de áreas do conhecimento e a otimização de processos de trabalho (OLIVEIRA; CIANCONI, 2013, p. 230).

Diante do exposto, para dialogar com o conceito de rede nas Ciências Sociais, buscou-se a epistemologia contemporânea no entendimento de pesquisadores, como Castells (2006), Latour (2008) e Deleuze e Gattari (2011).

Castells (2006), sociólogo espanhol, em sua obra “Sociedade em rede”, convida-nos para análise de uma organização social globalizada, baseada nas transformações informacionais, econômicas, políticas, tecnológicas, culturais e históricas, advindas do final do século XX e no atual século XXI.

Nesse cenário, a informação e o conhecimento são elementares para o crescimento da economia e, conseqüentemente, para o progresso da tecnologia; motivando a capacidade produtiva da sociedade e formação social e econômica. Desse modo, todo processo informativo tornou-se um produto de consumo.

Castells (2006, p. 566) apresenta o conceito de redes como “[...] estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação”. Compreende-se, nessa definição, que as diferentes formas de se comunicar convergem para que os objetivos em comum sejam otimizados para o alcance de resultados exitosos.

No entendimento de Latour (2008), filósofo francês, a rede é um fenômeno decorrente da interação de elementos humanos e não humanos, sem diferenciação hierárquica entre si. Todos aqueles pertencentes à rede encontram-se conectados ao fluxo por ela transportado. Destaca-se, ainda, a postura pró-ativa de cada componente estruturador da rede, uma vez que todos os formadores dessa estrutura tecem e produzem dados complexos e dinâmicos.

Um outro ponto a ser considerado a partir da leitura de Latour (2008) é o papel desempenhado pelos elementos não humanos nas redes, considerados como máquinas ou dispositivos inteligentes. Esses são os mediadores das interações humanas em uma estrutura enredada. Deve-se ressaltar que a visão de mundo do autor possui uma estrutura empirista, ou seja: de cunho prático, baseado na experiência. Em suma, o autor parte do princípio que o conhecimento se manifesta a partir da percepção de mundo do usuário/formador da rede. Nesse entendimento, as redes são estruturas que podem ramificar-se em quaisquer nós ou pontos e transformar-se em novos conhecimentos e informações.

Pode-se observar que o emaranhado de conceitos de redes que se misturam e se aproximam nos autores citados está muito presente nas ideias de Deleuze e Gattari (2011). Esses filósofos da pós-modernidade apresentam a rede como uma estrutura rizomática, ou seja, não existe uma ligação única. “Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas” (DELEUZE; GATTARI, 2011, p. 30). Como um sistema acessível para experimentações e conexões que se espalham em diversas direções, em um processo de construção e desconstrução constante, “[...] não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (DELEUZE; GATTARI, 2011, p. 43). Dessa forma, podem-se encontrar possibilidades e criar novos sentidos e ambientes, em um cotidiano pleno de realizações.

Hoje, o conceito de rede tornou-se uma espécie de chave-mestra ideológica, porque recobre três níveis misturados de significações: em seu ser, ela é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação com um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível (MUSSO, 2010, p. 32).

Diante das discussões apresentadas, retoma-se o diálogo com Castells (2006) considerando que esse será tratado como basilar no referencial teórico deste estudo. O autor afirma que as sociedades vão sendo estruturadas e organizadas por um sistema de redes interligadas, quando as funções e os processos dominantes se organizam cada vez mais, favorecendo as operações e os resultados da produção, experiência e poder.

Produção é a ação da humanidade sobre a matéria (natureza) para apropriar-se dela e transformá-la em seu benefício, obtendo um produto, consumindo (de forma irregular) parte dele e acumulando o excedente para investimento conforme vários objetivos socialmente determinados. *Experiência* é a ação dos sujeitos humanos sobre si mesmos, determinada pela interação entre as identidades biológicas e culturais desses sujeitos em relação a seus ambientes sociais e naturais. É construída pela eterna busca de satisfação das necessidades e desejos humanos. *Poder* é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica. As instituições sociais são constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes em cada período histórico, inclusive os controles, limites e contratos sociais conseguidos nas lutas pelo poder (CASTELLS, 2006, p. 53).

A relação dos três, produção, experiência e poder, determina a nova estrutura social e os modos de produção predominantes na sociedade do século XXI. Para Castells (2006), surge e se integra a esse processo de transformação a revolução das tecnologias da informação que está presente em todos os âmbitos da sociedade. Evidenciam-se a criatividade humana e a iniciativa empreendedora, trazendo novas descobertas científicas, inovações tecnológicas e aplicações sociais. O resultado não poderia ser diferente: uma interatividade construída em redes entre vários países, culturas e organizações diversas.

Nesse sentido, a organização das sociedades informacionais tem caracterizado fortemente a presença da identidade quando o ator social “[...] se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a

outras estruturas sociais” (CASTELLS, 2006, p. 57-58). Porém, isso não significa que esses atores sociais não se relacionam. Pelo contrário, eles estabelecem as relações por meio dos atributos culturais que explicitam a identidade.

A formação de uma rede permeia por vários sujeitos e organizações e vai se modificando de acordo com a necessidade, ambiente e estrutura. A forma de organização de uma rede se dá por meio de cultura própria, de “[...] valores e projetos que passam pelas mentes e informam as estratégias dos vários participantes das redes, mudando no mesmo ritmo que os membros e seguindo a transformação organizacional e cultural das unidades da rede” (CASTELLS, 2006, p. 258). Diante do exposto, compreende-se que as redes apresentam diferentes formas, contextos e culturas.

Para Bassetto (2013), o significado da expressão “Sociedade em rede”, discutida por Castells (2006), tem sentido quando apresenta outro conceito – Redes de Conhecimento – que interliga pessoas e organizações propiciando práticas sociais e empresariais. Bassetto (2013, p. 30) destaca uma nova forma organizacional da sociedade baseada na informação e no conhecimento quando expõe ter “[...] iniciativa descentralizada para equipes e redes visando promover a colaboração criativa para a exploração de novas possibilidades (‘inovação’)”. Deste modo, a sociedade do conhecimento inaugura uma nova era composta por nós e conexões entre indivíduos e organizações, que buscam constantemente a interação e troca de informações.

Infere-se, portanto, que “[...] fora das redes, a sobrevivência fica cada vez mais difícil” (CASTELLS, 2006, p. 232). Parente (2010, p. 92) corrobora o pensamento de Castells (2006), quando afirma que “[...] nada parece escapar às redes, nem mesmo o espaço, o tempo e a subjetividade”. Embora Parente (2010) traga em seu posicionamento um viés no ramo comunicacional, ressalta-se que, em qualquer contexto, pertencer a uma rede é mais vantajoso do que não integrá-la, formando um arranjo organizacional fortalecido por meio de padrões e objetivos em comum.

2.1 REDE COMO ARRANJO ORGANIZACIONAL

No âmbito da Administração, como pressuposto teórico de gestão, as organizações são identificadas como entidades políticas que, no ambiente a que

pertencem, desempenham expressiva influência por meio do comando de recursos disponíveis e procurando balizar sua dependência em relação a eles (MOTTA, 2001).

A temática “rede” tem sido objeto de interesse crescente na Administração contemporânea. Mintzberg e Quinn (2001) afirmam que as organizações em rede são estruturas modernas que podem ser entendidas de forma geral para descrever qualquer organização independente de categorias, que tenha como objetivo central atingir os objetivos que não são alcançados independentemente, substituindo estruturas departamentalizadas, centradas em si, sem interlocução.

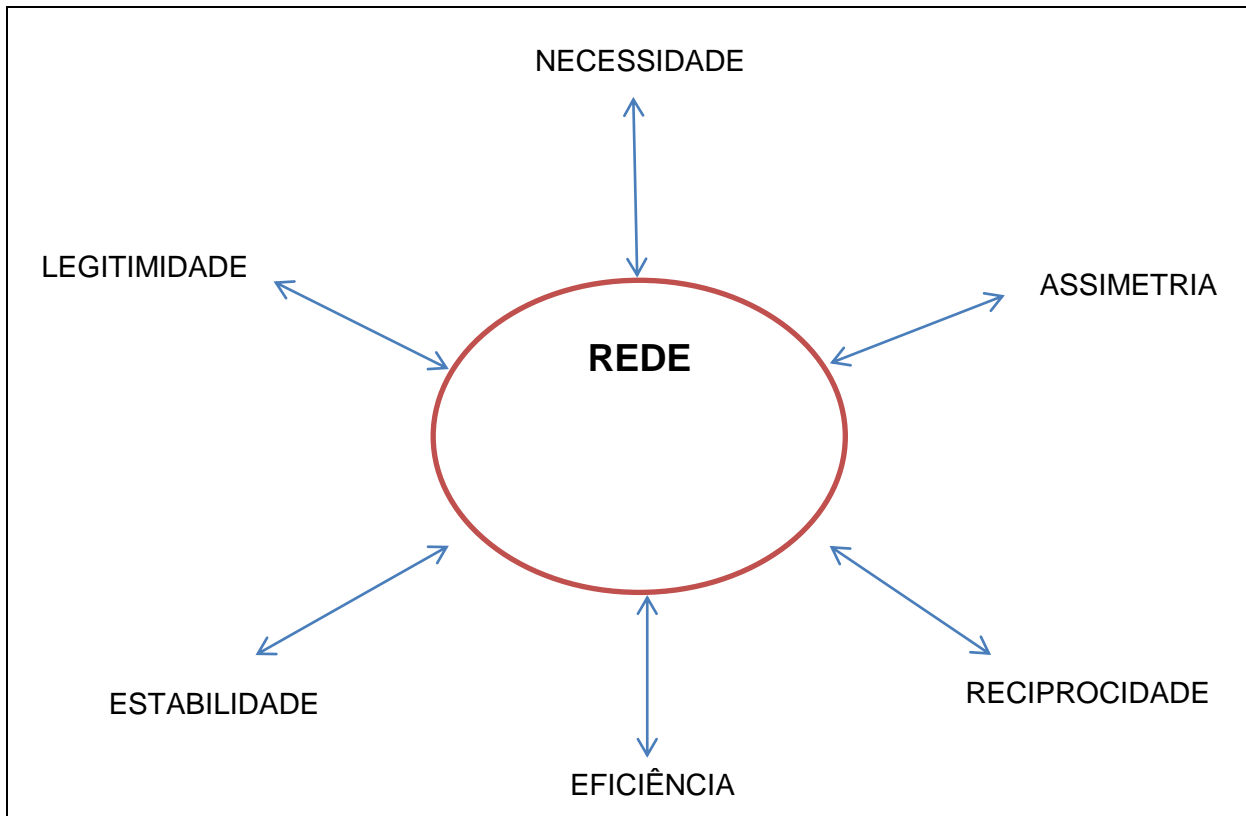
Castells (2006) destaca que a formação e atuação de uma rede são resultados da conectividade e da coerência. A conectividade está ligada à comunicação de forma estrutural, sem ruídos e sem atritos entre seus atores. Já a coerência se dá na medida em que o planejamento é comum a todos e os interesses e objetivos são compartilhados entre todos.

Marcon e Moinet (2000 *apud* BALESTRIN; VARGAS, 2002, p. 5) argumentam que, na prática, há três elementos basilares que devem ser combinados para que ocorra a formação de uma rede:

- a) recursos a trocar: informação, conhecimento e insumo, vistos como a base da rede;
- b) info-estrutura: regras de funcionamento e éticas que deverão ser seguidas pelos membros da rede;
- c) infra-estrutura: meios práticos de ação, tais como: orçamento, local, material, comunicação, conexão eletrônica, etc.

Ainda na década de 90, Oliver (1990) já chamava a atenção para o tema quando apresentou as razões pelas quais organizações escolhem relacionar-se com outras para formação de redes, respaldadas por seis contingências, conforme descrito na Figura 1:

Figura 1 – Motivos para formação de rede



Fonte: Elaborada pela autora baseada em Oliver (1990).

Necessidade – estabelecimento de troca ou ligação para atendimento de uma demanda legal ou regulatória; assimetria – influência exercida de poder e controle sobre outras organizações e/ou recursos; reciprocidade – contrário à assimetria, pois ocorre com o objetivo de alcançar interesses comuns, baseada na coletividade, cooperação, colaboração e coordenação entre as organizações; eficiência – essa contingência apresenta uma direção melhor internamente do que externamente, pois conta com uma orientação local, ao buscar um melhor desempenho na eficiência organizacional; estabilidade – reduz incertezas no ambiente interno e externo por meio de persistência para padronizar produtos ou serviços e obter vantagens econômicas; legitimidade – busca da melhoria de imagem da rede e de seus atores a partir do relacionamento com outras que possuem prestígio (OLIVER, 1990). O autor ainda destaca que essas contingências ocorrem simultaneamente ou não, pois cada fator pode atuar separadamente ou combinado entre si para formação de relacionamentos na rede.

A visão de Nohria (1992) baseia-se em cinco premissas que colaboram com os estudos sobre as redes nas organizações:

- a) todas as organizações, grupos pequenos ou grandes, subgrupos de uma organização, organizações por inteiro, conjunto de organizações, região, indústria, economia nacional e de organizações em um sistema mundial são importantes redes sociais e devem ser analisadas;
- b) o ambiente organizacional é visto como um campo de relacionamento social que mantém as organizações unidas;
- c) as atitudes e comportamentos dos atores nas organizações podem ser evidenciados nas suas posições e atitudes com os outros;
- d) as redes são formadas e podem ser modificadas pelas ações dos atores e seus resultados;
- e) as redes possuem características próprias e individuais, que devem ser levadas em consideração, quando houver comparações entre as organizações. A organização não deve ser observada isoladamente em seu ambiente e, sim, em redes numa totalidade.

Diante dos estudos e motivações apresentados no arranjo organizacional que levam à formação de redes e sua efetividade, ficam ainda mais evidentes os benefícios de as organizações se articularem como rede, legitimando e permitindo a cooperação e colaboração. Nesse entendimento, surge uma nova ação nesse processo, que é a gestão da rede, orquestrando as conectividades, as relações, as decisões e, sobretudo, exercendo influências significativas nos resultados exitosos.

2.2 GESTÃO DA REDE

No âmbito organizacional de uma rede, a ação administrativa estratégica deve buscar um arranjo de gestão compartilhada como modelo contemporâneo, ou seja, focar a atuação colaborativa entre os atores que estão inseridos na rede, observando como eles se relacionam, interagem e se articulam para o alcance dos objetivos em comum.

A rede é um arranjo organizacional formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos, e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da

realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é o fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação (MIGUELLETO, 2001, p. 48).

Nesse arranjo organizacional, as decisões tornam-se mais democráticas, de forma que o gestor da rede desempenha um papel de mediador, articulando entre os envolvidos as condições necessárias para a efetividade das ações e projetos planejados. A gestão de redes é bem-sucedida “[...] se promove a cooperação entre os atores e previne, evita ou elimina os obstáculos que impedem a cooperação”, de acordo com Klijn, Koppenjan e Termeer (1995, p. 451). O gestor foca a divisão de tarefas no destino dos recursos financeiros, humanos, materiais e outros quaisquer, além de ampliar as possibilidades do maior desempenho nos resultados da organização.

Para Miguelletto (2001), independentemente dos tipos de redes existentes nos setores de atividade, devem-se levar em consideração duas dimensões de gestão: a dimensão dialógica – voltada à cooperação dos atores; e a dimensão instrumental – essa mais tradicional, referente à efetividade dos projetos, focada nos resultados. A dimensão dialógica vem tomando espaço entre as organizações como evolução de paradigma porque “[...] se ocupa da gestão compartilhada e democrática, da autonomia e da opinião dos atores participantes, alcançando legitimidade nos micro e macro espaços da sociedade com uma nova proposta para a ação estratégica” (MIGUELETO, 2001, p. 51). A estrutura organizacional não deve ser um fim em si mesma, mas sim aberta e flexível como meio de alcance dos objetivos propostos.

A estrutura organizacional de uma rede é composta por elementos fundamentais que irão configurar e viabilizar a ação administrativa. Klijn, Koppenjan e Termeer (1995) apresentam os seguintes elementos: atores e suas relações, recursos, regras e percepções. Os atores são todos aqueles que estão diretamente ligados aos projetos e ações da organização, atuando de forma ativa, podendo interagir e participar das decisões. Suas relações entre si vão definir os vínculos formados na rede, possibilitando um elo e compromisso em torno dos objetivos em comum.

Na administração dos recursos, faz-se necessário que os atores elaborem um planejamento eficaz de forma colaborativa. Já as regras vão conduzir a ordem nas

relações como expressão dos padrões de comportamento. Na interação entre os atores, as regras são criadas, reproduzidas e transformadas e podem potencializar a cooperação entre si, além diminuir as instabilidades. Por último, apresentam-se as percepções que são “[...] definições ou imagens da realidade, com base nas quais os atores interpretam e avaliam suas ações e as de outros atores” (KLIJN; KOPPENJAN; TERMEER, 1995, p. 440).

Infere-se que esses elementos estratégicos estão relacionados de forma intrínseca, em uma dinâmica de gestão das redes para o alcance de objetivos propostos, pois “[...] é a atitude democrática, a experiência da tolerância, o confronto de opiniões e a pretensão de um consenso que conferem continuidade aos vínculos” (MIGUELLETO, 2001, p. 53).

Ainda nessa abordagem de gestão de redes, Miguelletto (2001) ressalta que o gestor precisa estar atento e monitorar com cuidado as relações dos atores, seus interesses, bem como os resultados que produzem, pois essas negociações, dependendo do tipo de vínculo existente entre os atores, irão desencadear cooperação e integração, mas também competição e conflitos em torno dos objetivos, projetos e recursos disponibilizados para as atividades. Para que as negociações sejam bem-sucedidas, Fischer e Ury (1985) apresentam três características relevantes, que são: o alcance de um acordo sensato, um processo de negociação eficiente e a melhoria na relação interpessoal dos negociadores.

O gestor da rede exerce um papel fundamental de acompanhamento dos problemas, dos objetivos e dos projetos, realizando prevenção e antecipando, quando necessário, as situações e discussões não solucionadas. Para isso, requer postura e conhecimento especializado para lidar com os assuntos pertinentes da rede (SUBIRATS, 1989).

Nesse processo, infere-se que a gestão da rede tem função estratégica com características de atuação colaborativa e mediadora entre o grupo de atores das organizações.

A partir das análises dos pesquisadores discutidos acima, apresenta-se, o contexto de rede de bibliotecas o qual assume características de arranjo organizacional.

3 REDE DE BIBLIOTECA

Baseadas na revisão de literatura na seção anterior quanto às organizações em rede, suas conectividades e arranjos, as pesquisas no campo da Ciência da Informação, mas especificamente na Biblioteconomia, vêm moldando as bibliotecas em suas formas de atuação conjunta, trazendo consigo estruturas e configurações modernas.

Para a compreensão da temática, convém apresentar nesta seção a diferenciação entre rede e sistema de biblioteca. Descreve-se a estrutura que uma rede de biblioteca necessita ter em seus diferentes aspectos. Em seguida, o contexto de rede de BE será aprofundado.

3.1 REDE DE BIBLIOTECA x SISTEMA DE BIBLIOTECA

Os dois termos – “sistema” e “rede” – são usados ora de forma equivalente no campo da Biblioteconomia, ora com sentidos diferentes. Barros (2016, p. 116) afirma que “[...] nenhum conceito é definitivo, sendo sempre possível redefini-lo. [...] o mesmo conceito pode adquirir um enfoque bem diferente, mas igualmente válido”. Por isso, faz-se necessário, neste estudo, estabelecer uma análise conceitual e estrutural, baseada no aporte teórico da área, traçando a diferenciação entre os dois termos.

A palavra “rede” já era discutida nos estudos de Paul Otlet, considerado o pai da documentação e precursor da Ciência da Informação. Otlet, em sua obra “Tratado de documentação”, no ano de 1934, teceu uma visão globalizada com uma rede universal de documentação e informação com o objetivo de criar uma espécie de biblioteca de referência, contendo documentos indexados e registros bibliográficos em nível mundial.

Para que tudo isso fosse eficiente os órgãos de informação, como bibliotecas e museus, teriam de ser transformados ou reinventados para que se tornassem centros de documentação interligados, e seu conteúdo de alguma forma fosse reproduzível, numa rede documentária universal (RAYWARD, 2018, xiv).

A partir de então, deram-se início a pesquisas e estudos para definição de rede de bibliotecas, conforme o entendimento de Valera Orol, Garcia Melero e

Gonzalez Guitian (1988, p. 218 *tradução nossa*): “[...] um conjunto de bibliotecas conectadas que mantêm sua autonomia administrativa, tendo cooperação entre as bibliotecas participantes de forma a garantir os objetivos em comum”.

O desenvolvimento dos produtos e serviços das bibliotecas que estão interligadas ampliam-se além de potencializar as unidades de informação individualmente. Martin (1978, p. 5) corrobora essa concepção afirmando que as redes se fortalecem com resultados positivos.

O vínculo deve incluir um canal de comunicação e muitas redes existem pelo propósito expresso de amparar determinado tipo de comunicação entre os membros. No mundo da biblioteca, as instituições criam redes principalmente para conseguir um melhor compartilhamento de recursos [...] e melhores serviços para os usuários.

Kent (1979, *apud* LIMAS; CAMPELLO, 2017, p. 24) concorda que a formação de redes de bibliotecas “[...] visa a atender interesses relativos aos usuários, disponibilizando acesso a uma maior variedade de materiais e serviços a custos menores”. Assim, entende-se que o ponto principal do estabelecimento de uma rede de bibliotecas é a cooperação e o compartilhamento de recursos com menores gastos.

Ampliando a discussão, no dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008) apresentam o conceito de rede de biblioteca que, além de cooperação, traz o sentido de rede bibliográfica (organização com reunião de várias bases de dados em linha) e de rede de informação (organizações com sistema único a fim de compartilhar fontes diversas de informações). Os autores concluem que rede é:

Grupo de bibliotecas, criado formal ou informalmente, que tem por objetivo realizar atividades cooperativas com o objetivo de mostrar o conteúdo de um grande número de bibliotecas ou de um grande número de publicações, principalmente por meio do acesso a bases de dados catalográficos, com emprego de interfaces de catálogos em linha de acesso público [...] (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 309).

Nesse sentido, a estrutura das redes envolve vários atores de forma colaborativa e esforço coletivo para atingir os objetivos em comum. Amândio (2011)

apresenta esses objetivos em três alvos: material – elaboração e manutenção de projetos, serviços ou infraestrutura, dentre outros; imaterial – padronização de normas e procedimentos de trabalho; estratégico – centralização coletiva para estudo de temáticas e decisões em comum.

No campo da CI, encontra-se outra terminologia empregada para definir esse modelo de atuação de agrupamento de bibliotecas – sistema de bibliotecas. Na Biblioteconomia tem-se o fundamento do termo “sistema” como: “[...] um conjunto de elementos inter-relacionados, entre os quais há certa coesão e unidade de propósitos” (GARCÍA MARTÍNEZ, 2006, p. 75). Sugere-se, então, um efeito basilar, que é a influência mútua entre os membros.

Dessa forma, as mudanças que podem vir a acontecer com qualquer um podem repercutir e afetar a todos, sem que haja intenção, chegando até a alterar o próprio sistema. O autor complementa com a definição de sistema de biblioteca como “[...] qualquer organização de biblioteca definida pelo tipo de relacionamento que o constitui, de modo a orientar o comportamento do sistema para alcançar o objetivo (acesso à informação) da maneira mais eficiente” (GARCÍA MARTÍNEZ, 2006, p. 80).

Ainda na área da CI, o termo “sistema de biblioteca” se confunde com uma perspectiva tecnológica, pois está relacionado com tipos de softwares, como sistema de automação e sistema de armazenamento e recuperação da informação (ROBREDO, 1981). De acordo com Lima (1999), os softwares estão agrupados em três tipos: os sistemas de gerenciamento de bibliotecas – bases de dados com um objetivo específico, projetados para administrar as atividades básicas de uma biblioteca; os sistemas de gerenciamento de bases de dados bibliográficos – acessados em computadores e destinados aos bibliotecários e usuários em geral, estudantes, professores e pesquisadores; e, por último, sistemas gerenciadores de bancos de dados – que possuem aspecto comercial mais amplo, com capacidade de armazenamento de grandes quantidades de informação.

Prosseguindo nos estudos pelo entendimento da utilização dos termos “redes de biblioteca” e “sistemas de biblioteca”, buscou-se estabelecer as diferenças e aproximações conceituais de ambos. Para o pesquisador Barros (2016, p. 64), os conceitos podem ter uma relação de cruzamento, ou seja, dois conceitos podem se atravessar mutuamente, principalmente no âmbito das ciências humanas, que apresentam um nível bastante elevado de polissemia, pois “[...] a história de um

determinado conceito envolve a interpretação, o cruzamento e o entrelaçamento com a história de inúmeros outros conceitos”.

O estabelecimento da diferença entre “rede de bibliotecas” e “sistema de bibliotecas” está na forma de configuração resultante do tipo de relacionamento estabelecido, apesar de possuírem características comuns (VALERA OROL; GARCIA MELERO; GONZALEZ GUITIAN, 1988; GARCÍA MARTÍNEZ, 2006). A questão terminológica é explicada e detalhada conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Esquema de diferenciação entre sistemas de biblioteca e redes de biblioteca

	Sistemas de biblioteca	Redes de biblioteca
Configuração	Hierárquica	Horizontal
Âmbito territorial	Jurisdição política	Aberta
Base de funcionamento	Órgãos e centros	Programas
Relações	Natural	Cooperação
Iniciativa	Política	Voluntária
Responsabilidade	Institucional	Profissional
Estrutura organizacional	Legislação	Convênios
Caráter regulador	Formal	Informal ou formal
Financiamento	Governamental	Não governamental
Planejamento	Territorial	Funcional
Serviços	Todos	Aplicações cooperativas
Benefícios	Direto	Indireta
Base tecnológica	Meios ou recursos	Origem
Visibilidade	Concentração	Dispersão

Fonte: García Martínez (2006, p. 77, tradução nossa).

Constata-se, no Quadro 1, que as redes são autônomas, com base na ideia de igualdade entre seus componentes, unidas por alguma forma de cooperação e geralmente focadas no compartilhamento de recursos. Já no sistema, as bibliotecas dependem das organizações para atuar, estabelecendo um nível hierárquico.

As diferentes bibliotecas integrantes de sistema e/ou rede possuem suas configurações e modos de organização para atingir seus objetivos. Dessa forma:

[...] percebe-se uma configuração hierárquica do sistema em relação às relações horizontais da rede. Essa classificação aparentemente simples envolve complexidade em termos de estabelecimento de serviços, processos, funções, pessoal, administração, financiamento, planejamento, padronização, infraestruturas físicas e ambientais, controle e avaliação. Os relacionamentos estabelecidos entre esses parâmetros são incorporados e constituem diferentemente em outro modelo de configuração, hierárquico ou horizontal, origem do sistema de nomes e rede de bibliotecas, respectivamente (GARCÍA MARTÍNEZ, 2006, p. 77).

Diante do estabelecimento de diferenças e aproximações dos termos, ressalta-se que essa teoria apresentada, na prática, torna-se inexistente, pois as bibliotecas que funcionam de forma organizada têm características e funcionalidades presentes tanto no conceito de sistemas como no conceito de redes. Isso se deve à globalização imposta pela sociedade da informação condicionando à evolução das organizações, tornando-se mais flexíveis (GARCÍA MARTÍNEZ, 2006; AMÂNDIO, 2011; BENIGNO, 2010).

Para Ros Garcia (1998), sistema pode ser entendido como conjunto de redes, já que sua magnitude do conceito de sistema é passível de incluir várias redes ao mesmo tempo. No entendimento de Amândio (2011), ambos os conceitos de rede e sistema se unem, tendo implícita importância da cooperação. Portanto, os dois termos são sinônimos e complementares, podendo-se utilizar um ou outro. Deleuze e Gattari (2011, p. 31) concordam quando apresentam a articulação de conceitos, que “[...] cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes. Cada conceito tem componentes que podem ser, por sua vez, tomados como conceitos”.

No Brasil, conforme revisão de literatura, essa configuração de bibliotecas organizadas de forma colaborativa é utilizada em ambos os termos – rede e sistema de biblioteca, porém a terminologia mais recorrente é rede de biblioteca, como é enfatizado por Viana (2014), Limas (2015), Camillo e Castro Filho (2016) e Jesus (2020). A nomenclatura já está estabelecida e utilizada pelos Sistemas Municipais de Ensino Público, por exemplo: Belo Horizonte/BH, São Bernardo do Campo/SP, Florianópolis/SC e Curitiba/PR. Ressalta-se que, nos mecanismos de pesquisas na Internet, quando se utiliza o termo “sistema de biblioteca”, são encontradas buscas ligadas à tecnologia e sistemas informatizados de automação.

Diante do enquadramento conceitual, em seu contexto geral e com base teórica dos pesquisadores já apresentados, neste estudo, optou-se por utilizar a

terminologia rede de biblioteca escolar, temática abordada de forma mais aprofundada no item 3.3.

3.2 ESTRUTURA DE REDE DE BIBLIOTECA

Quando se fala em rede de biblioteca, entende-se uma estrutura organizada e articulada em que os participantes interagem com objetivos comuns em busca de fortalecimento e alcance de resultados positivos. Para Carvalho (2017), quanto à apresentação das redes de biblioteca, apesar de possuírem características comuns, podem ser categorizadas por diferentes aspectos, conforme demonstrado nos Quadros 2, 3, 4 e 5.

No Quadro 2, apresenta-se a tipologia diferenciando os tipos de governança, de participante, de âmbito de atuação e área temática, para a função desempenhada de cada biblioteca.

Quadro 2 – Tipologia da rede

Tipos	Redes	Descrição
Governança Evidenciam-se aspectos como: modelo, estrutura de poder, grau de autonomia e fontes de recursos	Governança governamental	Bibliotecas de órgãos do poder público (federal, estadual, municipal)
	Semigovernamental	Responsabilidade da organização pública, porém com autonomia e regras próprias quanto à administração de material, salários, pessoal, dentre outros
	Filiação ou adesão	A governança é estabelecida pelas próprias bibliotecas (autogestão)
Participantes Relacionadas com a função e os objetivos em comum	Um único tipo de biblioteca	Pode ser pública, universitária, escolar, governamental
	Redes mistas	Mais de um tipo de biblioteca
Âmbito de atuação Alcance geográfico das ações da rede	Depende da função e da metodologia de trabalho adotadas	Atuação pode ser: local, estadual, interestadual, regional, nacional ou internacional
Área temática Identidade e aderência aos objetivos da rede	Os objetivos são centrados nos assuntos das informações e dos documentos	Definidos pela área de especialização das bibliotecas participantes e/ou usuários

Fonte: Elaborado pela autora baseada em Carvalho (2017, p. 181-182).

No Quadro 3, descrevem-se as funções integradoras a fim de cumprir a missão e objetivos propostos. A estrutura da rede é dividida em funções de política e gestão de bibliotecas, processos técnicos informatizados e serviços.

Quadro 3 – Funções da rede

Função	Descrição
Política e gestão de bibliotecas	Advocacia (<i>advocacy</i>): promoção e implementação de ações de forma estratégica e planejada para alcançar os resultados esperados; desenvolvimento de múltiplas ações, como: aquisições de suprimentos e recursos informacionais; comunicação, relações públicas e publicidade; consultoria e assistência tecnológica aos membros da rede; gestão orçamentária da biblioteca; realização de estudos e pesquisas especiais
Processos técnicos e/ou informatizados	Catálogo de materiais e conversão retrospectiva; infraestrutura de TICs, redes e suporte técnico; produção de catálogos coletivos e virtuais; automação de bibliotecas; digitalização e preservação digital, dentre outros
Prestação de serviços	Relacionados com o acesso compartilhado a conteúdos eletrônicos, acesso a catálogos virtuais; empréstimo entre bibliotecas; serviços de informação e referência virtual; suporte para atendimento ao público com necessidades especiais

Fonte: Elaborado pela autora baseada em Carvalho (2017, p. 182-184).

No Quadro 4, discutem-se os benefícios e vantagens de participação em rede tanto para as bibliotecas individualmente quanto para as instituições participantes.

Quadro 4 – Benefícios de participação de rede

(continua)

Para as bibliotecas	Defesa dos interesses das bibliotecas nos órgãos governamentais, técnicos, profissionais; experiência de compartilhamento e colaboração em coleções, serviços e projetos em nível nacional e regional; assistência na migração de registros catalográficos e criação de repositórios digitais; participação em programas de desenvolvimento profissional, acesso a consultores e especialistas, acesso a ferramentas de comunicação, integração em comitês, grupos de trabalho para compartilhar conhecimentos e discutir assuntos de interesse e solução de problemas; utilização de múltiplos canais de comunicação para manter os membros regularmente informados; gestão profissional a cargo de especialistas com dedicação exclusiva para orientar a biblioteca naquilo que for preciso para obter os melhores resultados da sua atuação na rede
---------------------	--

Quadro 4 – Benefícios de participação de rede

(conclusão)

Para as instituições	<p>Melhoria da avaliação institucional e do nível de aprendizagem, aumento da produtividade de pesquisadores, professores e funcionários por meio do acesso às vastas coleções das bibliotecas participantes, que proporcionam igualdade de acesso aos recursos eletrônicos para todas as instituições membro</p> <p>Redução de custos para compra em escala, pelo compartilhamento de custos e gestão profissional</p> <p>Aquisição compartilhada de sistema de automação de biblioteca, veículos e instalações para armazenamento</p> <p>Uso de tecnologia para interligar todas as bibliotecas, evitando duplicação de infraestrutura e pessoal por parte das instituições</p>
----------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora baseada em Carvalho (2017, p. 184-185).

No Quadro 5, descreve-se o detalhamento das fases do planejamento estratégico das redes de biblioteca, a fim de sustentar os programas e atividades em curto, médio e longo prazo.

Quadro 5 – Planejamento de rede

Fases	Descrição
Fase exploratória	Análise SWOT (identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Mapeamento para implantação e manutenção das redes em curto, médio e longo prazo
Fase de planejamento	Definição de missão, finalidade, objetivos e nível de serviços da rede. Elaboração de estrutura organizacional, estatuto, planos de ação (marketing, sistemas, capacitações, normatizações legais)
Fase de desenvolvimento	Detalhamento do funcionamento da rede com especificidade das estratégias, processo, políticas de orientação de cada função. Elaboração de políticas da rede e metodologia dos projetos a serem executados
Fase operacional e de avaliação	Realização de testes das atividades operacionais, avaliação da sua efetividade e atualização, quando necessário. À medida que atividades vão sendo implantadas, elaboram-se os manuais padrões de qualidade, treinamentos e quaisquer instrumentos fundamentais à execução de cada atividade. Criação de portal da rede na web, plano de divulgação e marketing para dar visibilidade aos serviços prestados. A supervisão e avaliação das atividades são necessárias para o desempenho geral da rede. A prestação de serviços de forma regular e permanente é necessária para atender às expectativas traçadas

Fonte: Elaborado pela autora baseada em Carvalho (2017, p. 187-188).

Todos os aspectos apresentados nos Quadros 2 a 5 darão identidade a qualquer tipo de rede de biblioteca, proporcionando condições necessárias para focar a prestação de serviços e produtos; oferecer suporte para alcançar os objetivos propostos; ampliar a oferta de recursos compartilhados, evitando esforços desnecessários.

O detalhamento dos Quadros 2 a 5, indubitavelmente, trará, de forma mais emblemática, reflexões e suporte às redes no âmbito escolar, destacando a agregação de valor, os benefícios em pertencer à rede e a consolidação na perspectiva de documentação oficial.

3.3 REDE DE BIBLIOTECA ESCOLAR: EIXOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Após a delimitação terminológica de rede de biblioteca, com o aporte teórico das Ciências Sociais e a aplicação da temática na área da Ciência da Informação, interessa, neste estudo, abordar o contexto das redes de bibliotecas escolares, no que tange à sua configuração e sua atuação, nas dimensões organizacional e pedagógica. Para adentrar no universo das redes de biblioteca escolar, faz-se necessário realizar um panorama da biblioteca, como unidade de informação, pontuando seus eixos, suas múltiplas funções, recursos diversos e gestão.

Quando está localizada na escola, a biblioteca deve agir como um espaço social e atender todo seu público-alvo, que são alunos, educadores, funcionários, direção e coordenação, entrelaçando seus trabalhos com a grade curricular e com as atividades já estabelecidas pelos professores. Este entrosamento deve acontecer para que o processo de ensino-aprendizagem seja feito de maneira dinâmica e completa (MATA; CASSARO; CASARIN, 2014, p. 175-176).

A biblioteca é um dos ambientes estratégicos da escola, porque deve ser parte integrante do projeto educacional e tem especificidades a serem atendidas: apoio e extensão à prática pedagógica do professor; mediação da informação; mediação cultural; formação da cidadania; promoção da leitura; desenvolvimento da imaginação e da criatividade. Ou seja, é um espaço propício para promover a aprendizagem, conhecimento e experimentação do saber prático.

Portanto, a BE deve ser reconhecida como “[...] uma instituição social, com o intuito de integrar a sociedade da informação, estabelecendo novos conceitos e se

adequando às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade” (CASTRO FILHO, 2018, p. 33). Entende-se, ainda, que essas bibliotecas “[...] não só contribuem para a aprendizagem, mas, o mais importante se constituem em espaços de cidadania, uma vez que valorizam o conhecimento e democratizam o acesso à informação” (VALENTIM, 2017, p. 26).

Nesse contexto, evidencia-se a biblioteca como espaço de construção cidadã, cultural, política e educacional, além de ser um lugar propício para o diálogo e construção das práticas de leitura e de escrita na formação do leitor crítico e criativo (RAMOS; REAL; OLIVEIRA, 2018).

A partir dos argumentos e campos de possibilidades do que foi exposto até o momento nesta investigação, fica evidente a potência da biblioteca como espaço dinâmico de transformação social no âmbito escolar. Da mesma forma, se uma unidade de BE estiver interligada a outras, atuando em rede, terá muito mais perspectivas e probabilidades de alcançar os objetivos propostos, podendo ser reconhecida como parte integrante da práxis pedagógica. Esse modo de atuação conjunta das bibliotecas vem crescendo no Brasil conforme apontam estudos na literatura pesquisada (VIANA, 2014; LIMAS, 2015; CARVALHO, 2017; JESUS, 2020).

Com a intenção de corroborar essa perspectiva de rede de BE, serão apresentados os recursos potenciais (físicos, humanos, informacionais, tecnológicos e financeiros) que podem ser integrados às unidades de informação de forma organizada e sistemática que, se bem geridos, trarão protagonismo às bibliotecas pertencentes à rede:

Recursos físicos – a instalação física, os equipamentos e materiais são essenciais para o bom funcionamento das bibliotecas. Seu espaço adequado, somado à qualidade dos demais recursos físicos, dará sentido e condições ao atendimento eficaz à comunidade escolar. De acordo com a Ifla (2016), o planejamento das instalações deve contemplar: localização central e proximidade das salas de aula, acessibilidade, ambiente livre de ruídos externos, iluminação adequada, temperatura ambiente, flexibilidade de espaço para organização, garantindo área para estudo e pesquisa, leitura informal, trabalhos em grupo e área técnico-administrativa. O ideal para as BEs que estão organizadas em rede é que mantenham um padrão de estrutura física centrado nas necessidades dos estudantes.

Recursos humanos – a Ifla (2016, p. 10) preconiza que a equipe de profissionais que atuam na biblioteca precisa de educação formal nas áreas de Biblioteconomia e na Educação, a fim de “[...] desenvolver a competência profissional necessária para as funções complexas de ensino, leitura e desenvolvimento da literacia, gestão da biblioteca escolar, colaboração com os docentes e envolvimento com a comunidade educativa”. Nas escolas, a equipe deve ser formada por profissionais bibliotecários e auxiliares de biblioteca. Em nível gerencial das equipes de uma rede de BE, deve ser estabelecida uma coordenação central com o objetivo de garantir o seu bom funcionamento. A equipe deve estar em sintonia para alcançar os objetivos propostos, atenta às mudanças e cenários futuros, encarando os desafios para melhoria dos serviços e produtos (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2018).

Recursos informacionais – no contexto da biblioteca, as variadas tipologias de fontes informacionais, como orais, impressas, digitais, eletrônicas, multimídia, devem ser disponibilizadas dinamicamente, pois “[...] têm potencial para melhorar o desenvolvimento cognitivo da criança, estimular sua capacidade de pensar criticamente e de solucionar problemas” (CAMPELLO *et al.*, 1998, p. 2). A troca desses recursos informacionais de forma colaborativa entre as bibliotecas de uma rede contribui significativamente para elevar a qualidade dessas fontes.

Recursos tecnológicos: o avanço tecnológico tem impactado as bibliotecas substancialmente nos últimos anos, exigindo das escolas e dos profissionais quebra de paradigmas, ressignificação nas práticas bibliotecárias e na oferta de serviços e produtos. Cada vez mais se faz necessária a ampliação e o desenvolvimento de TICs para o fortalecimento das BEs.

Segundo Lancaster (2004), as TICs apresentam muitos benefícios e novas oportunidades para agregar valor aos produtos e serviços. Nesse sentido, as redes precisam se adequar às novas configurações de biblioteca, destacando as bibliotecas virtuais. Essas bibliotecas têm como objetivo facilitar a democratização e o acesso à informação. Nesse cenário de recursos tecnológicos, destaca-se, ainda, outro investimento em potencial ao qual as redes podem e devem atentar, que são os softwares de gestão, trazendo melhorias na organização, preservação, controle e circulação de acervos às redes de BE. Observa-se apoio às tomadas de decisão, melhoria na gestão dos recursos financeiros e até reestruturação física das BEs.

Recursos financeiros – os investimentos financeiros na estrutura das bibliotecas da rede garantem renovação do acervo bibliográfico e mobiliário, inserção de aparatos tecnológicos e na formação continuada dos profissionais das bibliotecas. Para Lankes (2016), as verbas disponibilizadas dependem muito do compromisso da administração, visão, valorização da biblioteca como equipamento de informação, espaço de aprendizagem e produção do conhecimento. No caso da administração municipal, que será analisada na Seção 5, a Campanha “Eu quero minha biblioteca”¹ destaca que os investimentos podem ser gerados a partir de: receitas próprias (no próprio município); partilhas e transferências constitucionais (governo federal e governos estaduais); compensações financeiras: royalties, recursos minerais etc.; outras transferências obrigatórias: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), salário-educação, Sistema Único de Saúde (SUS) etc.; transferências voluntárias: convênios, emendas parlamentares etc.; além de outras formas de captar recursos, como parcerias locais com a sociedade geral e participação em editais públicos e privados. Esses investimentos são apontados nas políticas públicas para as bibliotecas por meio da participação na construção do Planejamento Estratégico e Orçamentário da Educação do município, como: Plano de Ações Articuladas (PAR), Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme detalhamento a seguir:

Plano de Ações Articuladas (PAR) – é uma estratégia de planejamento da educação por um período de quatro anos, de caráter plurianual e multidimensional, que possibilita a conversão dos esforços e das ações do Ministério da Educação, das Secretarias de Estado e Municípios em um Sistema Nacional de Educação. A elaboração do PAR é requisito necessário para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012 (BRASIL, 2012).

Plano Plurianual (PPA) – é o planejamento com estratégias e metas elaboradas a cada quatro anos, construído no início do governo. Para que os recursos financeiros destinados às bibliotecas aconteçam na gestão municipal, é necessário que seja contemplada especificamente verba para tal.

¹ A campanha Eu quero minha biblioteca busca compartilhar informações com gestores públicos e sociedade civil pela universalização de bibliotecas em escolas. É uma iniciativa da Ecofuturo, coordenada pela Central do Brasil, em parceria e apoio de várias instituições e entidades, por exemplo, CFB e Febab.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – é a orientação elaborada anualmente, que define as regras e prioridades. No caso das bibliotecas, importante realizar previsão de custos com acervo, formação do leitor e pessoal.

Lei Orçamentária Anual (LOA) – é a fase de execução que define todas as despesas e receitas do governo, preparada anualmente para discussão e aprovação do Legislativo (CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Após essa explanação, uma vez que a BE possui os recursos físicos, humanos, informacionais, tecnológicos e financeiros, é concebível afirmar que as chances de assertividade serão potencializadas quando organizadas em rede, já que as possibilidades de melhorias se expandem de forma colaborativa e integrada.

Diante desse contexto, surge outro eixo que se destaca no processo de formação de uma rede de BE – a gestão. Evidencia-se que as unidades de informação necessitam de suporte com o objetivo de facilitar e fortalecer os trabalhos desenvolvidos. Para o funcionamento de uma rede de biblioteca, faz-se necessário ter: uma gestão administrativa com atuação no planejamento de programas, projetos e atividades; formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas; padronização e normalização técnica de Biblioteconomia a serem aplicadas.

Pimentel (1977), no início de pesquisas para criação de rede de BE no Brasil, já apontava algumas pistas para a gestão. Dentre essas se destacam:

- a) treinamentos para a equipe das bibliotecas, garantindo conhecimentos técnicos e propiciando atendimento aos leitores;
- b) produção de ações e serviços técnicos e culturais;
- c) criação de parcerias com empresas privadas;
- d) realização de atividades de função social para a comunidade escolar;
- e) aplicação de pesquisas e modos de avaliação sobre tendências futuras;
- f) implantação de planejamento e programas específicos;
- g) integração da escola com a comunidade.

Nos dias atuais, os destaques evidenciados por Pimentel (1977) para a gestão de redes biblioteca escolar continuam em voga, pois:

[...] tornou-se um desafio para quem sente necessidade em trabalhar em prol da educação. Assim, percebe-se o campo com várias possibilidades, desde sair da letargia histórica muito relatada na literatura da área, até acreditar em um campo que pode assumir uma postura de protagonista em especial na educação e no campo de políticas públicas (BARBOSA, 2017, p. 1747).

Seguindo esse fluxo de pensamento, para que a biblioteca possa atuar como protagonista no âmbito educacional, considera-se ainda uma lacuna apresentada por Campello (2003) e Castro Filho (2016), que é a necessidade de a gestão administrativa da rede preparar, qualificar e atualizar os profissionais por meio de capacitações e formação contínua, requerendo estudos no campo pedagógico, conforme indicado pela Ifla (2016, p. 10-12).

[...] a pesquisa internacional de mais de 50 anos indica que os bibliotecários escolares necessitam de educação formal no âmbito da Biblioteconomia escolar e do ensino em sala de aula, a fim de desenvolver a competência profissional necessária para as funções complexas de ensino, leitura e desenvolvimento da literacia, gestão da biblioteca escolar, colaboração com os docentes e envolvimento com a comunidade educativa [...]. Assegurar que todos os alunos e professores têm acesso a serviços e programas de biblioteca escolar eficazes, levados à prática por profissionais qualificados.

Sob essa perspectiva de gestão atrelada ao objetivo proposto da pesquisa detalham-se alguns eixos, funções e facetas da biblioteca e do bibliotecário em busca do protagonismo no ambiente escolar e para o bom funcionamento da rede como um todo. A biblioteca deve buscar espaço para estimular e impulsionar o processo de reflexão crítica a partir da formação permanente do estudante. De forma breve, resumem-se as múltiplas funções da biblioteca (CAMPELLO, 2003; VIANA, 2014; LANKES, 2016; BARBOSA; MATA; PEREIRA, 2020):

- a) função social – ligada à dinamização dos fatos sociais e seus sujeitos, possibilitando o acesso ao conhecimento. Destaca-se que isso é permitido a partir do PPP das unidades escolares, que será discutido na Seção 4;
- b) função cultural – foco na difusão da pluralidade das manifestações culturais por meio da leitura, escrita, arte, para que o estudante possa entender a democracia de uma sociedade multicultural;
- c) função educativa – a partir de métodos diferenciados, a biblioteca pode oferecer instrumentos para o aprendizado dos estudantes. A leitura e a

informação são ferramentas cruciais para a criação de conhecimento. Assim, concorda-se com Lankes (2016, p. 59), quando afirma que: “Alguns aprendem pela leitura; outros, por meio do vídeo; outros fazendo; e a maioria aprende com a combinação disso tudo”. Portanto, para promover o aprendizado, as bibliotecas devem exercer todas essas modalidades;

- d) função política – ligada ao uso ético da informação, ou seja, acesso democrático aos diversos materiais intelectuais dando possibilidades múltiplas de apropriação do conhecimento. Nessa função, deve ser trabalhada com os estudantes a questão dos direitos autorais, a filtragem, usabilidade, privacidade e segurança da informação. Destaca-se nessa função as ações de competência em informação para que os estudantes possam construir o conhecimento, entendendo seus direitos e deveres, desenvolvendo a noção de democracia e o aprendizado independente e crítico;
- e) função informacional e tecnológica – incorpora os recursos da tecnologia nos processos gerenciais e acervos, além da integração na aprendizagem por meio das ferramentas. O professor muitas vezes precisa de apoio na integração das competências digitais com as informacionais. Nesse sentido, a biblioteca pode atuar como protagonista na implantação da tecnologia na escola.

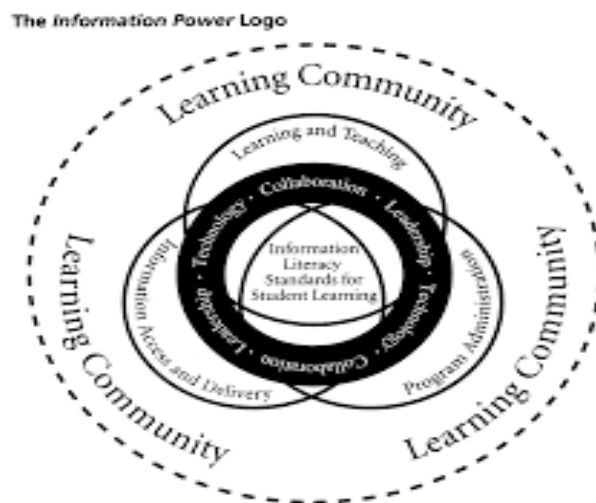
Diante de todas essas múltiplas funções da biblioteca, infere-se que o bibliotecário deve ser protagonista ao assumir essas incumbências contemporâneas e apresentar habilidades e competências nas unidades escolares. Arelado a isso, tem-se a mediação da informação, pois “[...] está em todas as ações do bibliotecário, isto é, desde os serviços técnicos até naquelas que acontecem face a face com o leitor” (BORTOLIN, 2010, p. 133). Deste modo, esse profissional precisa ter domínio e apropriação de diferentes materiais e recursos informacionais, de forma que saiba produzir conteúdos com qualidade e oferecê-los adequadamente aos públicos-alvo. Para isso, o bibliotecário necessita buscar capacitação para atuar no ambiente escolar e se preparar para lidar com as diversas áreas do conhecimento.

Para o desempenho dessas funções e facetas apresentadas, existe um ponto crucial no ambiente escolar e entre os profissionais bibliotecários de uma rede, que é a colaboração.

Os princípios de uma verdadeira colaboração representam domínios complementares de competência. Os colaboradores não apenas planejam, decidem e agem conjuntamente, mas também pensam juntos, combinando esquemas conceituais independentes para criar estruturas originais. Além disso, em uma verdadeira colaboração, há um compromisso com o compartilhamento de recursos, poder e talento: o ponto de vista de um indivíduo não é dominante, a autoridade para decisões e ações reside no grupo e os resultados do trabalho refletem uma mistura das contribuições de todos os participantes (JOHN-STEINER; WEBER; MINNIS, 1998, p. 776, *apud* PEREIRA, 2016, p. 31).

O documento *Information Power: building partnerships for learning* (AASL/AECT, 2009) apresenta diretrizes e estratégias para a BE e enfatiza a importância do trabalho colaborativo entre os bibliotecários, professores e equipe pedagógica no cotidiano escolar. Para ilustrar a proposta, AASL criou o logotipo “O poder da informação”.

Figura 2 – The information power logo²



Fonte: AASL/AECT (2009).

Na figura 2 demonstra que para se chegar aos padrões de alfabetização da informação, a comunidade de aprendizagem depende do acesso, entrega e

² Traduções: The information power – o poder da informação;
learning community – comunidade de aprendizagem;
learning and teaching – aprendizagem e ensino;
information access and delivery – acesso e entrega de informações;
program administration – administração do programa;
technology, collaboration, leadership – Tecnologia, colaboração, liderança,
information literacy standards for studenty learning – padrões de alfabetização da informação para o aprendizdo.

administração do programa ligados a tecnologia, colaboração e liderança. A figura expressa bem a visão da entidade quanto à importância da colaboração aliada à liderança e a tecnologia a serviço de melhorias no ensino-aprendizagem. Desta forma, as práticas educativas colaborativas do profissional bibliotecário podem contribuir para promover o aperfeiçoamento nas atividades e projetos pedagógicos da escola.

A colaboração é certamente um trabalho de esforço humano, neste caso, entre o bibliotecário e o corpo docente, que envolve objetivos comuns, respeito mútuo, planejamento, com contribuições substantivas de ambas as partes para a consecução de metas (PEREIRA, 2016, p. 25).

Os objetivos compartilhados com respeito, tolerância e confiança entre bibliotecários e a equipe escolar ficam mais fáceis para que os estudantes aprendam as habilidades informacionais, como o processo de busca, uso e avaliação de informações.

Pereira (2016) apresenta um modelo de Colaboração Professor/Bibliotecário (*Teacher and Librarian Collaboration Model* - TLC) desenvolvido por Montiel-Overall (2005a, 2005b), composto de quatro níveis: coordenação, cooperação, instrução integrada e currículo integrado. Trata-se de um processo gradual, de pouca interação e comunicação entre bibliotecários e professores na escola, até atingir uma relação mais concisa de comprometimento e envolvimento entre ambos.

Montiel-Overall (2012) retrata bem as quatro facetas do modelo TLC por meio das relações progressivas entre o bibliotecário e o professor: as facetas coordenação e cooperação requerem um mínimo de características individuais dos colaboradores para serem bem-sucedidas; e as facetas instrução integrada e currículo integrado exigem um nível de compromisso mais elevado e características pessoais mais propícias à colaboração (PEREIRA, 2016).

A autora destaca que, mesmo os profissionais desempenhando papéis e posições diferentes no âmbito escolar, eles possuem metas em comum em relação ao aprendizado dos estudantes, sustentando o esforço, empenho e nível de compromisso. Pereira (2016, p. 36) ainda afirma que “[...] a colaboração é um processo interativo, que vai aumentando à medida que as práticas colaborativas

mostram resultados positivos e que barreiras, como a falta de tempo, podem ser superadas”.

A prática educativa é de responsabilidade compartilhada. Portanto, a participação ativa do bibliotecário no contexto escolar quanto à mediação e o acesso à informação influencia o desempenho do estudante e, conseqüentemente, as atividades do professor. Dessa forma, diminui as chances da execução do trabalho educativo individual e isolado e aumenta a interação entre os dois profissionais (CAMPELLO, 2009). Porém, se a biblioteca atuar de forma isolada, sem estabelecer parcerias internas e externas, provavelmente encontrará muitos obstáculos e entraves para conquistar e avançar nos objetivos planejados.

“É preciso esperar que a facilitação de bibliotecários e bibliotecas seja pró-ativa, colaborativa e transformadora” (LANKES, 2016, p. 69). Nesse sentido, pode-se afirmar que a proatividade e a colaboração criativa nas práticas educativas dos bibliotecários em suas unidades de ensino trarão protagonismo e inovação à rede de BE, ampliando novas possibilidades de colaboração, parceria, interação e benefício mútuo entre os profissionais da rede.

Paralelamente aos desafios de cumprimento das funções da BE, dos recursos potenciais, da gestão compartilhada e das ações colaborativas dos profissionais, tem-se os documentos oficiais que são basilares para o funcionamento das bibliotecas. Esses são os aparatos legais para que a comunidade escolar tenha acesso garantido com qualidade e serão apresentados na seção seguinte.

4 DIRETRIZES PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Os Sistemas de Ensino público e privado no Brasil têm suas organizações e estruturas estabelecidas nas Leis e Diretrizes federais, estaduais e municipais. No intuito de destacar as legislações ligadas à BE, buscaram-se, propositadamente, documentos, leis e diretrizes que norteiam e são parâmetros para fundamentar, implementar e consolidar essas unidades de informação.

4.1 DOCUMENTOS NORTEADORES DE ESFERA INTERNACIONAL PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Optou-se aqui pelo recorte de documentos de duas entidades – Organização dos Estados Americanos (OEA) – que têm maior evidência na literatura pesquisada e a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (Iflla), já citada nesta pesquisa; embora reconhecendo que existem outras fundamentais, que têm debatido, discutido e apresentado documentação na temática de BE, tais como: *American Association of School Librarians (AASL)*, *American Library Association (ALA)*, *Canadian Library Association (CIA)*, *Association of College and Research Libraries (ACRL)*.

OEA – o documento apresenta a biblioteca escolar como um centro de aprendizagem, que conforme definição se configura por meio da:

[...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula (OEA, 1985, p. 21-22).

Destaca-se que a OEA traz para a BE a responsabilidade de atender às demandas dos estudantes, mas, sobretudo, compete-lhe atuar em colaboração com

a comunidade escolar, professor, gestor e outros atores da escola para atender aos objetivos propostos no PPP de cada unidade de ensino.

Assim como a Ifla, a OEA enfatiza a responsabilidade de os governos atentarem quanto à documentação legal para sustentar e consolidar as BEs, inclusive no que tange à determinação de recursos orçamentários próprios em nível federal, estadual e municipal.

Destaca-se, ainda, que a OEA apresenta os objetivos, órgãos responsáveis, as fases de implantação e desenvolvimento, o alcance de estruturas administrativas e os mecanismos operacionais para sua execução. Para complementar e efetivar as propostas, seguem-se, neste estudo, as orientações da OEA (1985).

Ifla – é apoiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e define a biblioteca como:

[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural (IFLA, 2016, p. 19).

Ainda no mesmo documento, a instituição elaborou orientações e recomendações das quais se destacam:

Recomendação 3. Deve ser posto em prática um plano para o desenvolvimento das três características necessárias para o sucesso de uma biblioteca escolar: um bibliotecário escolar qualificado; uma coleção que apoia o currículo da escola; e um plano explícito para o crescimento e desenvolvimento da biblioteca escolar (IFLA, 2016, p.12).

[...]

Recomendação 5. Deve ser aprovada legislação sobre a biblioteca escolar, a nível das instâncias governamentais adequadas, para assegurar que as responsabilidades legais são claramente definidas no que respeita à criação, apoio e melhoria contínua de bibliotecas escolares acessíveis a todos os estudantes (IFLA, 2016, p.12).

[...]

Os responsáveis da educação a nível nacional e/ou regional/local devem estabelecer um sistema de apoio à implementação e desenvolvimento das bibliotecas escolares. Devem ser feitos esforços para definir e implementar um nível básico de serviços e atividades, para que os alunos e professores possam encarar a biblioteca escolar como um recurso para o ensino e aprendizagem a que podem aceder. O trabalho desses serviços de educação pode

incidir em questões como: formação inicial e contínua dos bibliotecários escolares, aconselhamento profissional, estudos de investigação, colaboração com grupos de bibliotecários escolares e com as suas associações profissionais e desenvolvimento de normas e diretrizes (IFLA, 2016, p. 26).

Para dar suporte à implantação e investimento em bibliotecas, a Ifla (2016, p. 19) apresentou orientações aos governos, associações de bibliotecas, escolas, diretores de escolas e comunidades escolares sobre as “[...] necessidades de informação da comunidade escolar e os aspectos característicos específicos da comunidade, sejam eles sociais, étnicos, culturais, linguísticos ou autóctones”.

Sendo da responsabilidade das autoridades locais, regionais ou nacionais, a biblioteca escolar deve ser apoiada por legislação e políticas específicas. As bibliotecas escolares devem ter meios financeiros suficientes para assegurar a existência de pessoal com formação, documentos, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita (IFLA, 2016, p. 25).

Especificamente nos investimentos em política públicas, a Ifla (2016, p. 28) definiu:

Para garantir a atualização e vitalidade da coleção de recursos educativos e informativos de uma biblioteca escolar, é necessária uma dotação orçamental adequada, tendo em conta a realidade local. As despesas de orçamento devem estar relacionadas com o que o projeto educativo da escola prevê para a biblioteca e traduzir-se num investimento na formação dos alunos, professores e pessoal não docente.

Observa-se que esse documento é fundamental e basilar para o funcionamento das bibliotecas de modo integral, contemplando de forma contundente as orientações e recomendações aos gestores no que tange aos investimentos em políticas públicas.

4.2 DOCUMENTOS NORTEADORES DE ESFERA NACIONAL PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Os documentos apresentados a seguir são os mais utilizados no âmbito da Biblioteconomia para dar suporte quanto ao cumprimento de implantação de bibliotecas e subsidiar as orientações detalhadas para o funcionamento das BEs:

Projeto Mobilizador, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (Gebe), Lei Federal nº 12244/10, documentos do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

O Projeto Mobilizador “Biblioteca escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público”, uma proposta defendida pelo CFB juntamente com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs), que buscou configurar intervenção na biblioteca sob as perspectivas:

a) Social – porque contempla, prioritariamente, a sociedade como público-alvo beneficiário; b) Profissional – tendo em vista que irá exigir a melhoria na qualidade do perfil do bibliotecário envolvido, tanto no atendimento ao público, quanto na operacionalização do sistema; c) Educacional – uma vez que diante da fragilidade, em termos legais e operacionais, da biblioteca escolar na Rede Pública de Ensino, e do importante papel que ela assume como complemento à sala de aula, na descoberta e na consolidação do conhecimento, é preciso que ela se fortaleça, inserindo-se em um contexto maior fazendo emergir deste cenário a necessidade da constituição de um sistema estruturado e dotado de permanência; d) Filosófico – motivado pela convicção de que a biblioteca escolar não pode ficar na dependência de uma legislação inconsistente ou ser levada com pouca seriedade no que tange a sua implementação, mas, ao contrário, seja sua situação inequívoca e leve em consideração que o conhecimento acumulado e registrado pelo ser humano ao longo do tempo é condição para a reflexão e o avanço nos mais diversos níveis; leitura e pesquisa, movidas até pela simples curiosidade, levam o usuário do acervo e da informação a dar um passo à frente (CFB, 2008, p. 10-11).

Esse Projeto Mobilizador ganhou destaque na classe bibliotecária por defender a criação e implantação de bibliotecas no ensino público, tendo um amplo esforço coletivo nacional. O documento reforça a importância da oferta de um serviço de promoção da informação segura e com qualidade para o desenvolvimento de autonomia crítica do cidadão. Detalha ainda várias estratégias a serem adotadas para executar as propostas, destacando-se os possíveis parceiros e responsáveis. Além de apresentar indicadores que podem auxiliar na avaliação dos serviços prestados pela BE.

Gebe – pertencente a Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, teve contribuição significativa no desenvolvimento de propostas e ações em parceria com o Projeto Mobilizador do CFB. O grupo produziu, em 2010, parâmetros para subsidiar a BE como produção do

conhecimento. O documento aponta esses parâmetros como instrumentos de avaliação e de planejamento da BE, considerando as especificidades de cada escola e sugerindo metas para os itens especificados, os quais incluem horário de funcionamento, espaço físico, mobiliários e equipamentos, acervo, organização do acervo, computadores, serviços e atividades, detalhando, para cada um desses itens, diversas condições de atendimento (UFMG, 2016).

Lei Federal nº 12.244/10 – essa Lei para a Biblioteconomia Escolar foi um grande marco na história, quando dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país, com determinação de instalação de bibliotecas com parâmetros mínimos em dez anos (BRASIL, 2010), apresentando perspectivas positivas para o futuro da BE brasileira, avanço para a educação e para a sociedade brasileira como um todo.

Apesar dos esforços concentrados, em uma análise aprofundada na literatura da área durante a revisão bibliográfica, apreende-se que a referida lei é superficial, pois faltam determinações específicas que garantam a concretização do estipulado no dispositivo legal, causando certo receio quanto ao seu efetivo cumprimento. A lei não apresenta orientações específicas em relação às responsabilidades governamentais para construção, implementação e atuação de profissionais na BE. Além disso, não prevê sanções àqueles que descumprirem os dispositivos da lei.

Passado dez anos, verifica-se que a lei não foi cumprida de acordo com o proposto, tendo muito que se avançar no que diz respeito à instalação de novas bibliotecas, acervos, mobiliários, equipamentos, tecnologia e profissionais habilitados para desempenhar o papel de mediação da leitura, pesquisa escolar e atuação no processo de aprendizagem.

Para complementar essa lei, está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.484/18, com o objetivo de prorrogar o seu cumprimento para 2024, ampliando o conceito de BE, além de apresentar proposta de criação do Sistema Nacional de Biblioteca Escolar (SNBE) (BRASIL, 2018).

Documentos do CFB – diante da superficialidade da Lei nº 12.244/10 e para corroborar e complementar a LDB, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) instituiu a Resolução nº 199/2018, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das BEs. Mais recentemente ainda,

com aprofundamento e detalhamentos, criou a Resolução nº 220/2020 que, além de estabelecer os parâmetros anteriores, reformula o conceito de biblioteca e discorre sobre o que deve conter no espaço físico adequado, assegurando as referências legais e pedagógicas de qualidade e acessibilidade.

Destacam-se ainda no documento orientações quanto: à qualidade do acervo; ao atendimento; à oferta de serviços; à realização dos serviços técnicos e administrativos; às orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares; ao suporte orçamentário.

Já os documentos nacionais na área educacional contribuem “[...] para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola” (BRASIL, 2013, p. 7). Os dispositivos legais contemplados a seguir influenciam, direta ou indiretamente, o funcionamento das bibliotecas escolares e apontam caminhos para sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem. Destacam-se alguns documentos norteadores de âmbito governamental na área de educação para as bibliotecas escolares.

Constituição Federal (CF) – a CF de 1988, no Capítulo III, Seção I, trata exclusivamente da Educação nos arts. 205 a 214. É a base primordial para o desenvolvimento de todo o aparato legal no âmbito escolar e, conseqüentemente, da biblioteca. Destaca-se o art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a CF é estabelecida como referencial para a elaboração dos projetos pedagógicos das escolas no país, com o objetivo de desenvolver nos estudantes conhecimentos, habilidades e atitudes para se tornarem cidadãos autônomos, críticos e aptos para lidar com a sociedade.

LDB – o sistema educacional brasileiro tem como fundamentação legal a Lei nº 9.394/1996, que dispõe sobre as bases e diretrizes para os estabelecimentos de

ensino. Dessa lei originam-se outras que orientam as práticas educacionais. Os princípios norteadores da lei apontam para o planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle. Apesar da Lei não mencionar a BE, nos arts. 22 e 32, dá o suporte necessário para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e informacionais na biblioteca, quando descreve:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

[...]

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Em sua totalidade, a LDB destaca a educação como um processo capaz de transformar o educando em cidadão autônomo e crítico, vindo ao encontro da missão da BE quanto ao desenvolvimento do exercício da cidadania, da formação do leitor e das práticas informacionais preconizados nos documentos já apresentados.

No entanto, a lei não aborda sequer a biblioteca, também não relaciona sua função e integração ao currículo para o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita, conforme preconizado no art. 32, ficando evasiva a participação dos bibliotecários e/ou de outros profissionais envolvidos nessas práticas informacionais.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – foram elaborados para orientar os educadores a buscar novas abordagens e metodologias de ensino, contextualizando o conhecimento escolar quanto à sua interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender do estudante. Salienta-se que, nos 23 volumes, há um reconhecimento da base fundamental da biblioteca escolar quando expõe que é “[...] a primeira das condições favoráveis para a formação de

bons leitores, ao lado do acervo de classe e das atividades de leitura” (PCNs, 1997, v. 2, p. 58).

Nesse sentido, os PCNs reforçam as múltiplas funções da biblioteca no ambiente escolar, criando oportunidades para que os estudantes tenham acesso às informações nos mais variados suportes informacionais, bem como programas e ações para auxiliá-los no processo de transformação das informações em conhecimento.

BNCC – é o documento mais atualizado e recente na área da educação e foi definida como meta no PNE (2014). A criação de uma base comum para a educação já estava prevista na Constituição Federal de 1988 e a LDB (BRASIL, 1996) reforçou a sua necessidade. Dessa forma se iniciaram os debates e construção do documento, pelos quais foi estabelecida, em 2018, em sua terceira versão. Ela é norteadora para a construção do currículo escolar, trazendo uma abordagem contemporânea para o cenário atual. É mais detalhada que os PCNs, já que possui os objetivos mais claros com detalhes a respeito das habilidades e competências que os estudantes devem desenvolver. O documento relata que, ao longo da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), os estudantes devem desenvolver as dez competências gerais da educação básica, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018). A BNCC estimula a leitura desde a educação infantil, levando o estudante a construir sua concepção de linguagem escrita em diversas formas e práticas de letramento. Nessa perspectiva, destacam-se a segunda, quinta e sétima competências:

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

[...]

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

[...]

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 9).

As competências essenciais aos estudantes postuladas pela BNCC sugerem, no contexto brasileiro, momento ímpar ao protagonismo da BE, por meio de suas ações pedagógicas, já que esse documento tem uma relação intrínseca com as habilidades informacionais. A BNCC postula objetivos claros para que o estudante pesquise as fontes de informação e os conteúdos de forma independente e elabore suas construções e aprendizado por conta própria, orientado pelo professor e/ou educador. O bibliotecário deve buscar na BNCC os fundamentos para sua prática e contribuir para o desenvolvimento das habilidades informacionais dos estudantes.

Projeto Político-Pedagógico (PPP) – é um documento no âmbito escolar norteador do trabalho pedagógico da escola como um todo. Segundo Vasconcellos (2006, p. 169), o Projeto Político-Pedagógico é:

[...] a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Campello (2009) afirma que as ações da biblioteca não podem ser realizadas isoladamente, sem objetivos. Tem que haver sentido e estar pautadas e integradas aos conteúdos curriculares, pois a “[...] integração ao projeto pedagógico é fundamental para que os recursos disponíveis sejam adequadamente direcionados às necessidades curriculares da instituição, inserida e integrada nesse processo de construção do conhecimento” (MATA; SILVA, 2008, p. 32). Dessa forma, a biblioteca terá significado em sua existência e poderá contribuir de forma mais objetiva na construção do currículo escolar.

Bortolin e Silva (2006, p. 18) afirmam que “[...] a biblioteca deve buscar estratégias para o melhor atendimento e oferecimento de atividades/serviços que venham a suprir as necessidades e expectativas da comunidade na qual está

inserida”. Campello (2009) corrobora sugerindo que as ações da biblioteca precisam estar implantadas em toda a documentação da escola. Conseqüentemente, inclui-se o PPP. Com isso, irá instituir e articular a existência e contribuição da biblioteca para a educação.

Diante do exposto, faz-se necessário conhecer os documentos apresentados para fundamentar, implementar e consolidar essas unidades de informação. As leis, decretos e programas são fundamentais e precisam ser compreendidos para que os profissionais e a sociedade em geral possam acompanhar o andamento das legislações e cobrar dos órgãos competentes.

Apreende-se que as legislações vigentes na área da Educação orientam o funcionamento e atribuições das bibliotecas escolares de forma muito superficial, daí a necessidade de se destacar as políticas públicas voltadas às demandas das unidades de informação, conforme expõe a próxima seção.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS COM BIBLIOTECAS NO BRASIL

São pressupostos das políticas públicas os direitos sociais e culturais. A política pública (PP) tem o poder de modificar realidades, por exemplo, segmentos podem passar a ter acesso a determinados serviços públicos. São latentes as necessidades, carências e potências da sociedade civil, tendo que participar ativamente no processo decisório, na elaboração, execução, implementação e fiscalização de PPs, promovendo o equilíbrio no governo. Segundo Saravia (2006, p. 28), a política pública é “[...] fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. O autor ainda complementa apresentando suas finalidades como “[...] consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas” (SARAVIA, 2006, p. 29).

A Constituição de 1988 estabelece que as políticas públicas acontecem efetivamente nos municípios baseadas nos aparatos legais de âmbito nacional, estadual e municipal, pois os planos, programas e projetos são aplicados na cidade. As decisões dos recursos são do poder do município para aplicar e implementar condições para que os direitos sejam cumpridos. Para que isso aconteça, é de suma

importância a contribuição e participação da sociedade civil quanto à elaboração, acompanhamento, verificação e aplicação das leis.

Nesse cenário, a participação coletiva na elaboração de PP é o resultado do cumprimento e consolidação da democracia, tendo efeitos no sistema político e social, não só na esfera pública, mas também na privada, já que são garantias de direitos a toda a população. Goldin (2003, p. 163) complementa afirmando que a eficácia da PP “[...] se mede por sua sustentabilidade e sua coerência interna, que faz com que, nos distintos setores envolvidos, tenha repercussão positiva”.

Na esfera da biblioteca, a política pública configura-se como tema central seja para alavancar a instalação de novos espaços, seja para desenvolver todas as ações das unidades de informação já existentes. Para Garcia Martinez (2006, p. 30), a política da biblioteca se dá como:

[...] um conjunto de decisões que adotam os poderes públicos, inspirados nos princípios biblioteconômicos, para conseguir o equilíbrio entre o direito do cidadão à informação e a obrigação do Estado de satisfazer a necessidade de informação da população, configurando um plano de ação no qual recursos humanos, materiais, legais, institucionais e financeiros são organizados para o estabelecimento de um sistema de bibliotecas que proporcione o acesso e uso de informações à população nos diferentes níveis jurídico-administrativos territoriais.

Pesquisadores na área de Biblioteconomia Escolar (CAMPELLO, 2003; BORTOLIN, 2006; MORO; ESTABEL, 2011; CASTRO FILHO, 2016) ressaltam a lacuna de políticas públicas e o descaso dos órgãos competentes para solução dos problemas.

[...] pontos como legislação e documentação, dotação orçamentária, recursos humanos, entre outros, necessitam ser mais bem articulados para que as redes se estruturam [...]. O fortalecimento da biblioteca escolar, no âmbito do setor público, depende em grande parte de políticas públicas. Conclui-se, nesse aspecto, que as atividades de suporte à rede necessitam ser mais bem consolidadas para que atividades meio e fim consigam otimizar a contribuição da biblioteca escolar no meio educacional (CAMPELLO, 2003, p. 17).

Campello (2015) ainda afirma que as políticas públicas são necessárias para o fortalecimento das bibliotecas. Para que isso aconteça, carece ter a participação da sociedade nas decisões e nas articulações para aprovação de legislações, orçamentos e outras demandas que envolvam a BE.

Nesse viés, destaca-se que o profissional bibliotecário necessita conhecer e entender como se dão as políticas públicas para não só anunciar os direitos, mas também garantir as condições objetivas, mobilizar e lutar para que as PPs, envolvendo as BEs, sejam efetivadas. Quanto mais participação social na elaboração de PP, na gestão pública e no controle social, mais democrática é a relação entre a sociedade e o Estado.

As políticas públicas voltadas para as bibliotecas no Brasil estão ligadas ao direito ao livro, à leitura e à literatura. São transversais entre a educação e a cultura. Os livros devem estar nos espaços determinados em bibliotecas, arquivos ou em diversos suportes tecnológicos onde a informação está armazenada. Deste modo, apresentam-se os planos governamentais de democratização de acesso e promoção à temática.

Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) – foi uma ação liderada pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Cultura e da Educação, conforme Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, que tem por finalidade “[...] assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional” (BRASIL, 2006).

Os quatro eixos que orientam a organização do Plano são:

- a) Eixo 1 – Democratização do acesso;
- b) Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- c) Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
- d) Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro (BRASIL, 2006).

Essa articulação entre os dois Ministérios trouxe, por meio do PNLL, um conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e construção de diretrizes para que, em todas as instâncias – União, Estado e Municípios – se possa promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil. Destaca-se, ainda, que teve participação de sugestões de várias entidades e organizações da sociedade, como: educadores, bibliotecários, especialistas em livro e leitura, empresas públicas e privadas. O PNLL foi um marco legal de regulação e

estabelecimento dos parâmetros para a fundamentação e ênfase das políticas públicas do livro e da leitura. No ano de 2011, o Plano obteve maior dimensão pelo Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. A ampliação se deu com quatro eixos estratégicos e 19 linhas de ação.

Política Nacional da Leitura e Escrita (PNLE) – é uma estratégia permanente estabelecida a partir da Lei nº 13.696/2018. Seu conteúdo dá continuidade aos debates realizados do PNLL, por meio de dez objetivos que visam à promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil; além de promover as demais políticas de estímulo à leitura e ao conhecimento.

Essa lei prevê ações, programas e projetos que dão apoio à elaboração, a cada decênio, do PNLL, em sua execução e efetivação. A PNLE potencializa ainda mais os quatro eixos do PNLL e, como lei, torna-se uma imposição legal ao Poder Executivo para garantir exatamente estratégias permanentes para a área (SNBP, 2018).

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – instituído no ano de 1997 sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foi uma política de formação de leitores que teve o objetivo de “[...] promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (BRASIL, 2008). O programa distribuiu kits gratuitos de livros para todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar com periodicidade intercalada anual e/ou bienalmente. No ano de 2017, o PNBE foi incorporado a outro programa, ganhando uma nova nomenclatura – PNLD literário – com formato e características mantidas.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – por intermédio do Decreto nº 9.099/2017, o Governo Federal integrou o PNLD ao PNBE, unificando as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos bem como os kits literários. O programa é destinado a “[...] a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e **literárias**, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita” (BRASIL, 2017, *grifo nosso*), tendo o mesmo formato de distribuição, ou seja, atende todas as escolas públicas de educação básica, nos

âmbitos federal, estadual, municipal e distrital. Além disso, inclui as instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Com nova nomenclatura, o PNLD ampliou seu alcance com inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa, como: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, dentre outros (BRASIL, 2017).

Plano Nacional de Educação (PNE) – foi aprovado pelo Congresso Federal por intermédio da Lei nº 13.005, de 2014, que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de dez anos, ou seja, de 2014 a 2024. A lei tem por finalidade direcionar a necessidade de esforço e investimento conjunto e pactual entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a melhoria da qualidade da educação no país (BRASIL, 2014).

O PNE estabeleceu 20 metas para todas as modalidades do ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, com garantia de direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, respeitando as diversidades regionais, estaduais e locais. Destaca-se, entre as diretrizes do PNE, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, o fortalecimento da educação inclusiva, a capacitação e valorização dos sujeitos que atuam na educação, como professores e técnicos, além de outros focos que envolvem a gestão, investimento e aplicação de recursos públicos na educação. Os Estados e todos os municípios brasileiros tiveram que elaborar seus próprios planos com planejamentos específicos para basear o alcance das metas e objetivos previstos, levando em consideração as características, diversidades, necessidades e demandas locais.

Destaca-se que, entre as metas estabelecidas, as bibliotecas são inseridas nas ações do governo em algumas estratégias específicas, por exemplo, 6.3, 6.4, relacionadas somente com a estrutura física (BRASIL, 2014), porém sem um olhar mais aprofundado e estruturado de políticas específicas. O PNE não apresenta a biblioteca como centro de informação para a comunidade escolar. Cita, na Meta 7, por exemplo, apenas a criação e implantação de bibliotecas como recurso tecnológico digital e apoio pedagógico das escolas, para melhoria de índices gerais do desenvolvimento da educação pública.

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

[...]

Estratégia 7.20 - Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet (BRASIL, 2014).

Porém, mesmo com essa superficialidade no que tange às bibliotecas, o PNE foi um grande avanço para a educação em geral e grande oportunidade para os Estados e Municípios elaborarem seus próprios Planos, dando maior visibilidade à atuação das bibliotecas nos diversos ambientes educacionais, além de investimentos em recursos humanos, infraestrutura e acervos, dentre outros (CARVALHO, 2017).

Diante do exposto, destaca-se que os Sistemas de Ensino brasileiro carecem de ter bibliotecas com estrutura básica padronizada bem como parâmetros de funcionamento mínimos de acordo com as legislações e resoluções vigentes já apontadas neste estudo. É evidente o descaso com as bibliotecas escolares no Brasil e o cumprimento das leis estabelecidas por parte dos governantes e gestores de escolas.

Após toda a contextualização apresentada quanto as diretrizes para bibliotecas e as políticas públicas ligadas ao direito, ao livro, à leitura e à literatura, transversais entre a educação e a cultura, e, conseqüentemente, necessários à consolidação em redes, na próxima subseção, serão expostos três exemplos que foram identificados na pesquisa como referências nas dimensões organizacional e pedagógica.

4.4 REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES CONSOLIDADAS

Neste estudo, buscou-se, por meio de revisão de literatura, algumas redes de BE que pudessem ser referência para futuras implantações de outras redes de BE. Delimitou-se na pesquisa a seleção de redes que apresentassem uma estrutura

consolidada, recursos apontados no item 3.3, além do marco legal por intermédio de documentação instituída.

Após pesquisa e análise em documentação dos órgãos mantenedores, foram eleitas, como balizador deste trabalho, três redes consolidadas de BE, a saber: uma internacional – Programa Nacional Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), de Portugal; e duas no Brasil, públicas municipais: Rede de Biblioteca Interativa (Rebi) de São Bernardo do Campo/SP e Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (Debec) de Florianópolis/SC.

4.4.1 Programa Nacional Rede de Bibliotecas Escolares

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares faz parte da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Portugal que teve sua criação em 1987, focada nos desafios que a sociedade da informação impôs às bibliotecas públicas; evidenciando a “[...] importância de a política nacional para o setor caminhar com um novo ritmo com o objetivo de atualizar a biblioteca pública portuguesa e a própria rede, no sentido de dotá-la da qualidade de rede informacional” (BARBOSA; PEREIRA, 2020, p. 38) .

Diante da insuficiência de hábitos e práticas de leitura da população portuguesa, o Programa Nacional Rede de Bibliotecas Escolares, criado em 1996, foi uma política pública, articulada entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, visando ao “[...] desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública” (PORTUGAL, 1996, p. 13). Tendo legislação própria, a meta da RBE foi implantar bibliotecas em todas as escolas de ensino básico alinhadas com diretrizes de organizações internacionais, como Ifla e Unesco.

Além disso, foi instituída e firmada parceria entre os dois Ministérios para idealizar a RBE, criando um grupo de trabalho de profissionais gabaritados com qualificações técnicas, tendo como objetivo elaborar um relatório com apresentação de problemas e possíveis soluções, além de levantamento de diagnóstico descritivo com a situação das bibliotecas e suas principais características. A partir daí a meta era estabelecer os princípios, as linhas de orientação e, finalmente, apresentar o programa da rede de bibliotecas portuguesas (PORTUGAL, 1996; 2010).

O referido relatório teve como título “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares”. Para sua elaboração, o grupo baseou-se em: estudos de instituições internacionais ou de outros países; estudos existentes sobre as bibliotecas escolares portuguesas; resultados de investigação e experiência direta dos participantes do grupo que, ao longo dos anos, tiveram contato com diversos públicos entre crianças e jovens, além de professores, como o apoio aos responsáveis por bibliotecas escolares e públicas e/ou participando de suas iniciativas. Ressalta-se, ainda, que, antes da versão final do documento, o grupo de trabalho consultou profissionais da área de Biblioteconomia e afins (bibliotecários, professores, técnicos e especialistas) para obter reações e comentários à proposta ora elaborada (PORTUGAL, 1996).

Ainda sobre o documento, foram estabelecidos os princípios e linhas gerais para a RBE, inspirados nas orientações da Unesco, destacando-se: a informação como elemento central do currículo, já que “[...] toda a atividade curricular consiste num processo de seleção, tratamento, produção e difusão da informação tendo como principal finalidade a aquisição de um ‘saber escolar’ (PORTUGAL, 1996, p. 29); a valorização da biblioteca como um lugar especializado, integrado à escola e articulado em uma rede local de leitura; o desenvolvimento da BE como inovação organizacional que afeta toda a comunidade escolar, seu funcionamento interno e sua relação com o contexto local.

Em relação à organização e ao desenvolvimento geral das bibliotecas pertencentes à rede, foram estabelecidos: os princípios e as regras de funcionamento, respeitando os diferentes espaços; os requisitos quanto aos equipamentos, mobiliários e fundo documental; a definição de critérios para formação de equipe qualificada para gerir e dinamizar a biblioteca; a dotação orçamentária própria; e, para o funcionamento pleno da rede, a articulação com as demais bibliotecas escolares e públicas (PORTUGAL, 1996; 2010).

No planejamento inicial da RBE, o papel central dessas unidades de informação está focado nos seguintes campos:

A aprendizagem da leitura; o domínio dessa competência (literacia); a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura; a capacidade de selecionar informação e atuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas; o desenvolvimento de métodos de estudo, de investigação autônoma; o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística (PORTUGAL, 1996, p. 15).

A RBE foi estruturada no sentido de desenvolver nos estudantes a conscientização dos aspectos históricos, devendo ser “[...] um lugar onde todos encontram registos de memórias da escola e do seu meio envolvente, através de documentos ali produzidos, contribuindo assim para reforçar a identidade da escola e da comunidade local” (PORTUGAL, 1996, p. 17).

Nota-se que houve um esforço conjunto do governo no sentido de incentivar as escolas a se candidatarem no programa para a criação e desenvolvimento de suas bibliotecas. Para a integração na RBE, foram estabelecidas orientações técnicas e funcionais baseadas em cinco parâmetros principais: recursos humanos e formação, recursos físicos, funcionamento e animação, gestão e apoio da RBE e Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (PORTUGAL, 1996; 2010).

No parâmetro recursos humanos e formação, destaca-se no documento que a gestão e dinamização da BE deveriam ser realizadas por uma equipe educativa com formação específica que apresentasse “[...] competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projetos, da gestão da informação e das ciências documentais” (PORTUGAL, 2010, p. 22). Esses profissionais deveriam trabalhar em regime de colaboração para atender com eficácia às múltiplas funções da BE.

Em relação aos recursos físicos, a definição dos espaços foi baseada nos princípios estabelecidos pela Unesco, no sentido de obter um normativo técnico que funcionasse como “[...] um instrumento de apoio à concepção de projetos de transformação/criação de bibliotecas escolares, ou ao seu reajustamento e desenvolvimento nos casos em que já há projetos executados ou em fase de execução” (PORTUGAL, 1996, p. 35). Sendo assim, a localização da biblioteca deveria ser de fácil acesso, observando a estética, setores organizados e separados de acordo com a funcionalidade. Quanto aos equipamentos necessários, poderiam variar de acordo com o tipo de BE, podendo ser: mobiliário e os equipamentos informáticos, audiovisuais, de fotografia, de cópia e de produção gráfica. Deveria, ainda, ser considerada a seleção adequada dos recursos informacionais relativos aos mais variados suportes, destacando não só os livros, mas também revistas e jornais, documentos audiovisuais e informação em formato digital, de imagem e de som, bem como o acesso a bases de dados eletrônicas.

As orientações quanto ao funcionamento das bibliotecas eram: regime de livre acesso aos materiais informacionais; leitura presencial, empréstimo domiciliar, para as aulas e outros locais da escola; e, sempre que possível, acesso liberado à

comunidade externa. Recomendava-se, ainda, que as bibliotecas seguissem os procedimentos técnicos da informatização, classificação e catalogação dos documentos. Quanto às ações e animação, o plano de desenvolvimento deveria agregar ao projeto da escola e focar o desenvolvimento do prazer de ler, sempre divulgando as atividades de forma ativa e constante para atingir o público-alvo. Orientou-se que se promovesse a cooperação entre as bibliotecas da mesma área geográfica e de diferentes níveis de escolaridade, promovendo o intercâmbio de recursos e a cooperação de divulgação, animação e formação.

Quanto às recomendações à gestão da BE e ao apoio da RBE, ficou a cargo de cada escola o processo de criação, desenvolvimento e gestão da unidade. Para isso, o recomendável era que houvesse um conjunto de apoio e incentivo por parte de diferentes entidades em níveis nacional, regional e local. Para fortalecer ainda mais as bibliotecas da rede, sugeria-se a criação, nas bibliotecas municipais, de um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (Sabe).

Ressaltar-se que o documento finalizado não só apontou um modelo e criação de bibliotecas escolares, segundo os parâmetros atualizados e referências das organizações internacionais, mas, também, a constituição de uma RBE abrangendo todo o Sistema de Ensino público, básico e secundário.

O lançamento do RBE foi realizado mediante a assinatura de contratos-programa celebrados entre o Ministério da Educação, as Câmaras Municipais e as Escolas, centralizando financiamentos de obras, equipamentos e recursos documental e pessoal. A partir de então, passou-se à fase de convite às escolas para se candidatarem ao programa. Para isso, foi criado um Gabinete da RBE com o intuito de apoiar, do ponto de vista técnico e financeiro, as escolas que aderissem aos projetos tanto para criação como para renovação das BEs.

A criação da RBE constituiu-se uma das medidas de política educacional em âmbito nacional em que cada biblioteca é inserida nas atividades pedagógicas da escola como um centro de iniciativas e recursos multimídia aberto a todos, destinado à consulta e à produção em diferentes suportes.

Logo no primeiro ano de implementação do programa, em 1997, houve adesão de 164 bibliotecas. Ao final do ano de 2019, já se registravam 2.400 bibliotecas integradas à RBE.³ Atualmente o RBE é “[...] um programa informado,

³ <https://www.rbe.mec.pt/np4/indicadores?cats=341&s=1126>

conceitualizado, refletido. Além disso, revelou-se um programa atento aos processos de mudança” (PORTUGAL, 2010, p. 28). A rede continua se expandindo em números e vem consolidando e atualizando os recursos humanos, equipamentos, instalações, fundos documentais e acessos informacionais das bibliotecas. Ao longo dos anos foram surgindo novos desafios. Dessa forma, o Gabinete da RBE tem renovado e atualizado os seus objetivos, no sentido de intensificar as relações com a comunidade e promover a colaboração relevante com atividades de educação e formação.

A RBE atingiu uma fase de maturidade e, para continuar assegurando a qualidade, estabeleceu-se, em 2013, um quadro estratégico para os anos de 2014-2020, a fim de definir um conjunto de padrões de desempenho para as bibliotecas escolares atingirem nesse período, promovendo, ao longo dos anos:

[...] a adaptação dos meios existentes às exigências tecnológicas e digitais da atualidade; a criação de serviços educativos com impacto visível na vida da escola e no sucesso dos alunos; a continuação da melhoria dos níveis de leitura e das literacias; a oferta de espaços inovadores de conhecimento, formação pessoal e construção da cidadania (PORTUGAL, 2013, acesso em 20 out. 2019).

Implementou-se, ainda, um modelo de avaliação das bibliotecas escolares, atualizado em 2017, que se tornou um referencial de gestão e um instrumento de orientação e melhoria interna. O programa definiu quatro domínios norteadores: currículo, literacias e aprendizagem; leitura e literacia; projetos e parcerias; gestão da BE. Esses domínios estão ligados à ação, aos resultados e aos impactos da biblioteca, na prestação de serviços, no desenvolvimento curricular e na promoção das competências e aprendizagens dos estudantes (PORTUGAL, 2010).

Atualmente a RBE tem buscado a promoção e desenvolvimento de projetos inovadores e de qualidade em diferentes áreas e públicos, evidenciando uma “[...] intervenção mais qualificada na melhoria das aprendizagens, das literacias e no envolvimento da comunidade educativa” (PORTUGAL, 2010). Destacam-se alguns projetos: Ideias com mérito, aLeR+, Ler é para já e Newton gostava de ler.

Ao longo dos anos, desde o lançamento do Programa RBE, entende-se que houve intensa busca para que as bibliotecas escolares portuguesas fossem vistas como espaços integradores de conhecimentos e recursos diversos, atuando em práticas educativas, suportes de aprendizagem e apoio ao currículo escolar no

desenvolvimento da literacia digital, da informação e mídia, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania (PORTUGAL, 2010).

Para além do estabelecimento da RBE, que permite o compartilhamento de recursos e seu fortalecimento, a rede criou um sistema de introdução das bibliotecas escolares no processo educativo de forma integrada e articulada, possibilitando, a introdução de políticas públicas específicas com o objetivo de consolidar o programa, estabelecer financiamentos, incentivos às escolas, recursos humanos e infraestrutura.

4.4.2 Rede Biblioteca Interativa

A Rebi foi criada no ano de 1999, por meio de cooperação técnico-acadêmica estabelecida entre a Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP e a Universidade de São Paulo. Foi idealizada pelo professor Dr. Edmir Perrotti, da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da USP, com o intuito de implantar uma rede de BE a partir de um novo conceito baseado na concepção sociointeracionista que fundamenta o ensino da Rede Municipal de Ensino do referido município.

A proposta de interatividade da Rebi busca favorecer ao sujeito o estabelecimento de relações dinâmicas com a informação por meio de criticidade, autonomia e criatividade. Para que isso ocorra, faz-se necessário não apenas o acesso a acervo e equipamentos de qualidade, mas uma mediação coerente com esses princípios, realizada por profissionais capacitados para este tipo de ação educativa (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 5).

A rede possui 103 bibliotecas escolares e atende aos estudantes da educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos. Conta com o apoio da equipe de gestão, dos docentes, da unidade escolar e da comunidade em geral. A equipe da Rebi é composta pela Chefia da Seção de Biblioteca Escolar (Divisão de Incremento ao Ensino do Departamento de Ações Educacionais, da Secretaria de Educação do município), auxiliares, agentes, bibliotecários, oficiais de escola, oficiais administrativos, professores e outros. A Seção de BE supervisiona, acompanha, realiza adequações necessárias às

bibliotecas da rede, dando suporte e condições às demandas, além de indicar os apontamentos sobre a organização do espaço e questões técnicas.

A organização geral teve a intenção de formar um conjunto harmônico entre o espaço, o mobiliário, os equipamentos, os acessórios, o acervo e a sinalização, entre outros recursos, a fim de trazer “[...] informações aos usuários sobre a própria organização da biblioteca, facilitando a busca de informações e a construção de conhecimento de maneira autônoma” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 7). Ou seja, os espaços foram projetados para atender às necessidades dos diversos públicos. No caso da unidade em que não é possível implantar o modelo de biblioteca interativa, faz-se uma adequação de forma planejada de acordo com as necessidades e possibilidades.

O mobiliário das Bibliotecas Escolares Interativas é um fator determinante para o acesso com autonomia a todos os recursos e suportes informacionais disponíveis. Os equipamentos básicos das Bibliotecas Escolares Interativas visam garantir aos usuários o acesso à informação através dos diversos recursos disponíveis atualmente, possibilitando a compreensão das mais variadas linguagens (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 12-13).

A implantação da Rebi foi planejada no sentido de não só adequar os espaços físicos e mobiliários, mas, principalmente, de organizar ambientes que pudessem proporcionar uma variedade de produções e expressões cognitivas, orais, gestuais, dentre outras. A partir daí, podem-se viabilizar as habilidades e competências em informação de modo que os estudantes pudessem buscar, selecionar e interagir com a informação de forma crítica e autônoma.

Compreende-se que, na implantação da Rebi, houve um estudo prévio e a preocupação no sentido de estabelecer os objetivos das bibliotecas de acordo com a política e as diretrizes da Secretaria de Educação, além do estabelecimento de parceria com os educadores das áreas do conhecimento. “O objetivo da BEI é promover o acesso e o uso da informação de forma autônoma, envolvendo pesquisa, leitura, cultura e memória” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 8).

Além disso, a organização de rotina para as bibliotecas pertencentes à Rebi é padronizada, de forma que todas as turmas das escolas sejam atendidas no mínimo

uma vez por semana. Existe ainda uma midiateca pedagógica com o intuito de dar suporte, enriquecer a prática dos professores e auxiliar em sua formação.

O acervo geral da Rebi é composto, em média, por 700.000 mil exemplares. Para a organização do acervo, é utilizada uma versão adaptada da Classificação Decimal Dewey (CDD). As informações dos acervos de todas as bibliotecas são recuperadas por meio da base de dados Koha Library Software⁴ (KOHA), software livre de código aberto para gerenciamento de bibliotecas e centros de documentação, que permite acesso on-line a essas informações.

Quanto à política de desenvolvimento de coleções, é realizada análise e seleção de acervo para garantir a diversidade e a qualidade. Os profissionais que atuam na Seção de BE elaboram e atualizam semestralmente uma compilação de obras que norteiam a aquisição de cada unidade escolar com verba específica para tal. Os títulos selecionados buscam contemplar todas as áreas do conhecimento, levando em conta o contexto de cada comunidade, o perfil dos públicos atendidos e as diretrizes e proposta curricular da Rede de Ensino. Os educadores podem contribuir com indicações de obras, desde que atendam aos critérios preestabelecidos.

Uma das diretrizes da Rebi que chama a atenção é a realização de empréstimo domiciliar não só como uma prática comum, mas também como uma ação de socialização com o livro e interação com a família e suas impressões do conteúdo em si. “A obra, nesse caso, deixa de ser um objeto e passa a ter um caráter afetivo e social” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 20). A escolha da obra não é aleatória e sim mediada e orientada de forma que considere o desejo e o interesse daqueles que compartilham a leitura para que eles possam fazê-lo por prazer ou para ampliar conhecimentos. Além disso, incentiva-se a presença da comunidade e o uso das bibliotecas da rede como espaço de referência cultural e social, como um princípio fundamental.

Para as bibliotecas pertencentes à rede, usa-se a terminologia “Interativa” pelo entendimento e concepção de que um “[...] processo de construção do conhecimento se dá em interação, em diálogo entre sujeitos e a informação” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 27). Nesse

⁴ O KOHA trabalha em rede, permitindo que informações sejam atualizadas em tempo real nas diversas unidades escolares; adota o formato internacional MARC; é ágil no processamento técnico; é totalmente personalizável; possui uma interface amigável para uso pelos alunos, professores e comunidade (PREFEITURA SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 20-21).

entendimento, é uma proposta dialógica com espaço de comunicação oferecendo “[...] diferentes possibilidades de USO e, por conseguinte, de ACESSO ao CONHECIMENTO e à INFORMAÇÃO, através de diversos SUPORTES” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 27, *grifo do autor*).

Os eixos prioritários de atuação da rede são a infoeducação, leitura, cultura e memória. Esses são a base para o desenvolvimento dos sujeitos autônomos e críticos. Além disso, se destacam os conceitos indispensáveis à rede, que são: acesso, acolhimento, mediação, interatividade, autonomia e criticidade.

Observa-se, ainda, que há uma preocupação na formação e capacitação constante dos profissionais que atuam nas bibliotecas de forma a garantir uma mediação eficaz. Existem orientações gerais para organizar a rotina de trabalho e o uso dos espaços das bibliotecas da rede já que uma das principais características “[...] é a possibilidade de mobilidade, agrupamento, acesso e localização fácil, além de realização de atividades diferentes, por diversos usuários, simultaneamente” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 43).

Dentre os projetos desenvolvidos pela seção de biblioteca da Secretaria de Educação, destaca-se o “Contando História”, em parceria com a Fundação Criança, de São Bernardo do Campo. O projeto foi instituído em 2007 e sua proposta é atender aos adolescentes do município com idades entre 15 e 17 anos, atuando nas escolas municipais de educação básica e nos espaços da Fundação Criança por meio do estímulo à leitura e auxílio em Contação de História. “O projeto possui quatro eixos de ação: capacitação; fortalecimento da escolaridade; ações de protagonismo e preparação e inclusão no trabalho; estímulo à ação de cidadania e a prevenção da gravidez precoce” (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2019, p. 71). Por intermédio de vivências teóricas e práticas, são desenvolvidas ações e atividades de cidadania, arte e cultura. Enfatiza-se o desenvolvimento de competências leitoras aos adolescentes.

Viana e Pierruccini (2015) relatam que a criação da Rebi e a reestruturação do papel das bibliotecas na educação só ocorreram devido à implantação de políticas públicas municipais, destacando o planejamento coletivo, o protagonismo profissional e a constante atualização e avaliação.

Infere-se que a Rebi, baseada nos conceitos de acesso, mediação, autonomia, interatividade e acolhimento, realiza um trabalho significativo para os estudantes das escolas atendidas e os munícipes em sua abrangência geral. Outras

informações gerenciais, administrativas e informativas da Rebi estão publicadas na página Prefeitura.⁵

4.4.3 Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias

A implantação das bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis ocorreu no ano de 1984. Na época, havia 28 unidades educativas entre escolas da educação infantil e fundamental. Nesse mesmo ano, instituiu-se o Sistema de Bibliotecas Públicas e Escolares de Florianópolis. No decorrer dos anos, houve melhor estruturação e o departamento passou por diferentes nomenclaturas, a saber: em 1988 – Divisão de Bibliotecas Escolares e Comunitárias; em 2002 – Coordenadoria de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (CBEC). Após 30 anos de trajetória, atualmente é denominado Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (Debec) que tem como função:

Planejar, organizar e assessorar ações relativas à rede de bibliotecas, oferecer formação continuada aos profissionais bibliotecários e auxiliares de biblioteca, fomentar ações literárias, planejar e realizar ações na Semana Municipal do Livro Infantil, mediar as ações do Programa Nacional do Livro Didático, bem como articular a aquisição de acervo, mobiliário e equipamentos para as bibliotecas escolares e salas de leitura das unidades educativas da rede municipal de ensino (PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2020).

O sistema municipal de ensino de Florianópolis possui 36 unidades de ensino fundamental. O Debec conta com 31 bibliotecários (28 em unidades educativas, um em biblioteca de núcleo de EJA e dois na Biblioteca Central da Secretaria de Educação, localizada no Centro de Educação Continuada).⁶ Atuam nesses espaços aproximadamente 15 outros profissionais, entre estagiários de Biblioteconomia e profissionais em readaptação funcional que passaram a atuar como auxiliares de biblioteca para o atendimento aos estudantes.

⁵ <https://educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/bei.html>

⁶ Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=debec&menu=10&submenuid=253#>.
Acesso em: 20 out. 2020.

A coordenação do Debec é gerida por um profissional com formação em Pedagogia e é assessorada por dois bibliotecários que atuam na biblioteca central (que ocupa mesmo espaço do departamento).

Os principais projetos e atividades das BEs são realizados nas áreas pedagógica, cultural e técnica. Dentre eles: projetos de leitura em parceria com professores das unidades educativas; articulação do PNLD, além de atividades diversas – empréstimo de livros, informatização do acervo, atendimento à comunidade escolar, serviços técnicos etc.⁷

Evidencia-se um projeto articulado entre as bibliotecas das escolas e o departamento, chamado "Clube da Leitura: a gente catarinense em foco".⁸ Trata-se de um projeto implantado no ano de 2009. Embora tenha passado por algumas reconfigurações, baseia-se em empréstimo de uma coleção livros de algum autor catarinense para que o bibliotecário, em parceria com professores da escola, desenvolva um projeto literário a partir da obra escolhida. O departamento disponibiliza várias coleções e realiza a mediação, possibilitando o encontro do autor com estudantes que leram sua obra. Além disso, mensalmente o Debec organiza encontros entre autores e/ou ilustradores catarinenses com o grupo de bibliotecários, para que eles possam fazer uma aproximação inicial e apresentar seus trabalhos.

O Debec planeja e promove formação continuada e capacitações para os profissionais que atuam nas bibliotecas. São encontros mensais com temáticas diversas. Temas abordados em 2020: produção e edição de vídeos para o Portal Educacional, por meio de aplicativos gratuitos; planejamento, roteiro e recursos visuais para gravação de vídeos; contação de histórias: estratégias e vivências; direitos autorais. Temas abordados em 2019: PNLD; contação de histórias; gêneros literários e a atuação do bibliotecário escolar; BNCC e a invisibilidade do bibliotecário escolar; educação das relações etnicorraciais; projetos de leitura; o papel do mediador e informatização de bibliotecas. Temas de 2018: vivências de leitura: possibilidades pedagógicas no espaço da biblioteca escolar; profissional da

⁷ Disponível em: <https://sites.google.com/sme.pmf.sc.gov.br/portaleducacional/sala-de-leitura/bibliotecas-escolares?authuser=0>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁸ Disponível em: <https://sites.google.com/sme.pmf.sc.gov.br/portalclubedaleitura/clubedaleitura/a-hist%C3%B3ria-do-clubedaleitura> e <http://literaturafioripa.blogspot.com/>. Acesso em: 20 out. 2020.

informação; uso e indicação de fontes de informação confiáveis e de acesso aberto no ambiente educacional; propostas de fomento à leitura.⁹

Importante salientar que, no período entre os anos de 2017 e 2020, houve alguns investimentos. Foram efetivados novos profissionais concursados. Nesse período, foram adquiridos e já distribuídos, entre as bibliotecas da Rede Municipal de Ensino, mais de 21 mil exemplares de livros de literatura infantil e juvenil, bem como livros técnicos para formação e aperfeiçoamento de professores, com recursos próprios da Secretaria de Educação. Os títulos adquiridos foram sugeridos pelos bibliotecários, de acordo com suas demandas diárias. Foram adquiridos em quantidade para todas as escolas e cada biblioteca recebeu um computador novo em 2020, para utilizar o programa de gerenciamento Pérgamum.¹⁰

Diante do exposto, entende-se que o departamento tem articulado ações e dado suporte necessário para a gestão das BEs e suas equipes, com o objetivo de realizar um trabalho profícuo e significativo no âmbito escolar, cultural e informacional para os munícipes.

Nesse cenário apresentado de três redes, infere-se que uma maneira de fortalecer, contribuir para efetivar e estruturar as unidades de informação dos Sistemas de Ensino seria uma rede consolidada por meio de marco legal, com especificações nas dimensões organizacional e pedagógica, que é objeto de estudo na próxima seção, com a apresentação da metodologia da pesquisa.

Após o esboço dos principais fundamentos teóricos e das evidências de redes estruturadas, apresenta-se a descrição da metodologia, bem como dos métodos de coleta de dados adotados, análise e discussão dos resultados.

⁹ Informações obtidas por e-mail com a chefe do Debec.

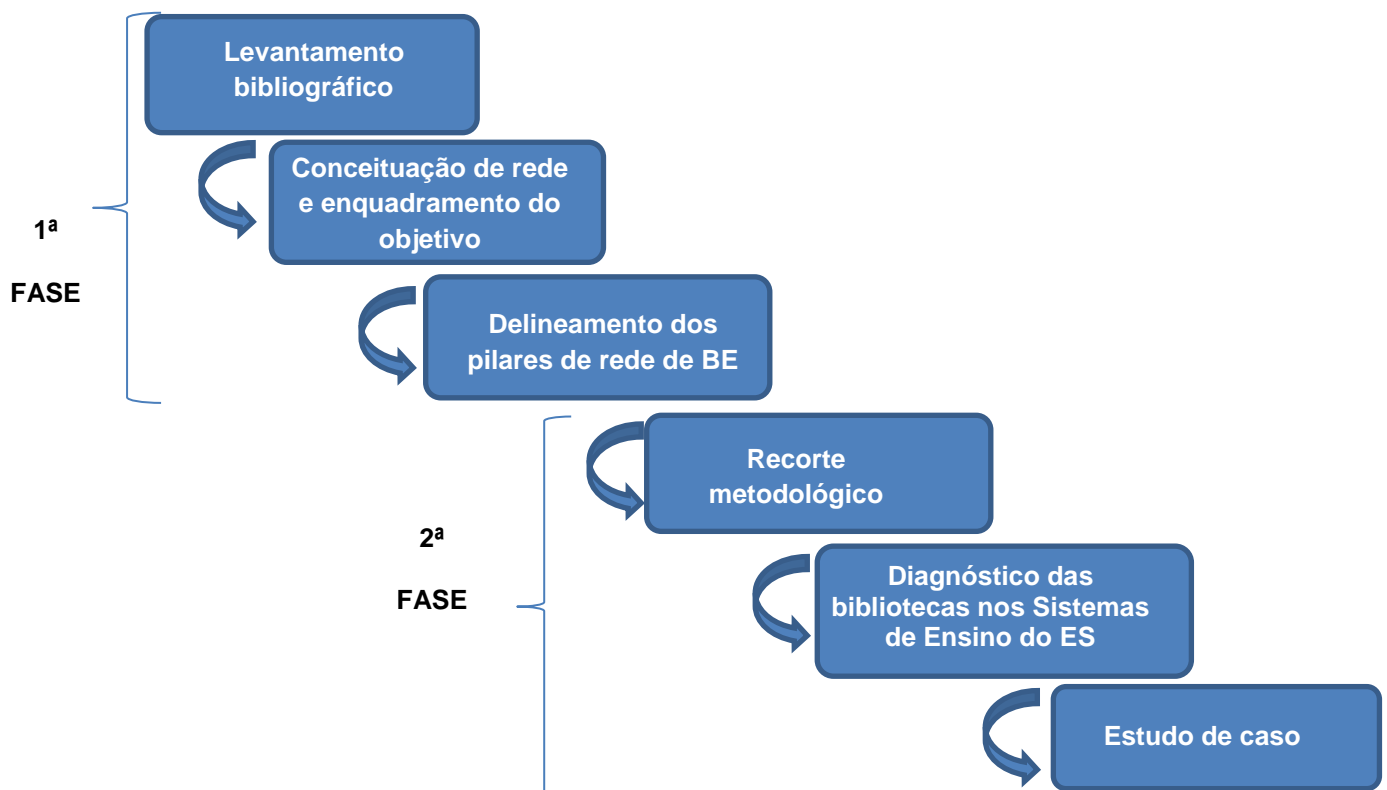
¹⁰ Informações obtidas por e-mail com a chefe do Debec.

5 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

A abordagem metodológica é um elemento fundamental no processo da pesquisa científica, pois dará o norte e facilitará a orientação quanto ao contexto e os passos necessários para a execução adequada do trabalho de campo. Para Minayo (2008, p. 22), “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”. O processo de investigação científica em suas etapas trará a materialização do estudo das redes de BE para a obtenção de resultados válidos, consolidação de novos conhecimentos e futuras investigações sobre a temática apresentada.

Nesse sentido, a estrutura dessa investigação provocou a realização das etapas teóricas e metodológicas ao longo do processo de busca, a fim de viabilizar a pesquisa, conferir credibilidade científica e reforçar a concepção deste estudo, conforme etapas apresentadas na Figura 3. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada pesquisa de cunho exploratório e documental, tendo a análise dos resultados com abordagem qualitativa.

Figura 3 – Etapas do percurso metodológico



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Esta pesquisa apresenta-se de cunho exploratório, pois tem como função proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, permitindo um conhecimento mais elaborado e mais próximo da realidade. Para Fachin (2017), no planejamento da pesquisa exploratória, pode ser utilizada a flexibilidade com os mais diversos aspectos referentes ao estudo em si, pesquisas semelhantes, métodos utilizados e resultados obtidos. A escolha das variáveis apresentará o que irá reincidir, tornando possível a discussão do que está explícito ou não.

A exploração é função central nas ciências sociais em que o uso de um método flexível de coleta de dados, no qual, os princípios de seleção permitem que os conceitos descobertos preliminarmente sejam sucessivamente revisados e complementados durante o processo de pesquisa (GASQUE, 2007, p. 109).

Dessa forma, a pesquisa exploratória fará sentido para esclarecimentos e enriquecimento da temática, que é recente no Brasil, e mais especificamente do Espírito Santo, trazendo contribuições para estudos futuros no campo da Ciência da Informação.

Na primeira fase do estudo, considerando o enquadramento teórico, conceituação, terminologias da temática e seleção de estudos que discorressem sobre o assunto, buscou-se a revisão bibliográfica como fonte de informação primordial. Foram consultadas Bases de Dados bibliográficas e repositórios na área da Ciência da Informação, Ciências Sociais, Biblioteconomia e Educação nas quais se destacam: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (Riufes); Portal de Periódicos Capes; além de livros e materiais apresentados em eventos nacionais e internacionais, com recorte temporal de 2000 a 2019. O período é mais longo porque o tema é pouco pesquisado na área. O levantamento bibliográfico foi realizado utilizando as palavras-chave: “sociedade em rede”, “organização em rede”, “sistema de biblioteca” “biblioteca escolar”, “rede de biblioteca escolar”.

Nesse levantamento bibliográfico, foi possível determinar a convergência e relevância da temática para a elaboração do referencial teórico. Dessa forma, houve uma filtragem levando em consideração os conceitos históricos, documentos que

trazem estruturação das BEs e as boas práticas das trajetórias de redes de BE internacionais e nacionais pesquisadas.

Nesse sentido, a presente dissertação propôs-se a analisar a formação e configuração das redes de BE no Estado do Espírito Santo¹¹ em suas dimensões organizacional e pedagógica, assim como compreender de que forma essas redes podem indicar o fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem.

Com base no referencial teórico (OLIVER, 1990; NOHRIA, 1992; KLIJN; KOPPENJAN; TERMEER, 1995; MIGUELETTTO, 2001, CASTELLS, 2006; CARVALHO, 2017) e nos documentos complementares na área da Biblioteconomia e Educação, já apresentados nas seções anteriores, este estudo traçou um delineamento com as configurações identitárias para o estabelecimento de uma rede de BE nas dimensões organizacional e pedagógica, apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Pilares para uma rede de biblioteca escolar

Parâmetro	Descrição
Planejamento	Desenvolvimento a partir das fases: exploratória, de desenvolvimento, operacional e avaliação, baseadas no Quadro 5
Gestão administrativa central	Atuação na prestação de serviços e produtos; formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas; padronização e normalização técnica de Biblioteconomia a ser aplicada
Recursos potenciais	Físicos, humanos (destacando a inserção do profissional bibliotecário), informacionais, tecnológicos, financeiros
Legislação e documentação	Cumprimento legal e engajamento em políticas públicas
Contribuição no processo ensino-aprendizagem	Desenvolvimento de programas/projetos/atividades
Identidade da rede	Relações sociais por meio dos atributos culturais
Trabalho em equipe	Cooperação, integração, proatividade e trabalho colaborativo entre os bibliotecários, professores, equipes gestoras e pedagógicas

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

¹¹Estado pertencente a Região Sudeste. Possui área territorial de 46.074,447km², com população estimada no ano de 2020, de 4.064.052 pessoas e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,740 (Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html>. Acesso em: 20 out. 2020).

Após a seleção desses pilares, partiu-se para a próxima fase da pesquisa com o recorte metodológico e a identificação das redes por tipologia, como proposto por Carvalho (2017):

- a) governança – bibliotecas do poder público municipal e privada;
- b) participantes relacionando a função, os objetivos em comum e a área temática – escolar do ensino fundamental (1º ao 9º anos) com localização urbana e rural;
- c) âmbito de atuação e alcance geográfico das ações da rede – nível estadual.

Para identificação das redes, foi realizado um diagnóstico das BEs dos Sistemas de Ensino Municipais públicos e privados, por meio de envio de questionário (APÊNDICE A) as 78 Secretarias de Educação e Sistemas Privados, com perguntas baseadas nos critérios aqui apresentados. Empiricamente, deduzia-se que esses municípios trabalhavam em rede de BE, no entanto, além de o número de Sistemas de Ensino que atuavam com bibliotecas em rede ser bem reduzido, houve dificuldade de retorno das Secretarias que apresentavam minimamente as configurações preestabelecidas e pilares determinados, devido ao agravamento do problema sanitário mundial instaurado no ano de 2020 – pandemia do novo coronavírus COVID-19.

Contudo, a necessidade latente de aprofundar o entendimento das redes de BE estimulou o prosseguimento da pesquisa por meio do estudo de caso, que é de grande relevância na área das Ciências Sociais e tem ganhado notoriedade entre os pesquisadores no âmbito da Ciência da Informação, já que é uma estratégia de pesquisa que possui forma de investigação empírica de análise do contexto da vida real e de seus fenômenos sociais (CALAZANS, 2007).

Yin (2001, p. 21) afirma que o estudo de caso “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Geralmente o pesquisador utiliza essa estratégia de pesquisa para responder a questionamentos, utilizando as perguntas "como" e "por quê" nas situações apresentadas.

O estudo de caso pode ser simples ou complexo. Martins (2008) corrobora as concepções de Yin (2001), quando afirma que, para a utilização do estudo de caso como estratégia, devem ser compreendidos três aspectos principais: a abrangência da pesquisa e a profundidade de alguma experiência; o conhecimento que se pretende adquirir; e a análise da unidade, que é o caso em si. Além disso, permite a utilização de diversas técnicas, por exemplo: entrevista, observação direta e diversas evidências, como artefatos e documentação.

Para a análise de dados, a abordagem qualitativa trará o atendimento da complexidade e totalidade do objeto estudado, tendo em vista não só testar o que já é conhecido, mas também realizar novas descobertas, criar formas de compreender os fenômenos e como eles têm sido desenvolvidos, além de possibilitar novas teorias com base na experiência empírica (FLICK, 2009).

A seguir, apresentam-se os procedimentos de coleta e análise de dados tanto para o mapeamento das redes de BEs no Espírito Santo como também para o estudo de caso. Em seguida, aborda-se a construção dos resultados da pesquisa, por meio de interpretação, discussão e análises pertinentes à investigação.

5.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Apresenta-se, neste estudo, a fonte de coleta de dados para o levantamento e seleção de redes de BE que serviram de referência na pesquisa e o mapeamento de redes de BEs de Sistemas de Ensino públicos municipais e privados do ensino fundamental com localização urbana ou rural nos 78 municípios do Espírito Santo.

Para esta coleta de dados, foram utilizados, a partir da literatura, dados estatísticos, sites oficiais de Secretarias Municipais de Educação, sites de escolas privadas, Conselho Federal e Regional de Biblioteconomia, além de questionário enviado por e-mail.

Em um primeiro momento, procedeu-se à identificação das BEs dos Sistemas de Ensino público e privado mencionadas por meio do Portal QEdU,¹² realizando-se a seleção da seguinte forma:

¹² O QEdU é uma plataforma que contém os principais dados do ensino básico. Diversos deles são educacionais, como a Prova Brasil, o Censo Escolar, o Ideb e o Enem. Todos os dados são obtidos de fontes oficiais do governo (Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/108-espírito-santo/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 20 out. 2020).

- a) ano – 2018;
- b) Sistemas de Ensino – públicos e privados;
- c) localização – urbanas e rurais;
- d) escolas – ensino fundamental.

Como resultado da busca, foi identificado que existem 2.111 escolas na seleção apresentada acima. Dessas, 1.048 escolas, de acordo com o Censo Escolar 2018, possuem biblioteca, representadas por 50% do total; 411 escolas têm sala de leitura,¹³ o que corresponde a 19%. Infere-se, portanto, que 652 escolas não possuem espaço informacional para guarda e preservação do acervo, representando um total de 31%.

Em uma segunda busca no Portal Qedu, foi identificado que, das 2.111 escolas existentes, 1.516 são públicas municipais, 374 são estaduais e 221 são privadas.

Em contato com o CRB por e-mail, foi informado que, no Estado do Espírito Santo, existem 544 profissionais bibliotecários ativos atuantes nas diversas áreas da Biblioteconomia, não havendo registro separado para BE.

A partir disso, para atender ao objeto da pesquisa, que são as redes de BE dos Sistemas municipais públicos e privados do ensino fundamental e confirmar a atualidade das informações, foi elaborado um questionário por intermédio do Google Formulário (APÊNDICE A), com o objetivo de ampliar a pesquisa nas dimensões organizacional e pedagógica das redes mencionadas. Foram identificadas 78 Secretarias de Educação referentes à quantidade de municípios do Estado. Já das redes privadas, realizou-se um levantamento daquelas que possuem duas ou mais unidades no Estado, identificando-se 15 Sistemas de Ensino. Foi realizado um levantamento dos e-mails e números de telefones de todas as Secretarias Municipais de Educação e redes de bibliotecas privadas. A partir de então, o questionário foi enviado por meio de correio eletrônico em agosto de 2020. Após três tentativas de reenvio e contatos telefônicos, encerrou-se o período de coleta de dados no mês de outubro do mesmo ano. Dos 78 e-mails enviados às Secretarias

¹³Conceito de sala de leitura: espaço reservado aos alunos para consultas, leituras e estudos. A sala de leitura não deve ser informada se estiver localizada dentro da biblioteca (BRASIL, 2018).

Municipais de Educação, obteve-se o retorno de 18 questionários respondidos. Quanto às redes privadas, apenas três retornaram.¹⁴

Para a realização de estudo de caso, foram utilizados três instrumentos de coleta de dados, a saber: pesquisa documental, entrevista semiestruturada com o secretário de Educação (APÊNDICE B) e questionário aos profissionais que atuam nas bibliotecas (APÊNDICE C).

A pesquisa documental foi realizada para o levantamento de características e resgate histórico das redes selecionadas, utilizando-se sites institucionais das prefeituras e os arquivos armazenados nas Secretarias Municipais de Educação. Os instrumentos entrevista e questionário foram realizados para analisar a aplicação da estrutura de rede abordada nos itens 3.2 e 3.3.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COLETADOS

A forma de análise dos resultados foi qualitativa, utilizando-se a análise de conteúdo de Bardin e o estudo de caso, que trazem em si técnicas de descoberta, verificação e suposição preestabelecida, possibilitando a compreensão do processo de formação e atuação das redes de BE, já que essa forma de ação conjunta de bibliotecas vem crescendo no Brasil.

5.2.1 Diagnóstico das BEs nos Sistemas de Ensino no Espírito Santo

A análise de conteúdo de Bardin possibilitou, neste estudo, o diagnóstico de situação norteando o trabalho de descoberta das possíveis redes de BE públicas e privadas que atendem ao ensino fundamental no Espírito Santo. O método é conceituado da seguinte forma:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1995, p. 42).

¹⁴Optou-se por não dar prosseguimento à pesquisa com os Sistemas de Ensino privados, considerando que a amostra foi bem reduzida em comparação com os Sistemas públicos.

Essa técnica apresenta três etapas basilares: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento e interpretação dos dados. A pré-análise diz respeito à organização, seleção do material, bem como à definição e detalhamento de todos os procedimentos que serão seguidos. A segunda etapa corresponde à operacionalização dos procedimentos, ou seja, aplicação e implementação do que foi estabelecido; na terceira e última etapa, são apresentados as deduções e tratamento dos resultados da investigação tornando a pesquisa significativa (VALENTIM, 2005).

A análise de conteúdo atua na combinação de técnicas, obtendo informações mais precisas e detalhadas do objeto pesquisado. Dessa forma, durante a análise, “[...] é possível realizar inferências com mais segurança e obter resultados mais concisos” (VALENTIM, 2005, p. 133).

O procedimento para realização da análise de conteúdo deve ser definido por meio de categorias: “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1995, p. 117). Para categorizar, faz-se necessário isolar os elementos para depois agrupá-los.

De posse dos questionários respondidos das bibliotecas dos Sistemas de Ensino públicos municipais e privados, buscou-se, em um segundo momento, consultar: os portais de transparência dos municípios capixabas, Portal QEdU e Secretaria de Educação Estadual (setor de Estatística); a fim de complementar as informações quanto às instalações de bibliotecas e o quantitativo de profissionais bibliotecários.

Dessa forma, apresenta-se a organização e descrição da análise dos resultados coletados por meio de categorias. Para isso, foram criadas três categorias que foram subdivididas nas questões apresentadas no questionário (APÊNDICE A). A primeira categoria refere-se ao quantitativo de bibliotecas¹⁵ e profissionais que atuam nas escolas. A segunda trata da gestão em rede com análise de coordenação central, formação continuada e investimentos financeiros. Por último, tem-se uma categoria de ações pedagógicas, quanto às atividades e projetos executados pelas bibliotecas.

¹⁵A análise foi realizada de acordo com as respostas obtidas, considerando apenas a terminologia biblioteca, quanto ao espaço reservado para tal. Não foi dado destaque, neste momento, ao padrão das normativas dos documentos oficiais da área, distinguindo biblioteca de sala de leitura.

Os municípios que participaram da pesquisa foram: Afonso Cláudio, Água Doce do Norte, Alegre, Aracruz, Cariacica, Dorés do Rio Preto, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Jerônimo Monteiro, Linhares, Marilândia, Pancas, Pedro Canário, Rio Bananal, Vargem Alta, Vila Velha, Vitória.

a) Categoria 1 – Quantitativos

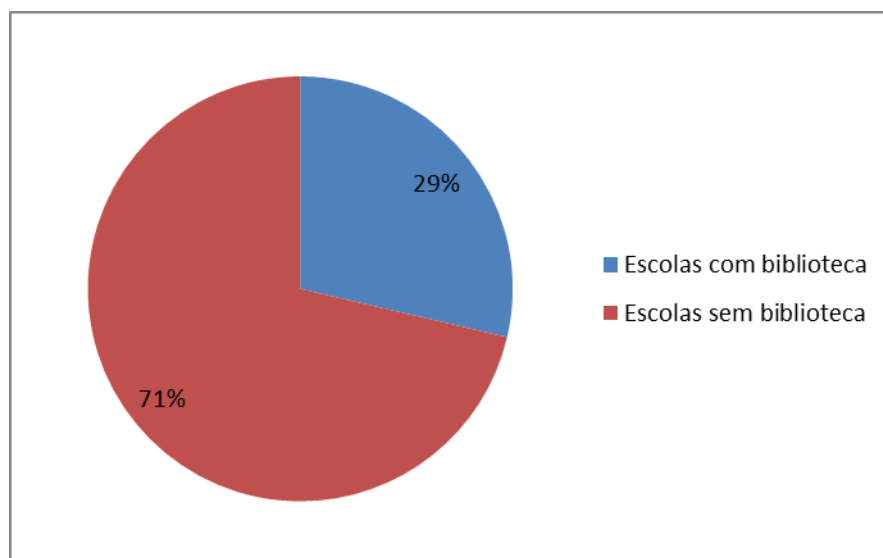
Tabela 1 – Escolas municipais de ensino fundamental

18 municípios	Quantidade escolas	Quantidade bibliotecas	Quantidade bibliotecários	Quantidade demais profissionais
	583	167	105	83

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A Tabela 1 retrata por amostragem a situação das BEs públicas nos municípios do Espírito Santo. Os quantitativos serão expostos graficamente a seguir.

Gráfico 1 – Número de bibliotecas

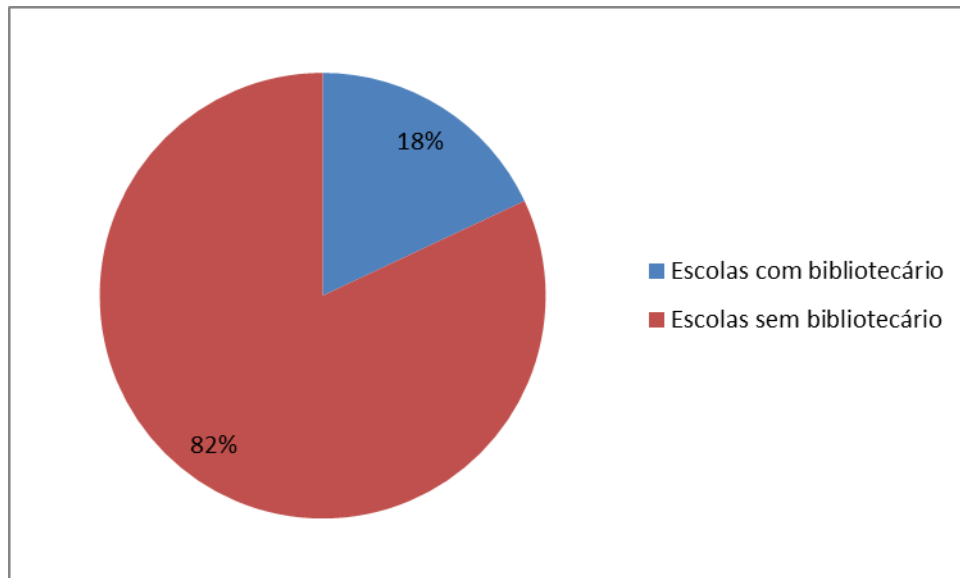


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 1, é possível observar que, nos 18 municípios pesquisados das 583 escolas que estão em pleno funcionamento, somente 29% (167) delas têm

bibliotecas e 71% (416) não possuem. Seis municípios informaram possuir somente salas de leitura (35%) e dois não contam com sala de leitura e nem biblioteca (12%).

Gráfico 2 – Quantitativo de bibliotecário



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 2, quando se trata de profissionais que atuam no espaço das bibliotecas, os números caem ainda mais: 18% (105) possuem bibliotecários e 82% (478) não possuem o profissional. Destaca-se, ainda, que os municípios pesquisados declararam que existem 83 profissionais de outras áreas atuando nas bibliotecas (professores em readaptação funcional, auxiliares administrativos, secretário escolar ou ainda servidores em desvio de função).

b) Categoria 2 – Gestão em rede

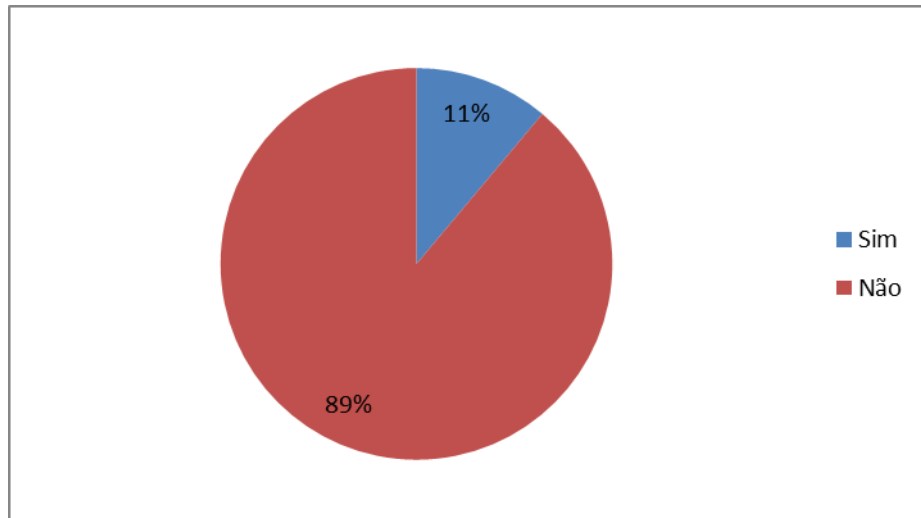
Tabela 2 – Coordenação central, formação continuada e investimentos financeiros

Coordenação central		Formação continuada		Investimentos financeiros	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
02	16	05	13	08	10

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A Tabela 2 é baseada nas respostas das 18 Secretarias Municipais de Educação relacionadas com a gestão das redes e investimentos, conforme descrito nos Gráficos 3, 4 e 5.

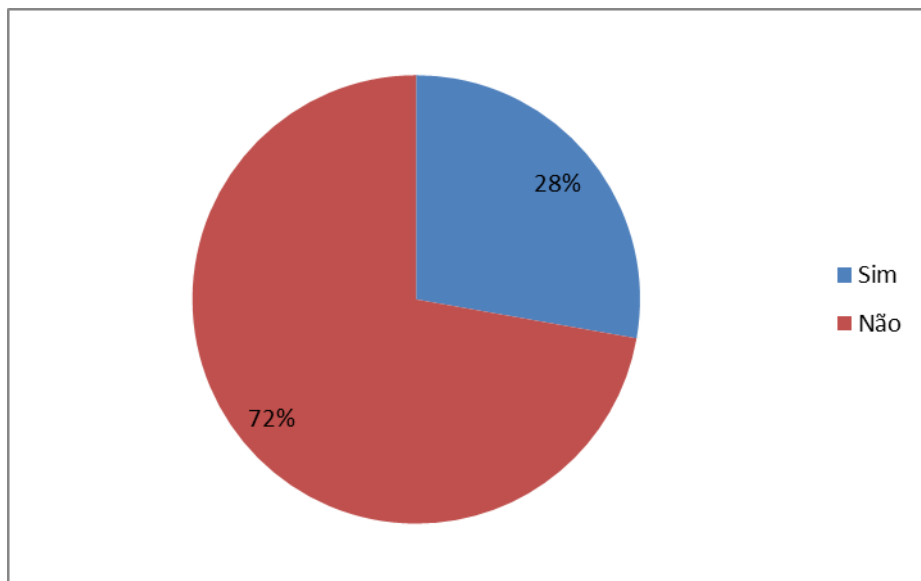
Gráfico 3 – Coordenação central



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como se pode observar no Gráfico 3, quando se trata de gestão central das Secretarias de Educação com profissionais para coordenar as BEs, somente 11% (2 municípios) priorizam um setor específico para trabalhar as questões relacionadas com as bibliotecas e 89% (16) não possuem setor específico.

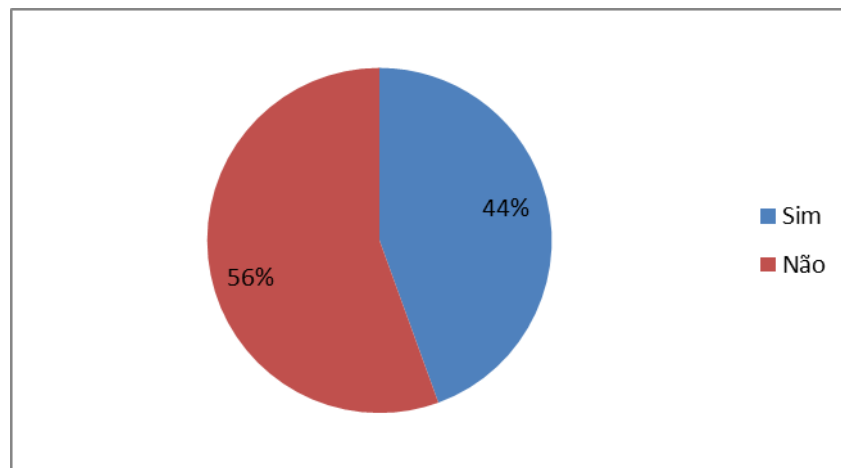
Gráfico 4 – Formação continuada



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 4, quanto às formações continuadas, 28% (5 Secretarias) afirmam realizar essa formação por meio de cursos, palestras e seminários na área pedagógica e técnica com as seguintes temáticas: formação do leitor, contação de histórias, mediação da informação, gêneros literários, TICs e organização técnica da biblioteca; e 89% (13) não trabalham com formação continuada para os profissionais das bibliotecas.

Gráfico 5 – Investimentos financeiros



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 5, quando se trata de investimentos financeiros nas BEs no período de 2017-2020, 44% (8 Secretarias) afirmaram que houve investimentos ora em aquisição de acervo literário, ora mobiliários e/ou equipamentos tecnológicos, enquanto 56% (10) informaram não ter realizado nenhum tipo de investimento nesse período.

c) Categoria 3 – Ações pedagógicas integradas

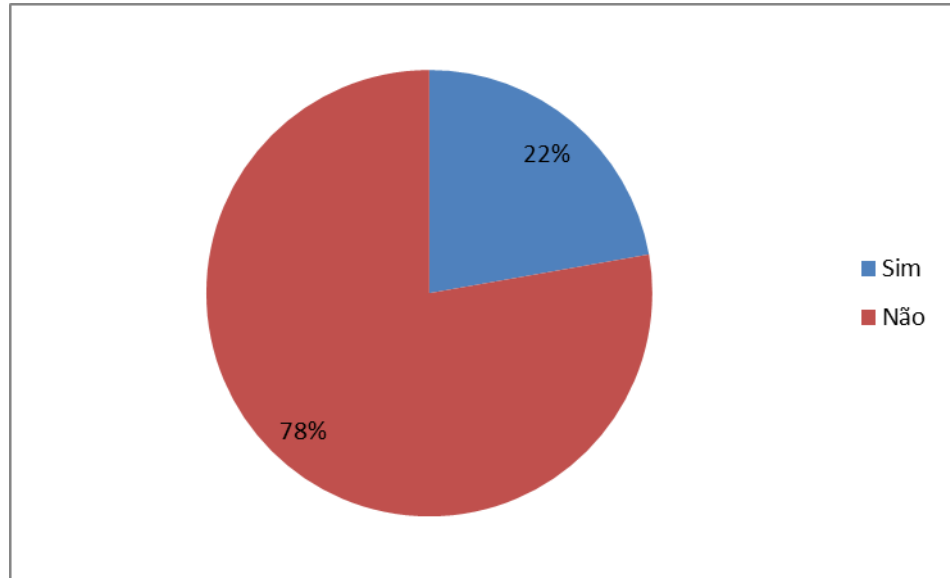
Tabela 3 – Projetos e atividades executados pelas bibliotecas

Projetos e atividades específicos desenvolvidos pelas bibliotecas		Ações pedagógicas integradas entre as bibliotecas	
Sim	Não	Sim	Não
04	14	02	16

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Em relação à categoria ações pedagógicas integradas, a Tabela 3 demonstra os projetos e atividades nas bibliotecas das unidades escolares e as ações executadas entre as bibliotecas das escolas pertencentes ao Sistema de Ensino.

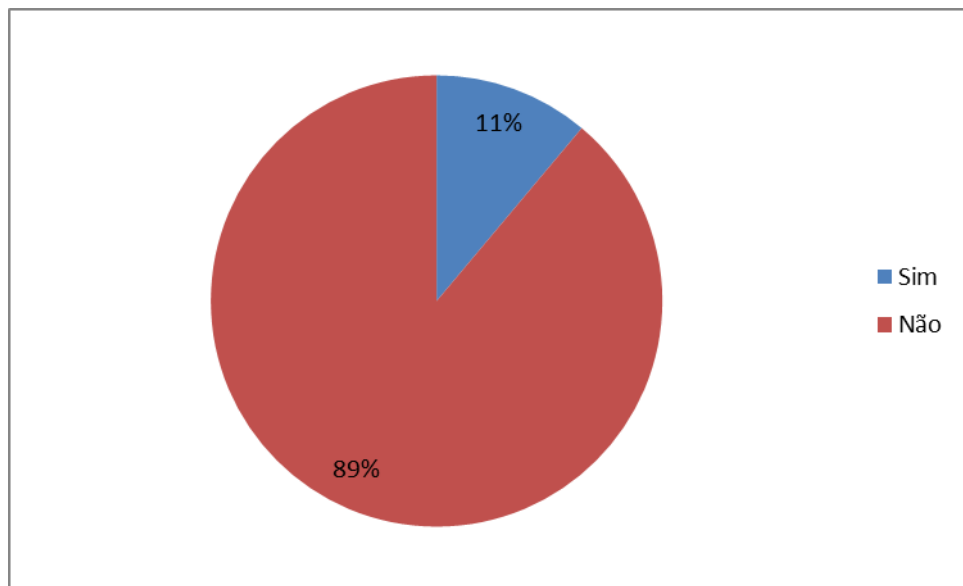
Gráfico 6 – Projetos e atividades específicos desenvolvidos pelas bibliotecas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observa-se, no Gráfico 6, que são pouquíssimos Sistemas de Ensino, apenas 22% (4), que realizam projetos e atividades específicos nas bibliotecas e 78% (14) não executam nenhum tipo de projeto em biblioteca.

Gráfico 7 – Ações pedagógicas integradas entre as bibliotecas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No gráfico 7, quando se trata de ações pedagógicas integradas entre as bibliotecas nos Sistemas de Ensino, esse número cai ainda mais, 11% (2) responderam que sim. Destaca-se que essas duas Secretarias são as mesmas retratadas na Categoria 2, na qual se tem a coordenação de bibliotecas central. Já 89% (16) não têm nenhuma ação integrada entre as bibliotecas dos Sistemas de Ensino.

O cenário das 18 Secretarias Municipais de Educação denota um contexto educacional capixaba que demanda com urgência implantação de políticas públicas voltadas para as bibliotecas e investimentos em recursos físicos, humanos, informacionais e tecnológicos.

As realidades apresentadas anteriormente no Censo Escolar de 2018 e nas Tabelas 1, 2 e 3 retratam ainda que a Lei nº 12.244, de 2010 (BRASIL, 2010), está longe de ser cumprida no Espírito Santo, assim como a implementação da Resolução nº 220/20 (CFB, 2020) e do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Exemplos desse cenário apresentado são os dados expostos nos gráficos apresentados, quando 658 escolas municipais de ensino fundamental ainda não possuem biblioteca ou sala de leitura, deparando-se com o agravamento dessa situação capixaba. Como conceber o papel educativo da biblioteca e defender o profissional bibliotecário nas escolas se, em muitos casos, o espaço físico nem existe?

Por outro lado, é nítido observar, nas Tabelas 1, 2 e 3, que as Secretarias Municipais de Educação que possuem redes de BE estruturadas contam com bibliotecários, desenvolvem projetos integrados, formações continuadas e investimentos financeiros.

5.2.2 Estudo de caso

Com o intuito de selecionar as três redes do Espírito Santo que fariam parte do estudo de caso, foram realizadas as seguintes análises:

- a) pilares de uma rede baseado no Quadro 6;
- b) análise dos questionários respondidos;
- c) comparação das Tabelas 1, 2 e 3.

Após esse percurso e análises, foram identificados quatro Sistemas de Ensino que possuem alguns traços de trabalho em rede: Cariacica, Guarapari, Vila Velha e Vitória. Destaca-se, ainda, que nesses municípios estão concentrados o maior número de bibliotecários, fato que é evidenciado por Pereira, Sobrinho e Girelli (2020).

Os municípios de Cariacica e Vitória, apesar de realizarem algumas formações continuadas para os profissionais, não apresentaram uma coordenação central de forma planejada, sistematizada e institucionalizada. Quanto aos projetos integrados entre as bibliotecas das unidades de ensino desses municípios, foram observadas algumas ações conjuntas no ano de 2020, durante a pandemia: Cariacica apresentou, como ponto positivo, investimento em acervos literários para as bibliotecas; Guarapari e Vila Velha informaram existir projetos integrados, formações continuadas e investimentos financeiros nas bibliotecas, além da coordenação central; porém Guarapari não possui bibliotecários nas unidades de ensino. Como esse profissional é considerado um dos pontos-chave para a gestão das bibliotecas, sua ausência prejudicou a seleção do município para o estudo de caso.

Diante dos fatos ocorridos e não previstos, optou-se por realizar o estudo de caso único, com a rede de BE do município de Vila Velha,¹⁶ que apresentou a maior incidência de estrutura, configurações e pilares, baseados na relevância do referencial teórico.

Encontrou-se respaldo para o uso de estudo de caso único em Yin (2001), quando afirma que a unidade de análise pode ser individual, uma organização ou área organizacional. A seleção da unidade deve estar ligada à questão da pesquisa e aos princípios éticos. A amostra escolhida é relevante para o quadro referencial, tendo informações robustas que permitam o aprofundamento do estudo e aprendizagem significativa à temática da pesquisa. Martins (2008) corrobora esse entendimento afirmando que o estudo de caso único é utilizado devido ao número reduzido de amostragem das pesquisas qualitativas, devendo aprofundar no contexto da realidade, justificado em casos baseados na oportunidade, conveniência ou, ainda, nas considerações políticas.

¹⁶ Cidade do Espírito Santo pertencente à Grande Vitória. Possui área territorial de 210,225km², com população, no ano de 2020, de 501.325 pessoas e Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH) de 0,800 (Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>. Acesso em: 20 out. 2020).

Para enriquecer e complementar o percurso metodológico utilizou-se a pesquisa documental para subsidiar o levantamento e seleção da rede de BE escolhida que serviu de referência neste estudo, já que esse tipo pesquisa “[...] corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada” (FACHIN, 2017, p. 137). Na pesquisa documental, a riqueza de informações que podem ser extraídas dos documentos possibilitará ampliação do entendimento, contextualização e compreensão do estudo (MARTINS, 2008).

A pesquisa documental utilizada como estratégia trouxe a análise dos materiais compilados da rede selecionada para o estudo de caso, possibilitando expor as evidências por meio da coleta de dados, tais como: documentos formais, leis, relatórios, ofícios e arquivos em geral, além do site institucional da Prefeitura e dos arquivos que estão fisicamente armazenados na Secretaria Municipal de Educação.

Resgatando o objetivo desta pesquisa, que é analisar a formação e a configuração das redes de BE no Estado do Espírito Santo em suas dimensões organizacional e pedagógica, assim como compreender de que forma essas redes podem indicar o fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem, os resultados do estudo de caso da rede de Vila Velha serão apresentados em duas etapas: entrevista semiestruturada com o secretário de Educação¹⁷ e questionário aplicado com os profissionais que atuam nas bibliotecas. Esse instrumento de coleta de dados foi enviado por e-mail em outubro de 2020 a todos os bibliotecários e auxiliares da rede, totalizando 62 profissionais. Obteve-se retorno de 42 participantes da pesquisa, dando maior aprofundamento no estudo da rede nas dimensões organizacional e pedagógica.

Após junção das informações coletadas e análise dos dois instrumentos, os dados foram descritos qualitativamente, evidenciando os mais relevantes. Realizou-se uma comparação entre os resultados e o referencial teórico, visando a avaliar se a rede de BE estudada corresponde aos pressupostos apresentados no decorrer deste trabalho.

¹⁷A autorização para participar desta pesquisa por meio de preenchimento e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no APÊNDICE D, ficará sob a guarda da pesquisadora pelo período de cinco anos.

A) Histórico da rede

Para situar o leitor no estudo de caso, apresenta-se uma breve história da rede de BE de Vila Velha. A memória é constituída por sujeitos, personagens que dão sentido ao coletivo e suas lembranças. A memória é atual e está sempre em evolução, passando pelo processo de lembranças e esquecimentos. “Ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9).

Com base nos autores Halbwachs (2013), Nora (1993), Le Goff (2003), Capurro (2003) e outros teóricos na área da CI, a biblioteca apresenta-se como espaço de memória e identidade social, sendo necessário compreender a história da BE para formação de novas redes e fortalecimento das existentes e contribuir na elaboração de estudos futuros na temática.

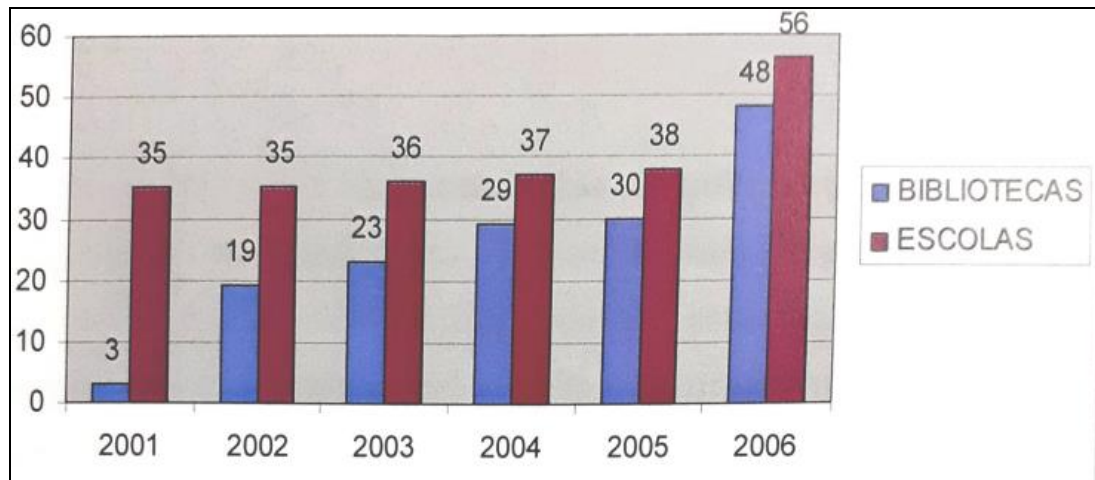
Dessa forma, para compreender o surgimento, história e memória da rede de BE de Vila Velha, foi realizada pesquisa documental, buscando-se informações nos arquivos da Semed¹⁸ como fontes primárias, além do site da PMVV.

Investigou-se sobre quando foi instituída a rede, porém não foi encontrado nenhum registro ou Ato de criação. Localizou-se, nos arquivos do setor de biblioteca, um relatório de atividades (em formato Word) dos anos 2007 e 2008. Esse documento teve o objetivo de comunicar as atividades desenvolvidas pela equipe da Semed (composta pela coordenadora – professora de Língua Portuguesa e mestre em Estudos Literários –, uma bibliotecária e uma estagiária), bibliotecários e auxiliares das escolas. No que diz respeito aos projetos desenvolvidos, é perceptível no documento visualizar que as ações tinham o intuito de estimular e promover a leitura, a ambientação das bibliotecas, buscando tornar os espaços prazerosos para realização de pesquisas, leituras e desenvolvimento de ações culturais, como: contação de histórias, concursos de leitor do ano, teatro de bonecos, rodas de leitura, dentre outras ações e projetos.

Apreende-se que a equipe do setor da época planejou ações para o cumprimento do PNLL (2006-2008), seguindo seus eixos estratégicos: democratização do acesso, fomento à leitura e formação de mediadores.

¹⁸Os arquivos estão fisicamente armazenados no setor de Biblioteca da Semed, situada na Rua Castelo Branco, nº 1803 – Centro – Vila Velha/ES.

Gráfico 8 – UMEFs com bibliotecas (2001 a 2006)



Fonte: PMVV (2008).

Quanto à democratização do acesso à leitura, foram identificadas três ações. A primeira foi a implantação de novas bibliotecas, quando se observa, no Gráfico 8, o crescimento do número de bibliotecas, passando de três em 2001 para 48 no ano de 2006. A segunda ação, no eixo de democratização do acesso à leitura, foi o fortalecimento da rede atual das bibliotecas. Para isso aconteceram capacitações permanentes para os bibliotecários e auxiliares como promotores de leitura. Foram realizados, ainda, programas permanentes de aquisição e atualização de acervo amplo e diversificado, que atendam a todas as faixas etárias. Apurou-se que, no ano de 2006, houve uma aquisição de 570 títulos novos, totalizando mais de 26.000 exemplares, além de 20 enciclopédias Barsa, para auxiliar na pesquisa. A terceira ação do eixo foi a melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, com promoção de eventos, por exemplo, a participação em feira de livros local e nacional; e a incorporação e uso de tecnologia da informação com informatização gradual das bibliotecas.

No segundo eixo – fomento à leitura e formação de mediadores – foram realizadas três ações: programas de capacitação de educadores, bibliotecários e auxiliares com oficinas de contadores de história e sensibilidade literária; projetos sociais de leitura nas escolas, por exemplo: performances poéticas, clubes e rodas de leitura, teatro montado e dramatizado apresentado pelos bibliotecários da rede trazendo abordagem lúdica sobre a educação de usuários; concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e produção artística por meio do Concurso de Poesia “Formando Poetas”, instituído no ano de

2006. Por três anos consecutivos, houve publicação de livro e premiação de estudantes e professores participantes do projeto.

Observou-se no relatório que as bibliotecas são abertas para a comunidade, suprimindo parte da defasagem do acesso ao livro e à pesquisa. Nesse sentido, a Prefeitura, por meio da Semed, firmou parceria com o Instituto Cultural Oldenburg, Grupo Editorial Record e Chocolates Garoto, pelo Projeto Sala de Leitura.¹⁹ Registra-se que 52 escolas, no ano de 2008, foram contempladas com o Projeto Sala de Leitura: 14 em 2004, 12 em 2005, 22 em 2006 e 4 em 2008.

Outra fonte de informação pesquisada para a construção do histórico da rede foi o site da Prefeitura, quando foram encontrados os registros a partir do ano 2011. Nas buscas, foram identificadas 130 notícias relacionadas com as bibliotecas escolares e uma página específica com informações abrangentes. No site, relatam-se informações sobre: inauguração de escolas com destaque para espaços de biblioteca; projetos de leitura realizados durante o ano; encontros com escritores capixabas; datas comemorativas, como Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, e comemoração pelo Dia do Bibliotecário; processo seletivo para contratação de bibliotecários; formações, cursos e capacitações; concurso literário; lançamento de livros de servidores e de estudantes; recebimento de doação de livros.

No período de 2009 a 2012, por meio de alguns registros encontrados, percebeu-se que as bibliotecas tiveram poucos profissionais atuando. Em consequência disso, ora as bibliotecas ficavam fechadas sem oferecer atendimento, ora funcionavam como depósito de livros ou, ainda, atuavam com professores e/ou servidores em desvio de função. Houve alguns projetos realizados, por exemplo: “Melhores Leitores do Ano” e “A Hora do Conto”²⁰ e ações individuais das escolas em datas comemorativas.²¹

Tem-se registro do primeiro concurso público realizado para bibliotecário no ano de 2006, quando foram nomeados 20 profissionais, entre 2007 e 2008. Porém,

¹⁹Cada sala de leitura é composta por um acervo de 1.000 livros. Um conjunto duplicado de 500 títulos de autores nacionais e estrangeiros. O acervo é diversificado, incluindo livros infantojuvenis, obras de ficção brasileira e estrangeira, biografias e demais áreas do conhecimento, como Sociologia, Psicologia, História, Ciência Política, Economia, dentre outras (Disponível em: http://institutooldenburg.com.br/sala_leitura.php. Acesso em: 20 out. 2020).

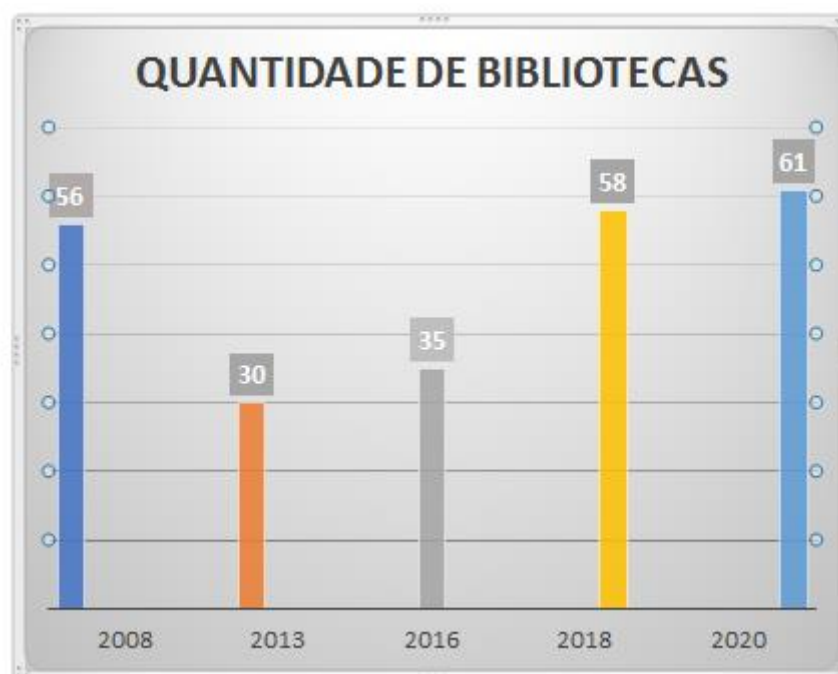
²⁰Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2012/11/melhores-leitores-das-escolas-sao-premiados-em-vila-velha-3226>; <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2012/08/contos-na-biblioteca-contribuem-para-o-aprendizado-2743>. Acesso em: 17 out. 2020.

²¹Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2012/04/alunos-celebram-dia-do-livro-ouvindo-contos-e-historias-1799>; <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2012/06/alunos-de-santa-monica-reconhecem-o-valor-da-leitura-2332>. Acesso em: 17 out. 2020.

ao longo dos anos, os bibliotecários efetivos foram se desligando voluntariamente por exoneração e voltando a ter somente seis efetivos em 2020, dentre eles, somente três pertencentes ao quadro da Semed. Dessa forma, ao longo dos anos, percebe-se que houve rotatividade bem intensa de profissionais atuando nas bibliotecas, dificultando a padronização e sistematização dos projetos e ações das bibliotecas nas escolas. Para sanar essa problemática e atender à Lei Federal nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas, no ano de 2019, foi lançado o Edital de Concurso nº 03/2019, contemplando 41 vagas para bibliotecário. Foram nomeados 39 profissionais em dezembro de 2020.

No ano de 2013, com a mudança de gestão municipal, iniciou-se novamente o processo de revitalização e implantação da rede de bibliotecas escolares, quando foi instituído o setor de biblioteca escolar funcionando com estrutura organizada na Semed (BARBOSA, 2017, 2020). No Gráfico 9, percebe-se novamente um crescimento, resgatando os números de biblioteca em funcionamento apontados no Gráfico 8.

Gráfico 9 – Bibliotecas em funcionamento: anos 2008 - 2020



Fonte: PMVV (2020).

A partir das informações descritas e comparando os Gráficos 8 e 9, infere-se que houve uma sazonalidade do número de bibliotecas em funcionamento no

período de 2001 a 2020. É notório que o declínio e o aumento de quantitativo está relacionada diretamente com a visão dos gestores e investimentos em políticas públicas em BE.

B) Entrevista

O entrevistado é o secretário municipal de Educação,²² no período de 2017-2020. Segundo informações apontadas pelo gestor, o Sistema de Ensino de Vila Velha possui:

- a) 53 mil estudantes aproximadamente, distribuídos em 101 escolas;
- b) 38 unidades de ensino infantil, com atendimento de uma escola em tempo integral e uma na área rural;
- c) 63 unidades de ensino fundamental, com 22 em tempo integral e uma escola atendida na área rural;
- d) dessas 63 unidades de ensino fundamental, 19 oferecem a modalidade de educação de jovens e adultos;
- e) no quadro de servidores, são aproximadamente 5.000 funcionários.

Questionado sobre a rede de BE, o secretário informou que, no ano de 2020,²³ dispunha de:

- a) 60 bibliotecas nas UMEFs;
- b) uma biblioteca na unidade do município da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- c) coordenação central na sede: a equipe atual é formada por uma bibliotecária (gestora do setor); uma professora/ pedagoga que dá suporte pedagógico para planejamento e execução das ações; uma professora que atua como contadora de histórias nas escolas e em eventos da Semed; uma estagiária em Biblioteconomia;
- d) 62 profissionais²⁴ (28 bibliotecários e 34 auxiliares).

²² Sr. Roberto Antônio Beling Neto.

²³ Os dados da entrevista foram apurados em outubro de 2020, antes da nomeação de 41 bibliotecários que ocorreu por meio da Portaria nº 578/2020, no Diário Oficial do município em 24/11/2020.

²⁴ Carga horária dos profissionais: bibliotecários – 40h semanais, atendendo uma escola nos turnos matutino e vespertino; auxiliares de bibliotecas – 25h semanais, distribuídos nos três turnos de atendimento das bibliotecas.

Conforme mencionado por Camillo e Castro Filho (2018), em nível gerencial, a BE deve ter uma coordenação central, a fim de garantir o bom funcionamento. Destaca-se que, como mencionado pelo gestor, a Semed possui um setor responsável pelas bibliotecas, cumprindo o que determina o art. 48 da Resolução nº 4/2014 do Conselho Municipal de Educação (CME) (ANEXO A).

Quanto à visão do gestor sobre o papel e as funções da BE, declara que “[...] a biblioteca desenvolve múltiplas funções na escola, sendo parceira do professor no sentido de apoiar o processo de ensino-aprendizagem e atuar na formação do leitor. É um espaço para o desenvolvimento da cultura, da cidadania, da criatividade e da imaginação”.

Para confrontar o que Mintzberg e Quinn (2001) defendem na administração contemporânea quanto ao planejamento dos objetivos em comum, foi indagado se existe planejamento estratégico anual dos projetos/atividades a serem realizados. O entrevistado afirmou positivamente. Isso é confirmado em matérias vinculadas no site da PMVV.²⁵ Complementando o questionamento, foi exposto pelo entrevistado que uma das funções do setor de BE é realizar esse planejamento juntamente com as equipes das escolas, bem como monitorar os trabalhos desenvolvidos.

Extraiu-se, ainda, do site da PMVV a seguinte informação:

O Setor de Biblioteca Escolar da Secretaria Municipal de Educação (Semed) tem como focos: planejamento, organização, fomento e assessoramento dos projetos desenvolvidos pelas bibliotecas da Rede; formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas; normalização técnica; gerenciamento de dotação orçamentária para a dinamização das bibliotecas; monitoramento das legislações vigentes; dentre outras ações ligadas à Rede Municipal de Ensino (PREFEITURA DE VILA VELHA, 2020).

O entrevistado relatou que o planejamento das ações é norteador do trabalho a ser desenvolvido nas escolas e que as equipes têm autonomia para realizar os alinhamentos pedagógicos necessários de acordo com os públicos das unidades de ensino.

Indagou-se sobre as funções do bibliotecário e do professor que atua como auxiliar de biblioteca. O entrevistado afirmou que “[...] a equipe desempenha papel semelhante no processo educativo na escola, desenvolvem projetos, realizam

²⁵Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/02/educacao-1o-encontro-para-bibliotecarios-e-auxiliares-de-biblioteca-25482>. Acesso em: 17 out. 2020.

empréstimos. O bibliotecário tem uma função a mais que é a de gerir o espaço e realizar tarefas inerentes a profissão”.

O secretário de Educação destacou que sempre foi preocupação da gestão investir na atualização e formação de todos servidores:

Para os bibliotecários e auxiliares não é diferente. No ano de 2019, a Secretaria custeou 50 inscrições no XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD)²⁶ que aconteceu na cidade de Vitória. Na oportunidade, fomos convidados pela organização do evento a apresentar o case da rede de Vila Velha.

O entrevistado ainda ressaltou que os encontros de formação acontecem periodicamente.²⁷ As informações são confirmadas conforme citação:

Destaca-se que uma das características marcantes na rede de bibliotecas escolares vilavelhenses é a Formação Continuada dos bibliotecários e demais profissionais que atuam nas bibliotecas. Com o intuito de aproximar as questões pedagógicas da prática dos profissionais da informação, são realizados cursos com certificação através da Plataforma E-proinfo MEC, em parceria com o Núcleo de Tecnologia Educacional do município para desenvolver competências inerentes à profissão. Têm-se encontros presenciais mensais e, em cada módulo, com um tema específico, os profissionais participam de Fórum de Discussão on-line, além de realizar um trabalho e/ou uma atividade prática na escola de acordo com o assunto abordado. No decorrer dos anos, foi possível observar o impacto dessas formações por meio da avaliação dos profissionais, com destaque para alguns mais qualificados e atuantes pedagogicamente (BARBOSA; MATA; PEREIRA, 2020, p. 127).

Foi informado pelo entrevistado que os meios utilizados para comunicação interna são documentos oficiais enviados por e-mail por meio de circulares internas, além de grupos de WhatsApp. Já para a comunicação externa, o site da PMVV é o principal, seguido das redes sociais.

Sobre a estrutura organizacional, destacou-se a formalização da rede por meio da documentação legal e de organograma.

Além da entrevista, buscou-se ampliar a investigação na documentação legal instituída pelo município, destacando-se:

²⁶Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/09/experiencias-das-bibliotecas-escolares-de-vila-velha-em-congresso-nacional-27166>. Acesso em: 20 out. 2020.

²⁷Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/09/vila-velha-promove-praticas-pedagogicas-na-biblioteca-17601>. Acesso em: 20 out. 2020.

- a) Lei nº 5.677, de 26 de novembro de 2015, que amplia o quantitativo de vagas para bibliotecário no município de 25 para 63 profissionais, além de alterar as atribuições do cargo para atender às especificidades do bibliotecário escolar;
- b) Resolução nº 4 do Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre as Diretrizes para o Ensino Fundamental. O capítulo X, seção II, arts. 45 a 50 tratam sobre as bibliotecas escolares do município (ANEXO A), garantindo a coordenação de bibliotecas no organograma da Semed;
- c) Plano Municipal de Educação (Lei nº 5.629/2015): contempla oito estratégias relacionadas com as bibliotecas e sua atuação (PMVV, 2015);
- d) Plano Municipal do Livro e Leitura (Lei nº 4.921/2010): dispõe sobre a política municipal do livro e de estímulo à leitura, sobre a criação de novos locais de leitura e dá outras providências (PMVV, 2010).

Quanto à normatização e padronização do processamento técnico, o entrevistado destacou que foi adquirido um software que permitia acesso a todo o acervo das bibliotecas. A rede de bibliotecas possui um Guia para Organização das BE, “[...] com o objetivo de orientar, detalhar e especificar todas as demandas e procedimentos técnicos que uma biblioteca escolar precisa para seu funcionamento” (BARBOSA; PEREIRA, 2020, p. 42). Nesse documento contempla o Regimento Interno padrão das BEs, apresentando sua última versão do ano de 2019.

Nessa fase da entrevista, para confrontar com o item 3.3, foi pedido ao secretário da pasta que destacasse os recursos físicos, humanos, financeiros, tecnológicos e informacionais das bibliotecas, de acordo com as informações a seguir.

Sobre os recursos físicos, foi informado, que o município tem buscado esforços para obter instalações físicas, equipamentos e materiais adequados para o bom atendimento, conforme estabelecido nos arts. 45 a 47 da Resolução 4/2014 (ANEXO A), porém, não tem um padrão estabelecido.

Quanto aos recursos humanos, foi indicado, inicialmente, o quantitativo de 62 profissionais: 28 bibliotecários e 34 auxiliares. Essa equipe participa do ciclo de Formações Continuidas promovidas pela Semed, com foco nos objetivos das bibliotecas e melhoria contínua dos serviços e produtos.

De acordo com a Campanha “Eu quero minha biblioteca”, que busca compartilhar, sensibilizar e informar os gestores públicos e a sociedade civil pela universalização de bibliotecas em escolas, os esforços para a realização de investimentos em políticas públicas passa pelo Planejamento Estratégico e Orçamentário da Educação do município.

Quando questionado se existem esses investimentos financeiros para as BEs, o gestor respondeu que sim:

No PPA municipal tem uma rubrica chamada ‘Dinamização da biblioteca e formação do leitor’. Através desse orçamento, nos anos de 2017 e 2018, por exemplo, houve aquisições de materiais como: computadores, mobiliários, estantes, bibliocantos e carrinhos de biblioteca. Também foram realizados eventos e concurso literário com publicação de livros.

Assim, pesquisou-se o PAR, o PPA, a LDO e a LOA de Vila Velha, obtendo-se o resultado conforme exposto na Figura 4:

Figura 4 – Plano Plurianual

Prefeitura Municipal de Vila Velha - ES
 PPA 2018-2021 - 2018/2021 - Alteração Legal 4
 Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
 Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 5971-2018 Data: 01/01/2018 Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO							
Unidade: 20.03 - ENSINO FUNDAMENTAL							
Programa: 2043 - GESTÃO DE PROGRAMAS PEDAGÓGICOS							
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.169 - Dinamização das Bibliotecas Escolares e Formação de Leitores	ENSINO FUNDAMENTAL	P	Bibliotecas Escolares dinamizadas	%	2018	25.00	1,060,000.00
					2019	25.00	1,098,000.00
					2020	25.00	1,164,880.00
					2021	25.00	1,221,158.00
					META	100.00	4,544,038.00

Fonte: PMVV (2018).

Esses investimentos são evidenciados pelas notícias publicadas no site da PMVV.²⁸

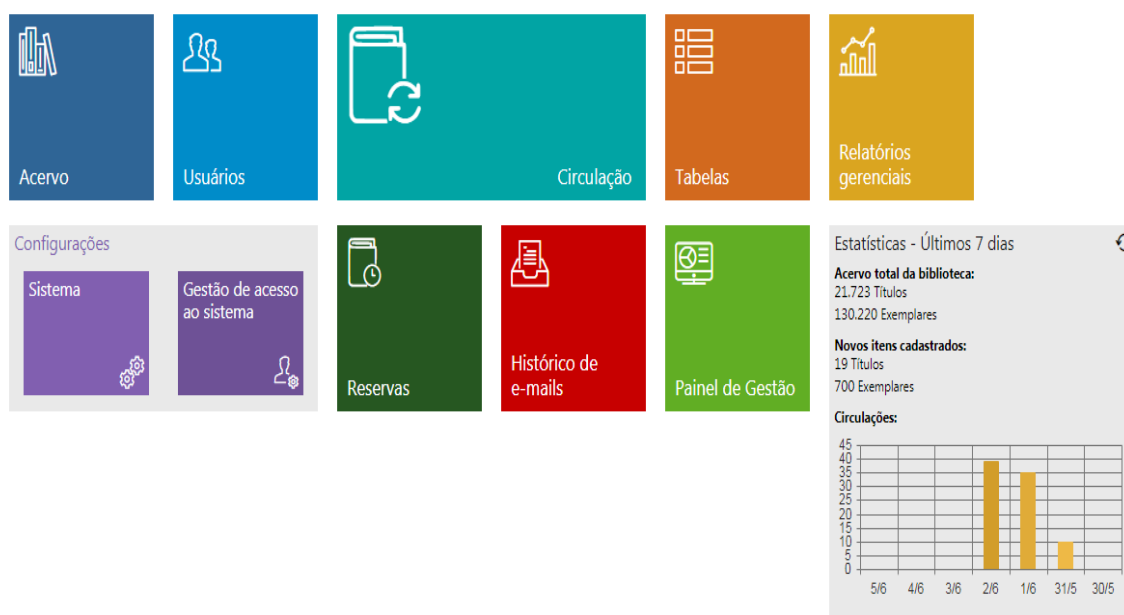
²⁸Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/10/42-700-livros-irao-recompor-as-bibliotecas-das-escolas-municipais-24764>; <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/12/pmvv-adquire-15-8-mil-livros-de-autores-capixabas-para-bibliotecas-escolares-27906>. Acesso em: 17 out. 2020.

Essa garantia de rubrica evidencia resultados positivos como uma política pública do município, além da concentração dos recursos, garantindo custos menores e poder de negociação com referência aos materiais a serem adquiridos, como já preconizava Kent (1979), como benefício para formação de redes de biblioteca.

Apesar de ser um ponto positivo das bibliotecas serem contempladas no PPA do município, Migueletto (2001) afirma que a administração dos recursos da rede está ligada ao poder, já que não foram apresentados na entrevista um planejamento e distribuição ordenada dos materiais. Evidencia-se ainda falta da aplicação da política de desenvolvimento de coleções.

Quanto aos recursos tecnológicos, foi destacado pelo secretário que houve um investimento na aquisição de software de gerenciamento dos acervos de todas as bibliotecas, o sistema Philos, além da aquisição dos leitores ópticos para agilizar empréstimos e devoluções, conforme demonstrado na Figura 5. Foi informado que existe planejamento para investir em plataformas digitais. Esses investimentos em TICs são ressaltados por Lancaster (2004), quando afirma serem indispensáveis para o fortalecimento das BEs.

Figura 5 – Painel de Gestão do Philos



Fonte: PMVV (2020).

Já para os recursos informacionais, o entrevistado destacou os recursos digitais implementados no período pandêmico do Covid-19. Para isso, a Semed criou um site²⁹ para garantir uma aprendizagem significativa aos estudantes. Existiu uma aba no site chamada Lúdico – Leitura Divertida, em que, semanalmente, eram postadas indicações de leitura criativa, interativa e recreativa para todas as idades. A seleção do material era realizada pelos profissionais que atuam nas bibliotecas de forma colaborativa. Evidenciaram ainda outros recursos informacionais em 2020, como destaca Barbosa (2020, p. 79):

Através do Projeto 'Vozes que encantam' criou-se um canal no YouTube onde são compartilhados diversos vídeos de alunos e servidores recitando, lendo textos (poemas, contos, crônicas, etc), contando histórias ou qualquer habilidade artística. O objetivo dessa ação era oportunizar e socializar os talentos de todos os atores da educação, dando vez e voz de forma democrática, enquanto todos estão no distanciamento social. Os vídeos são postados no canal do YouTube Bibliotecas Escolares PMVV – ES (https://www.youtube.com/channel/UC0mh51qoCROAoeX3OM8hL_Q) e no site www.concetadosdavila.com.br. [...] Através da ferramenta Padlet os bibliotecários criaram murais virtuais literários personalizados para cada Unidade de Ensino com conteúdos digitais: livros de variados gêneros, vídeos e informativos diversos. O objetivo do mural era interagir com os alunos e comunidade escolar, já que todos podem acessar, ler, comentar e ainda colaborar com outras postagens.

As evidências apresentadas pelo gestor vão ao encontro do preconizado pelas diretrizes da Ifla (2016) no que diz respeito aos investimentos nos diversos recursos para o alcance dos resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem. Arelado a essas evidências, soma-se o fato de que a rede está conectada à nova visão de biblioteca por Lankes (2016, p. 116), como uma plataforma para que a comunidade crie e compartilhe conhecimento:

Elas devem ser espaços para criação e compartilhamento de conhecimento, não somente um espaço para consumo e empréstimo de livros. Sabemos que a função de uma biblioteca deve transcender as quatro paredes [...]. Significa que os estudantes devem poder acessar serviços da biblioteca estando em casa.

Quanto às funções educativas e colaborativas, foi indagado ao secretário se as bibliotecas estão inseridas no PPP das escolas e se os projetos e atividades

²⁹ www.concetadosdavila.com.br

desenvolvidos pelas bibliotecas estão integrados ao currículo da escola. O pesquisado informou que sim.

No ano de 2018, por exemplo, houve discussão em todas as Unidades para reformulação do PPP, baseado na BNCC (2018). A orientação foi que os bibliotecários fizessem parte desse processo, pois a biblioteca necessita organizar seus projetos e ações voltadas para a realidade da comunidade escolar.

Quando indagado se existem projetos/atividades em comum, articulados e integrados entre as bibliotecas, a resposta foi positiva. “São planejados anualmente em conjunto com as equipes das escolas, porém a metodologia e execução podem ser diferentes, respeitando a particularidades de cada unidade”.

No processo de análise dos projetos realizados pela rede, alguns deles foram pesquisados e estão destacados no Quadro 7:

Quadro 7 – Descrição de projetos e atividades

(continua)

Projetos/ atividades	Objetivos	Descrição
Entre versos e rimas (Concurso literário e artístico com publicação de livro)	Fomentar o desempenho dos alunos em relação à habilidade leitora e interpretativa Permitir que a leitura e a escrita sejam compreendidas como prática social Dinamizar o uso da biblioteca escolar Trabalhar com os alunos e servidores a identidade e a diversidade cultural do Espírito Santo, reconhecendo a importância dos valores, saberes, costumes e tradições do povo espírito-santense	Concurso literário em nível municipal quando alunos e servidores do município manifestam seus talentos por meio de produções textuais de diferentes gêneros, desenhos e fotografias. As produções dos alunos e dos servidores são publicadas num livro que está em sua quinta edição. Anualmente, são propostos temas diversificados. Em 2019, o tema foi sobre o Estado do Espírito Santo
Conhecendo a biblioteca	Atrair os alunos para a biblioteca Despertar o interesse pelos livros do acervo Desenvolver habilidades de uso dos materiais da biblioteca	Atividade de boas-vindas aos alunos da escola. A biblioteca é apresentada de forma lúdica e criativa, por meio de contação de história, oficina de marcador de página e outras atividades variadas, de acordo com a faixa etária dos alunos. São apresentadas e explicadas as “regras” (“combinados”) da biblioteca
Leitura literária digital e pesquisas orientadas	Incentivar a leitura nos diversos recursos informacionais Mediar a informação Desenvolver habilidade de busca, seleção, avaliação, organização e utilização dos recursos informacionais	Atividades realizadas nos laboratórios de informática em parceria com professores de Tecnologia Educacional. Orientação aos alunos na elaboração e formatação de trabalhos e pesquisas solicitadas pelos professores, de acordo com a faixa etária e de forma graduada

Quadro 7 – Descrição de projetos e atividades

(conclusão)

Projetos/ atividades	Objetivos	Descrição
Resgatando o leitor da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Oferecer ao aluno a oportunidade de realizar leituras pelo prazer de ler, de forma dissociada da obrigação Amenizar danos de aprendizagem vinculados à falta de prática de leitura ao longo de suas vidas Incentivar o hábito de leitura dentro e fora da escola	Atividades para resgatar esse público ao espaço da biblioteca e fazer com que os alunos da EJA desenvolvam hábitos de leitura em diferentes gêneros instigantes a sua realidade, tais como: livros, jornais, vídeos, cartazes etc., com diferentes propósitos de leitura: leitura para entretenimento, para buscar informações e ler para apreciar o texto
Projeto anual temático	Valorizar a cultura, a arte e a literatura espírito-santense Conhecer as diferentes contribuições étnicas para a formação da cultura Desenvolver ações em sala de aula e na biblioteca que favoreçam o reconhecimento cultural do Estado Desenvolver atividades para que os alunos possam se identificar culturalmente em meio a toda diversidade cultural existente Adquirir conhecimento das características da cultura como um mecanismo de divulgação e afirmação de seus valores perante a sociedade	Projeto único para todas as escolas desenvolverem com temáticas específicas. No ano de 2019 é: Identidade#EntreOMarEAMontanha. Ações educacionais e culturais que viabilizem a construção do conhecimento e divulgação da diversidade local. Portanto, é necessário que valorizemos as manifestações culturais, oportunizando pesquisas e estudos correlacionados
Diversos projetos: Contação de história / Ciranda da leitura / Encontro com escritores / Sarau literário / Concurso leitor do ano / Datas comemorativas relacionadas com a biblioteca, leitura e livro	Apresentar os diversos gêneros literários; Incentivar a leitura e circulação da coleção da biblioteca.	Atividades diversas de leitura e apresentação de livros do acervo da biblioteca nos mais variados gêneros literários.
Eventos relacionados com a biblioteca	Participar do trabalho realizado pela rede de biblioteca escolar de Vila Velha e divulgá-lo	Participação em eventos durante o ano, por exemplo: Semana do Bibliotecário no Espírito Santo Feiras literárias e afins

Fonte: Adaptado em Barbosa, Mata e Pereira (2020, p. 123-125).

Com o intuito de verificar a fase de controle e avaliação da rede, foi relatado pelo secretário que o PME é monitorado por uma equipe de conselheiros do CME anualmente e que as metas relacionadas com as bibliotecas são verificadas quanto à implementação. No ano de 2019, foi realizado um estudo de usuários com as comunidades escolares das unidades que possuíam biblioteca.³⁰

Quanto à avaliação dos profissionais, foi relatado que não existe instrumento para tal, a não ser a avaliação de estágio probatório e a avaliação de desempenho previstas no Plano de Cargos e Salários. Porém, esses instrumentos são realizados somente com os profissionais efetivos. Ainda ao final de cada ano, os profissionais são convidados a realizar uma autoavaliação anual. Os resultados de todas as avaliações apontadas acima são direcionados à coordenação de bibliotecas, a fim de dirimir os erros, buscar soluções e apresentar propostas para o ano seguinte.

C) Questionário aplicado aos profissionais que atuam nas bibliotecas da rede

Com o objetivo de comparar, sustentar e/ou confrontar as informações obtidas na entrevista com o secretário de Educação, nas dimensões organizacional e pedagógica, deu-se sequência à pesquisa, desta vez interagindo com os servidores que atuam diretamente nas bibliotecas da rede, por meio de aplicação de questionário.

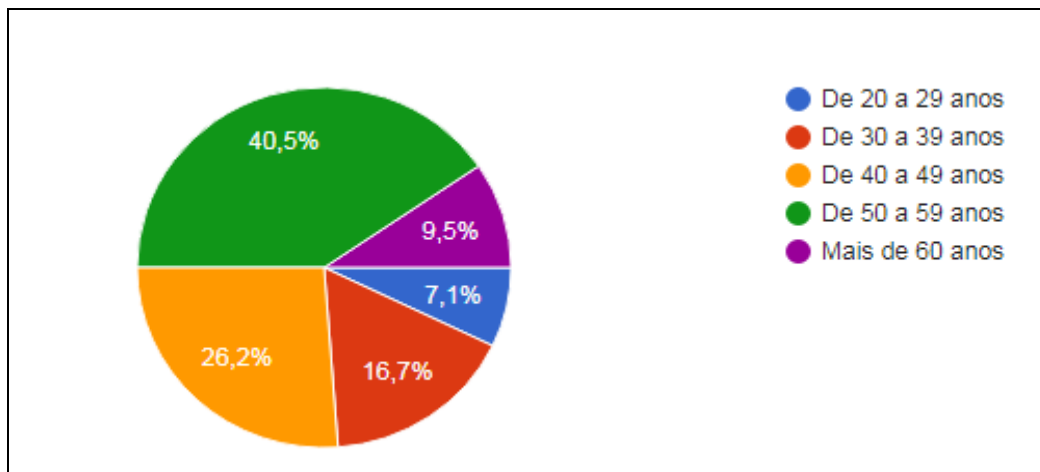
O questionário (APÊNDICE C) contemplou 17 perguntas, divididas em três blocos, a saber: perfil dos profissionais; perguntas sobre a biblioteca em que atuam; e questionamentos sobre a rede de BE de Vila Velha. A amostra da pesquisa contou com 42 participantes, representando 68% dos profissionais entre bibliotecários e auxiliares.

Perfil dos profissionais

Neste bloco de perguntas, a intenção foi identificar e traçar um perfil dos profissionais que responderam ao questionário.

³⁰ O resultado encontra-se nos arquivos do setor de biblioteca da Semed.

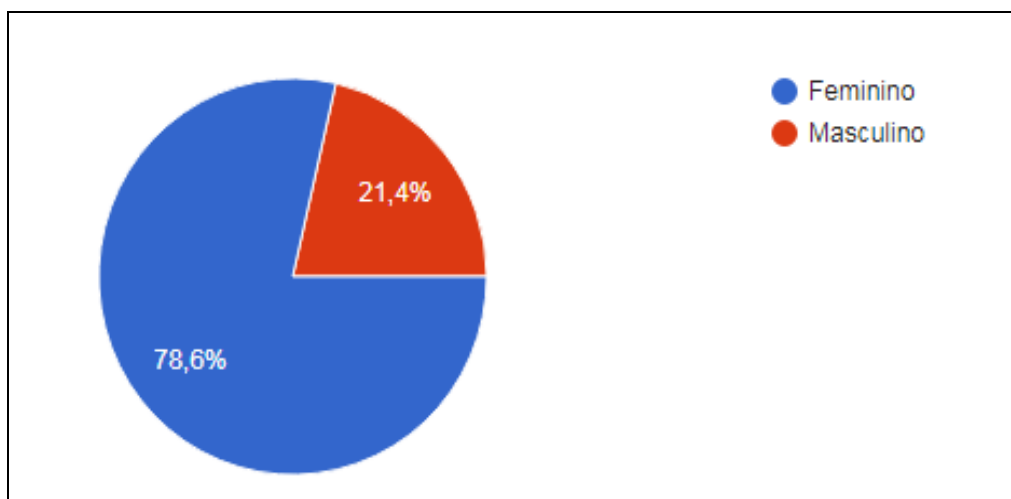
Gráfico 10 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 10, é possível constatar que dos 42 respondentes, 40,5% (17) têm idades entre 50 e 59 anos; 26,2% (11) estão na faixa etária de 40 a 49 anos; 9,5% (4) têm mais de 60 anos; e os demais (23,8%), correspondem aos profissionais com idade abaixo de 48 anos.

Gráfico 11 – Sexo

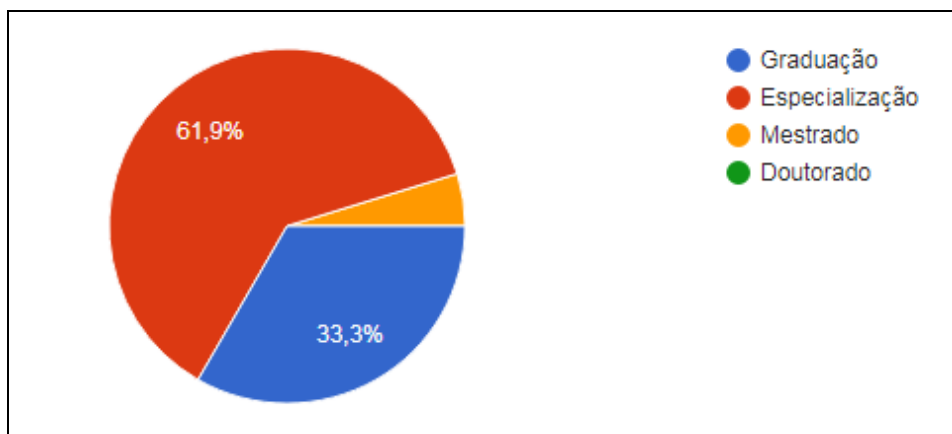


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Nota-se no Gráfico 11, que a maioria dos profissionais que trabalham nas bibliotecas é do sexo feminino: 78,6% (33) e 21,4% (9) do sexo masculino.

O nível de escolaridade desses profissionais é um componente de suma importância e valorização para o funcionamento da BE. Desta forma, foram extraídas informações conforme indicado nos Gráficos 12 e 13.

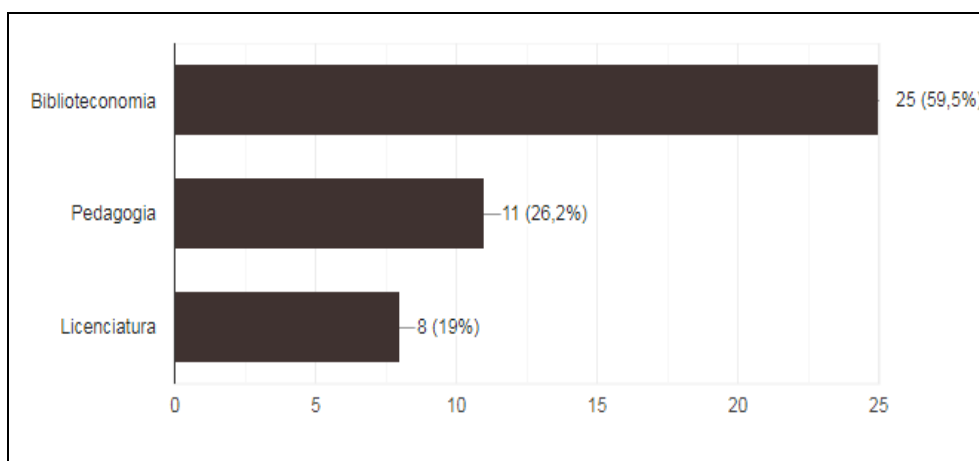
Gráfico 12 – Nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 12,³¹ aponta-se que 61,9% (26) declararam possuir especialização, seguido de 33,3 (14) com graduação, 4,8% (2) com mestrado e nenhum com doutorado.

Gráfico 13 – Identificação da graduação cursada



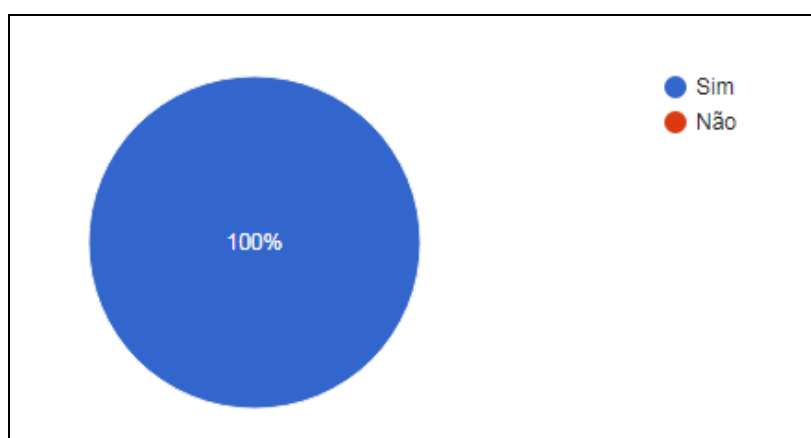
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 13, quando foi perguntado sobre a graduação, levando-se em consideração que os profissionais podem possuir uma ou mais graduações, deu-se a possibilidade de assinalar mais de uma opção. Dos 42 respondentes, somente 2 declararam ter mais de uma graduação. Já 59,5% (25) possuem Bacharelado em Biblioteconomia, 26,2% (11) cursaram Pedagogia e 19% (8) Licenciatura. Foi

³¹ As porcentagens inferiores a 7% não são apresentadas nos gráficos.

solicitado ainda especificar a Licenciatura do profissional e obteve-se como resultado: Ciências Biológicas, História, Letras (Língua Portuguesa), Sociologia, Música. Nesses dois gráficos, percebe-se que grande parte dos profissionais investiu em suas formações até o nível de especialização apenas. Além de a maioria possuir graduação em Biblioteconomia, a outra parte dos profissionais tem formação na área educacional (que são os professores que exercem a função de auxiliar de biblioteca).

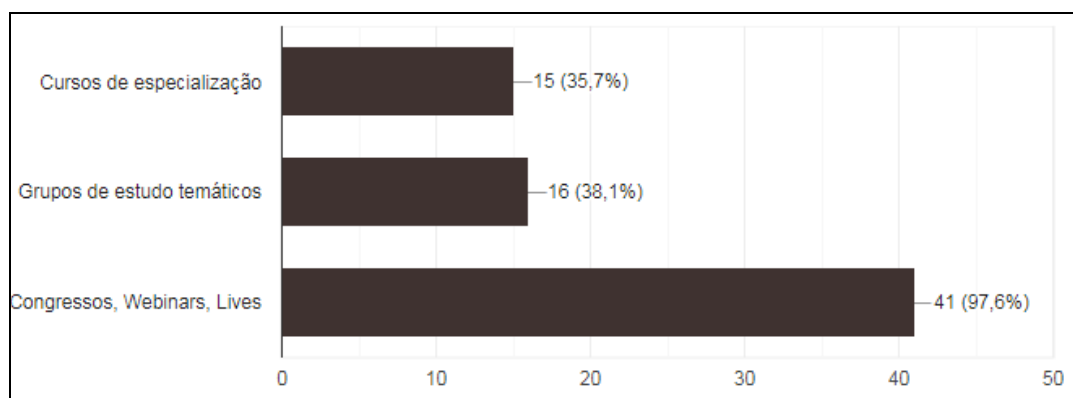
Gráfico 14 – Atualização para prática profissional



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quando perguntado aos bibliotecários e auxiliares se tem buscado atualização para sua prática profissional, verificou-se, no Gráfico 14, que 100% (42) deles afirmaram que sim. Quando questionados de que forma tem procurado se atualizar para o desenvolvimento de sua prática profissional (podendo selecionar todas as opções aplicáveis), responderam conforme os dados do Gráfico 15.

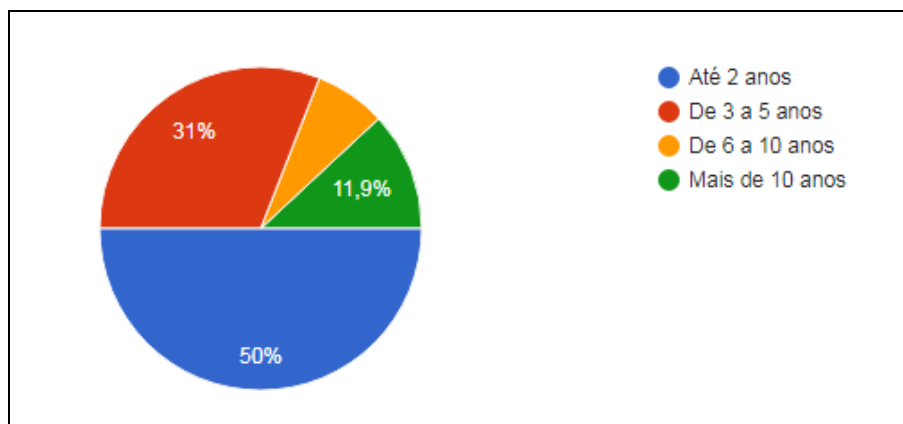
Gráfico 15 – Formas de atualização para a prática profissional



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observa-se, no Gráfico 15, que a maioria dos participantes, 97,6% (41) afirmou ter participado de congressos, webinars e lives, seguido de 38,1% (16) de grupos de estudos temáticos e, por fim, 35,7% (15) em cursos de especialização.

Gráfico 16 – Tempo de atuação em biblioteca escolar



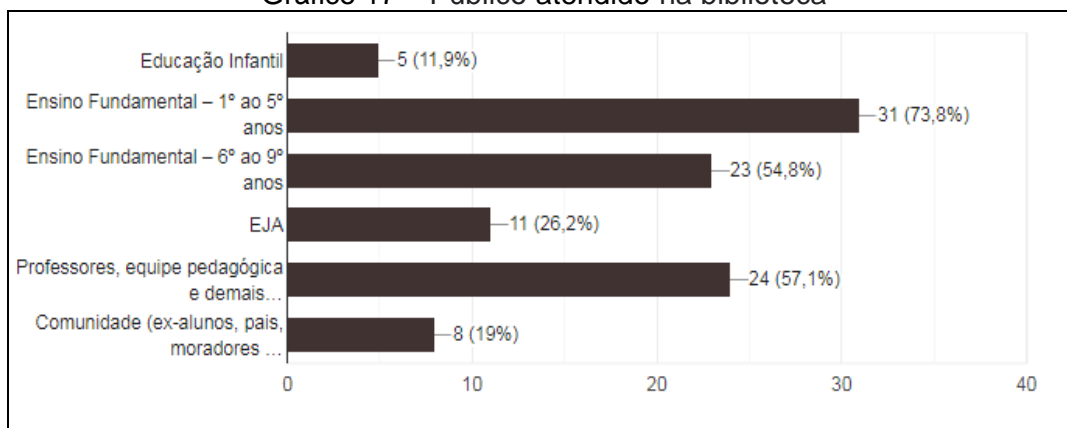
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No que concerne ao tempo de atuação em BE, Gráfico 16, verificou-se que 50% (21) têm experiência em até dois anos, 31% (13) atuam de três a cinco anos, seguidos de 11,9% (5) com mais de dez anos e, por fim, 7,1% (3) declararam atuar de seis a dez anos.

Sobre a Biblioteca Escolar em que atua

Neste bloco de perguntas, a intenção foi compreender os públicos que os profissionais atendem, bem como as questões pedagógicas e a colaboração como um todo.

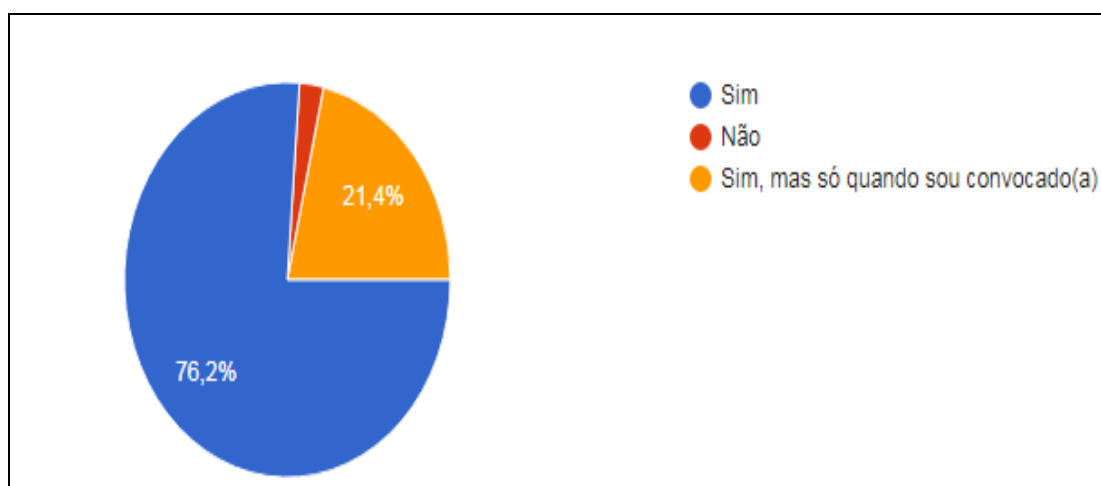
Gráfico 17 – Público atendido na biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quando questionado sobre o público que os profissionais atendem, considerando o fato de as escolas ofertar mais de um nível de ensino, foi permitido selecionar todas as opções aplicáveis. Neste caso, conforme demonstra o Gráfico 17, a maioria dos participantes, 73,8% (31) estão concentrados em escolas que atendem ao ensino fundamental I (1º ao 5º anos), seguidos do ensino fundamental II (6º ao 9º anos) com 54,8% (23), 26,2% (11) atendem ao EJA e 11,9% (5) à educação infantil. Destaca-se, ainda, que somente 57,1% (24) declararam atender aos professores, à equipe pedagógica e aos demais servidores da escola, além de 19% (8) atenderem à comunidade (ex-estudantes, pais, moradores do bairro).

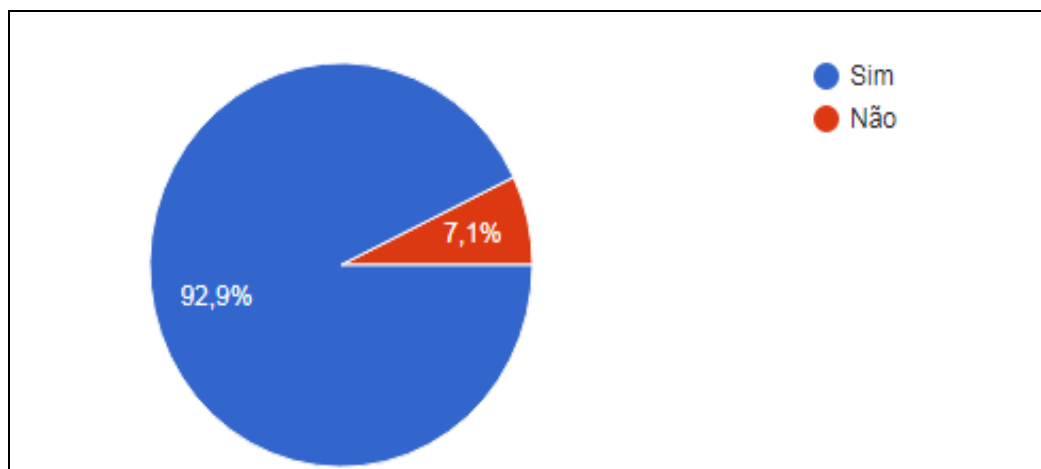
Gráfico 18 – Participação em reuniões pedagógicas durante o ano



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para compreender o nível de participação e envolvimento dos profissionais das bibliotecas nas questões pedagógicas da escola, foi questionado se participam das reuniões de planejamento quando são discutidos os projetos e atividades a serem realizados durante o ano. No Gráfico 18, pode-se observar que 76,2% (32) afirmam que sim, seguidos de 21,4% (9) que declararam que não participam das reuniões e, ainda, 2,4% (1) afirmaram participar, mas só quando eram convocados (as).

Gráfico 19 – Utilização do PPP para nortear o trabalho desenvolvido na biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

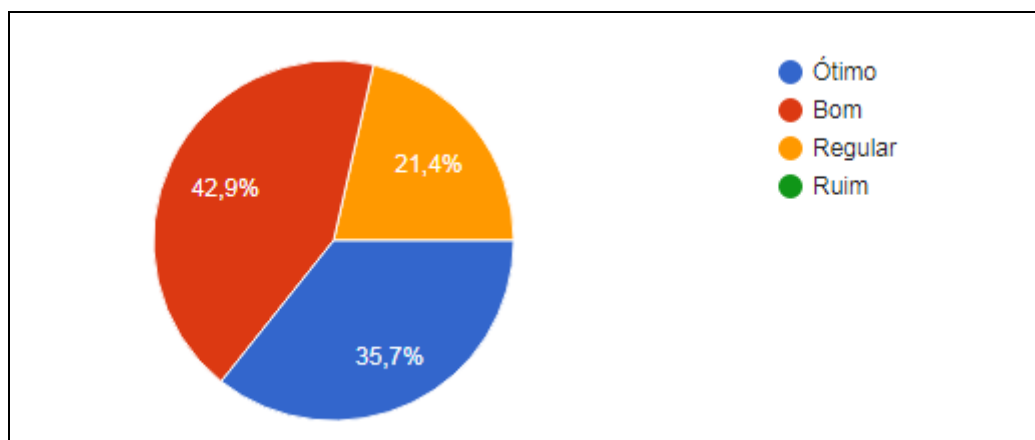
O Gráfico 19 aponta que, a maioria dos participantes, 92,9% (39) utilizam o PPP da escola para nortear o trabalho desenvolvido na biblioteca, já confirmado nesta pesquisa em entrevista com o gestor da pasta. Somente 7,1% (3) declaram não usar o PPP como ferramenta. Foi solicitado responder o porquê da negatividade. Um dos participantes respondeu: “Na maioria das vezes, somos orientados pelo setor pedagógico”. Os outros dois afirmaram desconhecer o PPP da escola.

De acordo com Bortolin (2006, p. 35), as ações dos bibliotecários “[...] se encontram mais próximas dos pedagogos e demais educadores, pois sobre eles recai a preocupação em dividir a responsabilidade de educar e de apoiar a escola no cumprimento do seu Projeto Político Pedagógico”.

Os resultados positivos dos Gráficos 19 e 20 vêm ao encontro do pensamento da autora, pois representam um avanço significativo na rede pesquisada, já que os profissionais entendem que as ações devem estar pautadas e integradas aos conteúdos curriculares, além de haver um esforço significativo para garantir a participação da biblioteca nos documentos oficiais da escola, contribuindo no processo educativo, conforme afirma Campello (2009).

Aprofundando o entendimento e compreensão do funcionamento da rede, foi perguntado aos participantes a seguinte questão: no desenvolvimento do trabalho da biblioteca, como classifica o nível de interação, colaboração e cooperação entre você, os professores e a equipe pedagógica?

Gráfico 20 – Nível de interação, colaboração e cooperação entre você, os professores e a equipe pedagógica

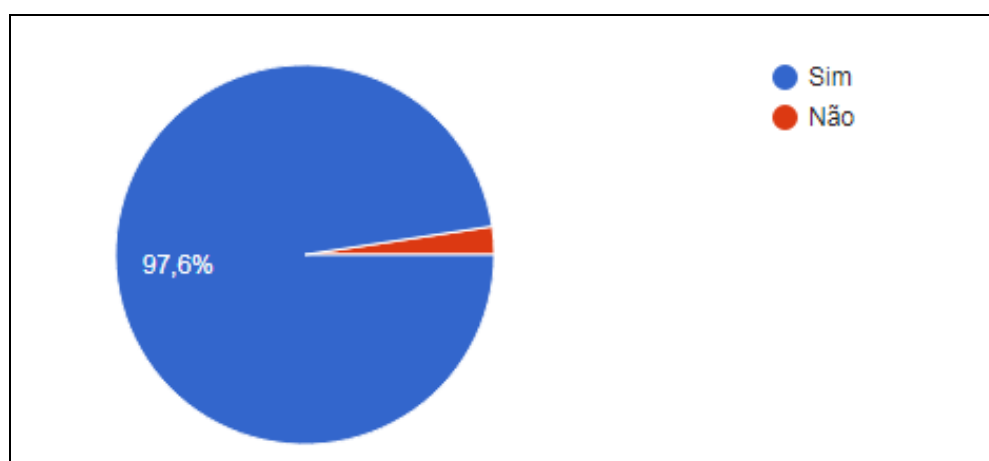


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com o Gráfico 20, obtiveram-se os seguintes resultados: 42,9% (18) classificaram como bom, seguidos de 35,7% (15) que afirmaram ser ótimo, 21,4% (9) acharam como regular e nem um afirmou ser ruim.

Aprofundando ainda mais o entendimento do funcionamento da rede, foi questionado se os participantes realizam compartilhamento de experiências e de informações com colegas de outras bibliotecas.

Gráfico 21 – Compartilhamento de experiências e de informações com colegas de outras bibliotecas



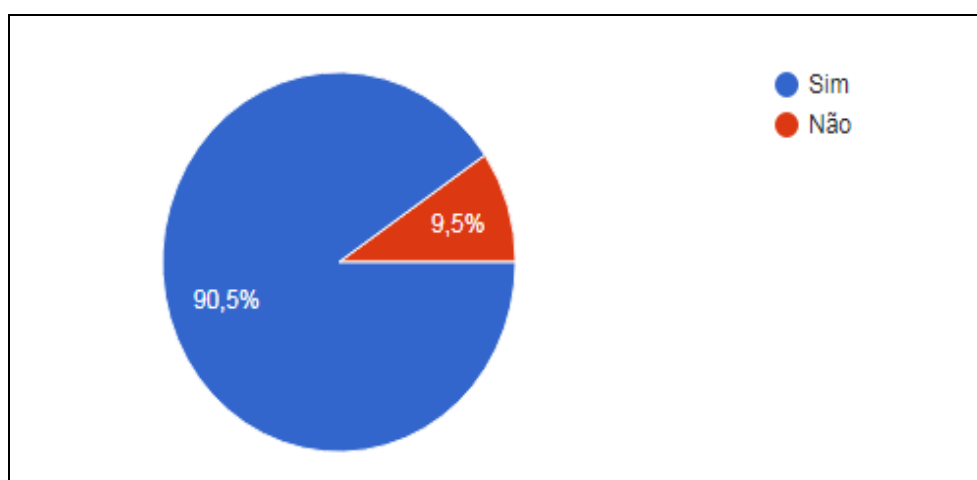
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O Gráfico 21 apresenta mais uma vez que o resultado foi satisfatório, pois praticamente todos, 97,6% (41) afirmaram que sim, seguidos de apenas 2,4% (1) que declararam que não realizam nem um tipo de compartilhamento. Ainda foi

dada a oportunidade de comentar a resposta negativa, mas não houve nem uma observação.

Nos Gráficos 20 e 21, ficam evidenciados o que Basseto (2013) denomina de Sociedade do Conhecimento, quando expõe que a organização e os indivíduos estabelecem conexões por meio de interações e troca de conhecimento, tanto internamente nas unidades de ensino com os demais profissionais da escola, quanto externamente entre os pares com outros colegas de profissão.

Gráfico 22 – Autonomia para planejamento e execução das ações da biblioteca



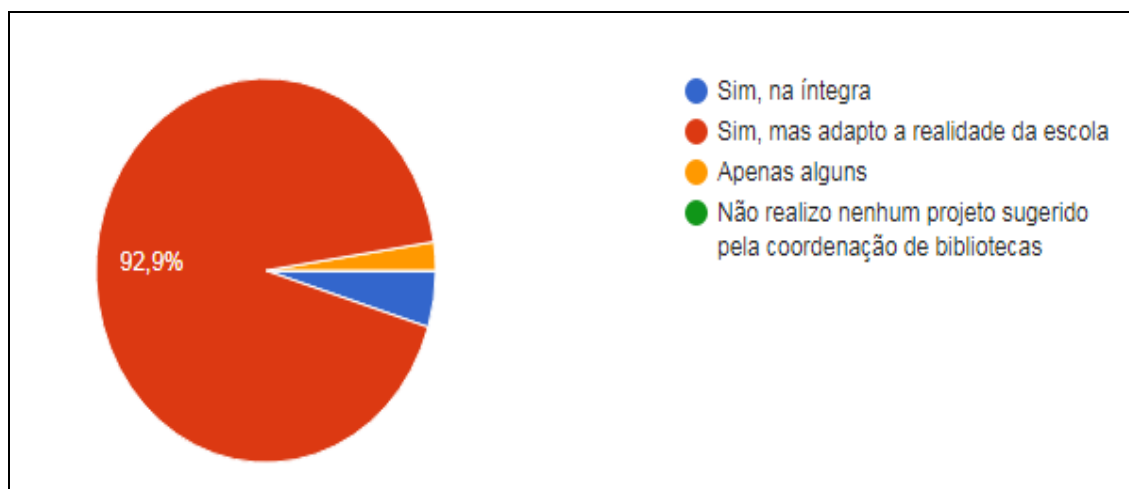
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quanto à autonomia do profissional para planejamento e execução de ações da biblioteca, 90,5% (38) afirmaram ter autonomia e 9,5% (4) responderam negativamente, conforme o Gráfico 22. Nesse resultado, evidencia-se a legitimidade das equipes como ação estratégica das organizações defendidas por Migueletto (2001), sendo aberta e flexível para validar de forma ativa a opinião dos atores envolvidos.

Sobre a rede de BE de Vila Velha

Nesta seção de perguntas, os questionamentos foram elaborados com base no referencial teórico já apresentado e para complementar as respostas da entrevista realizada.

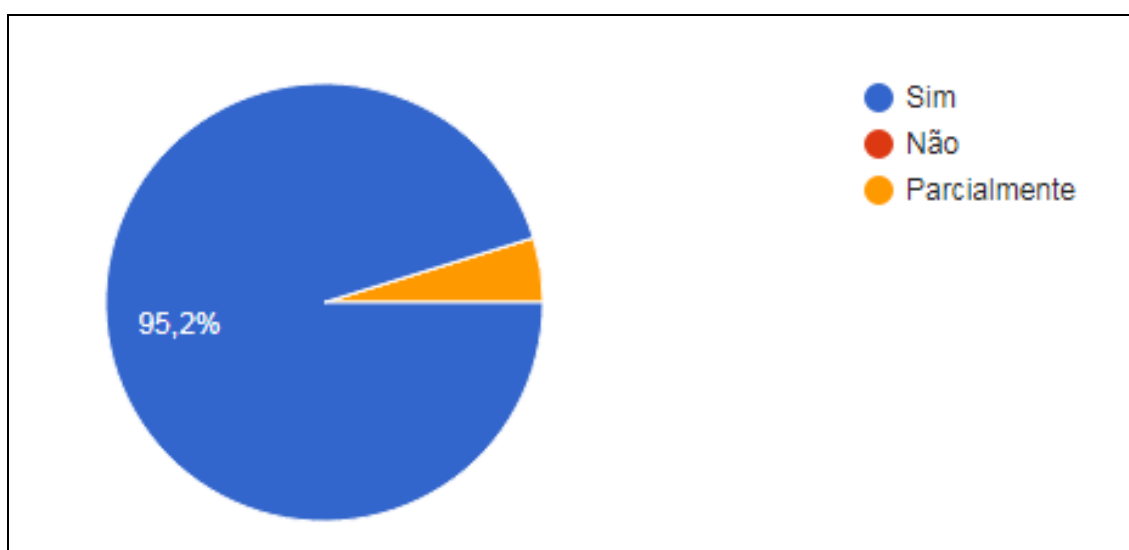
Gráfico 23 – Contribuição e execução de projetos e atividades previstos no planejamento estratégico da coordenação de bibliotecas da Semed



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Gráfico 23, a maioria, 92,9% (39), declarou que contribui e executa os projetos e atividades previstos no planejamento estratégico da coordenação de bibliotecas da Semed, mas adaptam à realidade da escola, enquanto 4,8% (2) disseram que contribuem e executam na íntegra as propostas da Semed e 2,4% (1) informaram que participaram apenas de alguns. Nem um profissional declarou que não realiza os projetos sugeridos pela coordenação de bibliotecas. Isso demonstra que os bibliotecários e auxiliares possuem autonomia, confirmando as resposta apresentadas acima no Gráfico 22.

Gráfico 24 – Repercussão da atuação conjunta dos projetos e atividades para a rede de bibliotecas

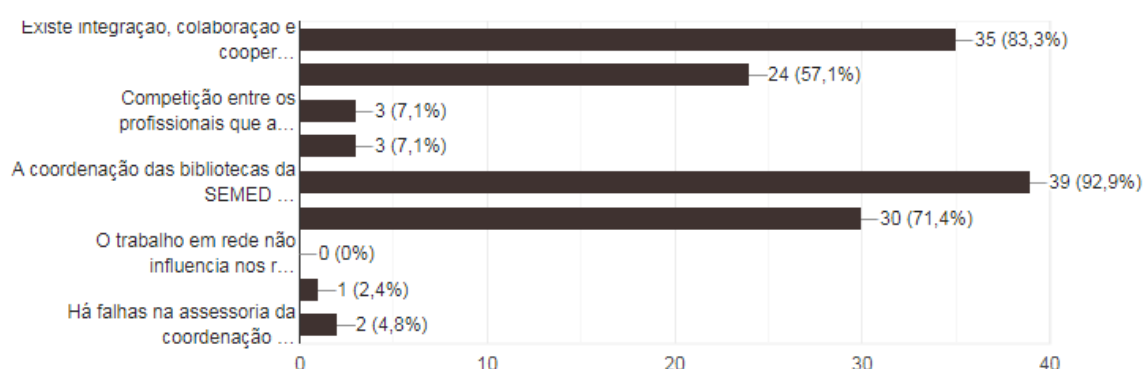


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observa-se, no Gráfico 24, que 95,2% (40) afirmaram que sim, que a atuação conjunta dos projetos e atividades fortalece a rede de bibliotecas para alcance dos objetivos em comum, e 4,8% (2) disseram que essa atuação conjunta é parcial para o fortalecimento da rede. Nem um profissional respondeu negativamente.

Com esse resultado positivo expressivo, pode-se observar que a atuação conjunta da rede é resultado da conectividade e da coerência, já que os interesses e objetivos são compartilhados, conforme defendido por Castells (2006).

Gráfico 25 – Percepção quanto ao resultado do trabalho em nível de rede

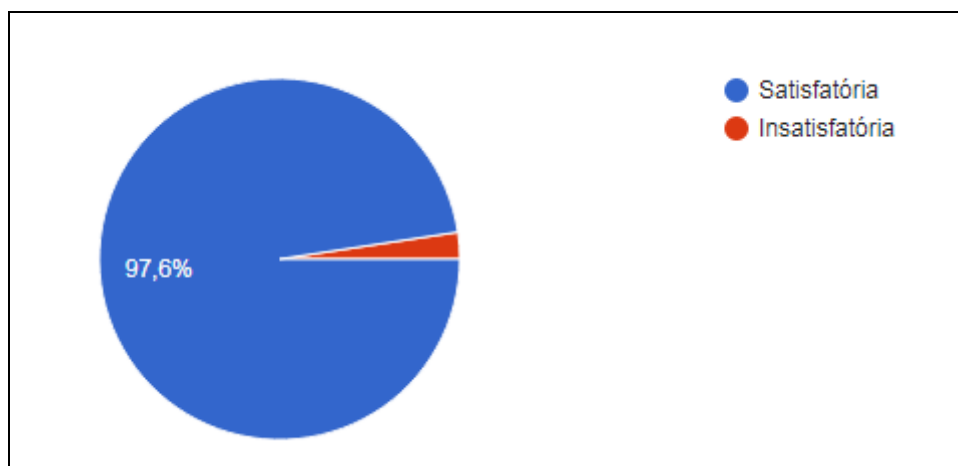


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Perguntou-se sobre a percepção do profissional quanto ao resultado do trabalho em nível de rede, podendo selecionar todas as opções aplicáveis. Como resultado, conforme demonstra o Gráfico 25, destacou-se que 83,3% (35) informaram que existe integração, colaboração e cooperação entre os profissionais que atuam nas bibliotecas; 57,1% (24) declararam existir melhoria na organização e padronização dos serviços e processamento técnico; 7,1% (3) disseram que existe competição entre os profissionais que atuam nas bibliotecas e dificuldade na comunicação e diálogo.

Quando o questionamento foi se a coordenação das bibliotecas da Semed dá assessoria, suporte e apoio para execução dos projetos e atividades, 92,9% (39) responderam positivamente; 71,4% (30) informaram que, em nível de rede, existe maior facilidade em alcançar os objetivos em comum; nem um profissional sinalizou que o trabalho em rede não influencia os resultados nas suas atividades; 2,4% (1) declararam que não contribui para a integração entre os profissionais que atuam nas bibliotecas; e 2 (4,8%) disseram que há falhas na assessoria da coordenação de bibliotecas da Semed.

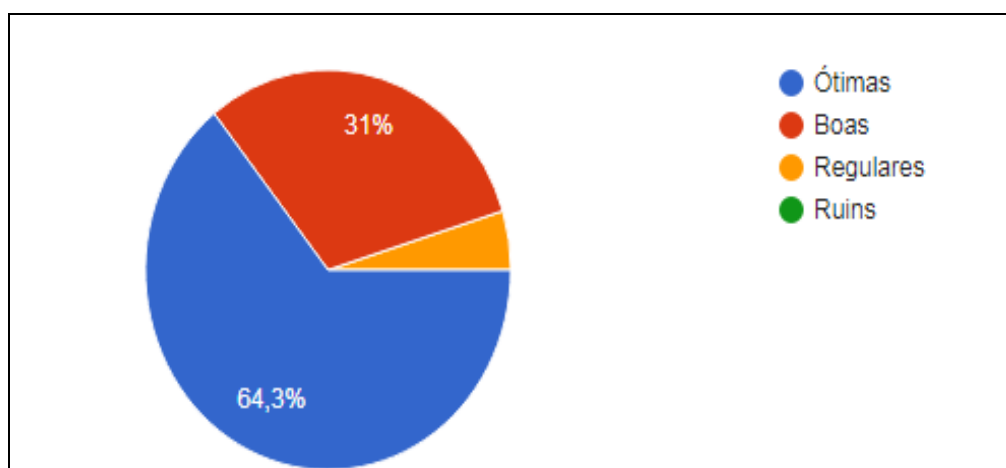
Gráfico 26 – A comunicação e diálogo entre a coordenação da rede e o profissional



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com o objetivo de avaliar os resultados do trabalho em nível de rede, o Gráfico 26 aponta que 97,6% (41) profissionais afirmaram ser satisfatória a comunicação e o diálogo entre a coordenação da rede e eles, enquanto 2,4% (1) disseram ser insatisfatória.

Gráfico 27 – Temáticas abordadas nas formações continuadas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Sobre as formações continuadas disponibilizadas pela Semed e a coordenação de bibliotecas nos anos de 2019 e 2020, foi perguntado o nível de satisfação quanto às temáticas abordadas para a atuação profissional. No Gráfico 27, como resultado, 64,3 (27) responderam que as temáticas são ótimas; 315 (13)

disseram que são boas; enquanto 4,8 (2) afirmaram que são regulares e ninguém respondeu que são ruins.

Ao final do questionário, foi dada a opção aos participantes da pesquisa para apresentar algum comentário. Foram selecionados alguns, que são descritos a seguir:

As formações são importantes e agregam conhecimento, experiência e melhoria na atuação como profissionais bibliotecários.

A coordenação e cooperação entre a equipe é muito boa e importante para o crescimento e fortalecimento da relação de trabalho, para dar visibilidade a importância do profissional bibliotecário nas escolas e mostrar os trabalhos desenvolvidos por ele no espaço físico e na vida dos usuários.

Apreendi muito nesses dois anos trabalhando na biblioteca, muita interação e informações que contribuíram com os trabalhos desenvolvidos.

Sou grata pelos projetos na biblioteca e por conhecer um pouco como funciona uma biblioteca. É viajar por um universo desconhecido, fascinante e de muito aprendizado.

Desejo continuar essa experiência e contribuir para o ensino-aprendizagem dos alunos.

A coordenação de bibliotecas nos ajuda muito, pois, além de nortear o nosso trabalho, permite-nos participar das formações.

Percebe-se que o conhecimento dos documentos norteadores da educação trabalhados nas formações continuadas contribui para o entendimento da área pedagógica e proporciona a facilidade em cumprir a missão na escola e na biblioteca.

Nos Gráficos 23 a 27, observa-se o que Pimentel (1977) sustenta no início de pesquisas sobre a rede de biblioteca e, posteriormente, quando Migueletto (2001) propõe a gestão compartilhada dialógica e instrumental como modelo contemporâneo, tendo a atuação colaborativa entre as equipes das bibliotecas da rede, considerando como os membros se relacionam, interagem e se articulam para o alcance dos objetivos propostos, levando-os a estabelecer elos e compromissos firmados.

Ressalta-se, ainda, que Subirats (1989) afirma que o gestor da rede requer postura e conhecimento especializados para lidar com os assuntos pertinentes da rede e propõe treinamentos específicos a fim de garantir conhecimentos técnicos e pedagógicos, propiciando atendimento satisfatório aos leitores.

Para deixar os participantes da pesquisa à vontade nas respostas, não foi obrigatório se identificar. Foi dada a opção, ao final do questionário, de inserir o nome. Assim, 21 profissionais se identificaram.

Após as análises da entrevista e dos questionários, nota-se que as BEs de Vila Velha têm se esforçado para atuar em rede, conforme já preconizado por Valera Orol, Garcia Melero e Gonzalez Guitian (1988), garantindo os objetivos em comum e se fortalecendo com resultados positivos.

Para validar e certificar os resultados colhidos do estudo de caso nas dimensões organizacional e pedagógico, resgatou-se o Quadro 6 para sintetizar os pilares da rede de Vila Velha já apontados.

Quadro 8 – Síntese da análise de pilares da rede de Vila Velha

(continua)

Parâmetro	Descrição
Planejamento	<p>Confirmou-se, por meio do memorial histórico, que houve planejamento de projetos e ações sistematizadas da rede somente durante o período em que a Semed concentrou uma coordenação central de biblioteca em sua sede. Foram identificados, na entrevista e em respostas dos questionários, os detalhes de funcionamento da rede com especificidade das estratégias, processo, políticas de orientação de cada função, observando traços de autonomia dos profissionais para o desenvolvimento dos projetos planejados em conjunto. Identificaram-se, ainda, metodologias dos projetos a serem executados. Observou-se divulgação e aplicação de estratégias de marketing para dar visibilidade aos serviços prestados. Na fase de avaliação, foram constatados o monitoramento do PME e as estratégias relacionadas com as bibliotecas e também se realizou estudo de usuários nas escolas</p> <p>Recomenda-se à gestão da rede de Vila Velha: análise SWOT possa ser aplicada novamente, a fim de realizar a manutenção da rede em curto, médio e longo prazo; estudo de usuários, já que os últimos são do ano de 2019; reformulação de instrumento de supervisão e avaliação das atividades para o desempenho geral da rede</p>
Gestão administrativa central	<p>Observou-se, tanto na entrevista quanto nas respostas dos questionários, que a coordenação central atua e acompanha de forma sistematizada a prestação de serviços e produtos das bibliotecas. Quanto à formação dos profissionais que trabalham nas bibliotecas, foram observadas a dinamicidade e pluralidade de temáticas que envolvem o cotidiano escolar, as questões pedagógicas e a prática dos profissionais da informação. Identificou-se, ainda, que existe a padronização e normalização técnica de Biblioteconomia, porém recomenda-se atualização, já que as últimas revisões foram no ano de 2019</p>

Quadro 8 – Síntese da análise de pilares da rede de Vila Velha

(conclusão)

Parâmetro	Descrição
Recursos potenciais	Observou-se que os investimentos em recursos físicos, humanos, informacionais, tecnológicos e financeiros são executados de fato por haver a implementação do Planejamento Orçamentário da Educação do município, com rubrica própria para a dinamização das bibliotecas, porém, diante das respostas dos questionários, percebe-se que os investimentos ainda são insuficientes para atender a todas as demandas da rede Recomendam-se investimentos em tecnologia e aquisição de plataformas de livros digitais
Legislação e documentação	A Semed cumpre a determinação da Lei nº 12.244/10, bem como fixa as estratégias do PME ligadas à biblioteca, como parâmetros fundamentais para a consolidação e fortalecimento da rede. Cumpre o que determina a Resolução nº 4/2014 do CME, quanto aos parâmetros das bibliotecas escolares do município. Com relação à documentação educacional, observou-se que a equipe tem buscado esforços para cumprir o PPP, por exemplo. Evidenciou-se ainda falta da aplicação da política de desenvolvimento de coleções Recomenda-se a atualização do Plano Municipal do Livro e Leitura, datado de 2010.
Contribuição no processo ensinoaprendizagem	Evidenciou-se que, em todo processo investigativo do estudo de caso, acontece o desenvolvimento de programas/projetos/atividades, com destaque para o Quadro 7. Enfatizou-se, ainda, um movimento no sentido de alinhar as práticas da biblioteca com os conteúdos curriculares
Identidade da rede	Identificou-se, por meio da coleta de dados, que a rede tem identidade própria bem marcante, quanto a: preocupação e interesse em atualização para exercer a prática profissional; à participação e envolvimento nas questões pedagógicas; ao compartilhamento de experiências e de informações com colegas de outras bibliotecas
Trabalho em equipe	Destacaram-se nas respostas dos questionários fortes traços de cooperação, integração, proatividade e trabalho colaborativo entre a Coordenação Central, os bibliotecários, professores, equipes gestoras e pedagógicas. Porém, em alguns gráficos, observou-se que essa articulação ainda carece melhorar em algumas escolas

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

As análises até aqui realizadas permitiram identificar as principais vantagens de se trabalhar em rede, trazendo o protagonismo tanto particularmente nas unidades escolares quanto nos Sistemas de Ensino como um todo. Nesse viés, serão apresentados os benefícios em suas dimensões organizacional e pedagógica:

Quadro 9 – Benefícios de trabalhar em rede de BE

Dimensão	Descrição
Dimensão organizacional	Garantia de recursos estratégicos, a partir da formalização da rede por meio de documentação legal
	Redução de custos para compra em escala
	Engajamento coletivo quanto ao cumprimento de legislações, diretrizes, documentos norteadores de âmbito governamental e de políticas públicas ligadas à criação, apoio e melhoria contínua de bibliotecas escolares acessíveis a todos os estudantes
	Fortalecimento da defesa dos interesses das bibliotecas pelos órgãos governamentais, técnicos e profissionais, a partir do estabelecimento de uma coordenação central administrada por bibliotecário
	Gestão compartilhada como ação estratégica voltada à cooperação, autonomia dos atores e da efetividade dos projetos focada nos resultados
	Otimização dos recursos físicos, humanos, informacionais, tecnológicos e financeiros, além dos serviços e produtos
	Alcance dos objetivos que não são obtidos independentemente, baseados na coletividade, cooperação, colaboração e coordenação entre as bibliotecas
	Maior agilidade na comunicação e troca de informação
	Oportunidade para impulsionar a inovação, desenvolver novos serviços e melhorar a qualidade dos produtos e serviços das bibliotecas pertencentes à rede
	Percepção do profissional quanto à melhoria dos resultados do trabalho em nível de rede
	Estabelecimento de diretrizes e padronização dos serviços técnicos
	Facilidade na implantação de Política de Desenvolvimento de Coleções
	Processamento técnico e registros catalográficos facilitados a partir de software de gestão, trazendo melhoria e dinamização dos acervos integrados ao currículo escolar
	Facilidade na organização de formação continuada na área biblioteconômica e pedagógica
	Fortalecimento da imagem das bibliotecas e valorização dos seus profissionais nas unidades de ensino a partir do aumento da credibilidade dos produtos e serviços
Dimensão pedagógica	Gestão compartilhada como ação estratégica voltada à cooperação, autonomia dos atores e da efetividade dos projetos focada nos resultados
	Alcance dos objetivos que não são obtidos independentemente, baseados na coletividade, cooperação, colaboração e coordenação entre as bibliotecas
	Maior agilidade na comunicação e troca de informação
	Facilidade na troca de experiências e na execução de projetos e serviços em comum
	Ampliação das perspectivas e probabilidades de as bibliotecas da rede serem reconhecidas como parte integrante da práxis pedagógica
	Potencialização do trabalho colaborativo entre os bibliotecários, professores e equipe pedagógica no cotidiano escolar
	Contribuição na construção do currículo escolar de forma mais efetiva, atendendo às necessidades da comunidade escolar
	Facilidade na organização de formação continuada na área biblioteconômica e pedagógica

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Na última seção, baseado no referencial teórico e nos resultados da análise de dados da metodologia desta pesquisa, são apresentadas algumas considerações e recomendações que buscam refletir sobre a formação e configuração de redes de BE em suas dimensões organizacionais e pedagógicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A partir do estudo da arte sobre rede de bibliotecas escolares, a pesquisa apresentada e discutida trouxe desde o entendimento de um conceito de rede até a compreensão dos pilares estruturantes para a constituição de uma rede de BE. A temática rede de BE é recente no Brasil e é ainda pouca explorada, conforme evidenciado na revisão bibliográfica, que suscitou concluir que ainda existem muitos desafios para a BE, desde a universalização das bibliotecas no país, e mais especificamente no Espírito Santo, até o trabalho sistematizado e organizado em rede em que os participantes interajam com objetivos comuns em busca de fortalecimento e alcance de resultados positivos.

Nessa direção, a pesquisa corroborou o pensamento de Castells (2006), quando afirma que, a partir dos sistemas em rede, surgem a inovação e criatividade para manter a informação atualizada por meio da cooperação e diminuição de custos. Os dados apresentados na pesquisa podem servir de apoio para que os Sistemas de Ensino, público e privado, reconheçam que o trabalho em rede de BE é dinâmico e interativo, trazendo estratégias privilegiadas de inovações, valor agregado e redução de custos, ora para cada unidade em particular, ora para um conjunto de bibliotecas, escolas e sociedade em geral.

Como resposta ao objetivo principal, os dados analisados demonstram a formação e configuração das redes de BE no Estado do Espírito Santo em suas dimensões organizacional e pedagógica, assim como apontam indicativos do fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem.

Com foco nesse objetivo, o estudo estabeleceu nas Seções uma ampla revisão bibliográfica e construção de referencial teórico, dando sentido às configurações de redes de BE, o que permitiu suporte à pesquisa de campo. Em decorrência disso, elaborou-se uma pesquisa de cunho exploratório e documental, tendo a análise dos resultados com abordagem qualitativa.

A partir dos eixos, funções e facetas da biblioteca e do bibliotecário em busca do protagonismo no ambiente escolar e para o bom funcionamento da rede de BE como um todo, esta pesquisa impulsionou diversas reflexões. Destacou-se que a biblioteca tem como pressuposto a formação do leitor como prática social e de garantias às diversidades, devendo proporcionar ambiente de aprendizagem

colaborativa, sistema de informação e cultura a partir de planejamento específico, como ficou evidente para Lankes (2016) que as bibliotecas precisam sair da inércia, do estado de sobrevivência, apenas estimulando a paixão pela leitura, e inovar promovendo o empoderamento para os cidadãos.

A pesquisa demonstrou que não basta que as ações da biblioteca estejam inseridas no PPP, pois o bibliotecário deve fazer parte da elaboração desse projeto e cumprir as ações planejadas. A participação e o envolvimento do bibliotecário no planejamento do currículo escolar refletirão no desenvolvimento das habilidades dos estudantes, assumindo aprendizado contínuo e se transformando em cidadãos competentes em informação. Por isso, o profissional precisa incutir e tomar atitudes proativas, realizando um esforço educativo para garantir que a biblioteca esteja presente nos documentos oficiais da escola. Para isso, faz-se necessária a participação do bibliotecário em todas as reuniões de planejamento pedagógico, garantindo a inclusão dos projetos e atividades da biblioteca na programação da escola.

No entanto, o papel da biblioteca e a inserção do bibliotecário no ambiente escolar no Brasil ainda são pouco compreendidos no contexto educacional e na sociedade, lembrando que não será por força e imposição que o profissional conquistará seu espaço nas unidades de ensino, mas por apresentação de suas habilidades e eficiência, promovendo a biblioteca como ambiente propício ao desenvolvimento intelectual, de transformação e engajamento cultural e social, como afirmam Duarte e Aguiar (2017). Acrescenta-se que a implementação das políticas públicas contribuirão de forma contundente para que haja os profissionais nas escolas, necessitando o engajamento de todos atores envolvidos nessa ação.

Quanto aos documentos norteadores na área educacional brasileira, percebeu-se que é dada pouquíssima ênfase às bibliotecas diante da potencialidade que ela apresenta como ambiente significativo no processo de ensino-aprendizagem. Porém, isso não deve ser impeditivo para buscar, nesses documentos, o embasamento quanto à inserção das bibliotecas no contexto educacional.

Nesta pesquisa foi dada ênfase aos documentos norteadores e às políticas públicas ligadas às bibliotecas, aos livros e à leitura. As leis, decretos e programas são fundamentais e precisam ser compreendidos para que os profissionais e a

sociedade em geral possam acompanhar o andamento das legislações e cobrar dos órgãos competentes.

Além disso, corrobora-se o que expressa Bortolin (2006), quando afirma que não basta ter toda estrutura planejada com investimentos, equipes capacitadas, documentos publicados, se a gestão vigente não der destaque à leitura, substituindo ou, muitas das vezes, eliminando os projetos de leitura existentes. Dessa forma, percebeu-se na pesquisa que os documentos por si só não terão eficácia, se a sociedade civil não estiver atenta e se mobilizar para fazer cumprir a aplicação das legislações em seus Municípios, Estados e Nação e compreender a biblioteca como equipamento social.

A partir das análises de dados, evidenciaram-se os benefícios de se trabalhar em rede, tanto para cada unidade escolar quanto para o Sistema de Ensino. Como discutido, as vantagens giram em torno de algumas garantias: otimização de recursos diversos a partir de documentação legal; previsão orçamentária e da redução de custos, tratando-se de aquisições em escala; engajamento e fortalecimento de políticas públicas em BE; estabelecimento de uma coordenação central focada na gestão compartilhada; equipe fortalecida pela cooperação e colaboração entre as bibliotecas e a equipe pedagógica, trazendo consigo resultados mais exitosos no processo de aprendizagem; dinamização de acervos; padronização dos serviços técnicos; equipes mais bem preparadas a partir das capacitações na área biblioteconômica e pedagógica.

Diante do exposto, infere-se que os benefícios de o bibliotecário atuar em redes são maiores do que se ele não participar. O profissional que atua de forma isolada, sem estabelecer parcerias internas e externas, provavelmente encontrará muitos obstáculos e entraves para conquistar e avançar nos objetivos planejados. Isso nem sempre é percebido e valorizado pelas instituições que as mantêm e até pelos próprios participantes das bibliotecas. Ressalta-se, ainda, que a consolidação de uma rede de BE sempre terá como beneficiário final os estudantes.

Considerando ainda algumas conclusões acerca do estudo da rede de BE do município de Vila Velha, apresentam-se evidências, a partir dos pilares, para o estabelecimento de uma rede de BE.

Conclusões na perspectiva do referencial teórico:

- a) é possível visualizar que a rede de BE de Vila Velha apresentou as seis contingências de formação de rede apontadas por Oliver (1990), que são: necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimidade; simultaneamente ou não, pois cada fator pôde atuar separadamente ou combinados entre si;
- b) o estabelecimento de rede e sua gestão, tema discutido por Nohria (1992), Klijn, Koppenjan e Termeer (1995), estão presentes nos resultados da entrevista com o secretário de Educação do município e nos resultados dos questionários aplicados com os profissionais que atuam nas bibliotecas da rede;
- c) quanto à rede como arranjo organizacional e gestão compartilhada propostos por Migueletto (2001), vislumbrou-se que a gestão da rede desempenha um papel de mediação, focada na dimensão dialógica – voltada à atuação colaborativa entre os atores – e na dimensão instrumental – essa mais tradicional, voltada para a efetividade dos projetos, focada nos resultados e articulação para o alcance dos objetivos em comum;
- d) nessa direção, Castells (2006) trouxe relevância para o Sistema de Ensino, já que apresenta as tendências modernas apoiadas no conceito de sociedade em rede, no qual o autor afirma que o trabalho em rede minimiza custos, fomenta as competências tecnológicas e compartilha recursos e informações. A rede de BE de Vila Velha apresentou esses benefícios por meio das aquisições em escala, investimentos em tecnologia e compartilhamento dos recursos.

Conclusões à luz das recomendações das Diretrizes da Ifla (2016):

- a) bibliotecário escolar qualificado: evidencia-se na rede um plano de formação continuada para os profissionais tanto na área técnica quanto na pedagógica;
- b) coleção que apoia o currículo da escola: mostra o esforço da administração do município em investir financeiramente na renovação periódica dos acervos das bibliotecas;
- c) plano explícito para o crescimento e desenvolvimento da biblioteca: quanto aos planos institucionais, o Sistema de Ensino tem cumprido a Lei nº

12.244/10, Resoluções do CFB, além de dotação orçamentária própria evidenciada pelo PPA municipal que tem uma rubrica específica chamada “Dinamização da biblioteca e formação do leitor”; quanto à área pedagógica, evidenciou-se que os projetos e atividades são planejados anualmente, levando em consideração o PPP de cada unidade escolar;

- d) legislação municipal específica a respeito da criação, apoio e melhoria contínua de bibliotecas escolares acessíveis a todos os estudantes: confirma-se a existência de legislação municipal de BE, porém não foi identificado ato de criação da rede e sim a Resolução nº 4 do CME que contempla as diretrizes para tal.
- e) implementação de serviços e atividades, para que estudantes e comunidade escolar reconheçam a biblioteca como um recurso para o ensino-aprendizagem: as ações da rede apresentam formação inicial e contínua dos bibliotecários, ações gerenciais de monitoramento do trabalho dos profissionais, presença marcante da colaboração e cooperação entre as equipes e o desenvolvimento de normas e diretrizes.

Portanto, considera-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados, visto que, por meio da coleta de dados e dos resultados, foi possível verificar que um dos principais sucessos da constituição da rede de BE Vila Velha é a articulação em rede, pois estabelece ações comunicativas, dialógicas, voltadas à cooperação entre as equipes, e apresentação de ações visando à efetividade dos produtos e serviços de qualidade à comunidade escolar. A partir dessa articulação, a rede vêm promovendo o empreendedorismo interno e externo para as bibliotecas, bibliotecários e comunidade em geral.

Os resultados deste estudo mostraram ainda que, quanto ao estabelecimento de uma coordenação central na sede da secretaria de Educação, percebe-se a representação significativa nas atividades educacionais em âmbito municipal, fortalecendo ações que reverberam em todas as bibliotecas, dando visibilidade e reconhecimento ao profissional, além de potencializar as reivindicações de melhoria, por exemplo, nas estruturas físicas das bibliotecas, e renovação de acervo.

Por meio do estudo de caso, constatou-se que a rede de Vila Velha, ano após ano, vem se consolidando com a constituição de documentação legal e cumprimento

das legislações na área da Biblioteconomia e da Educação. Somado a isso, acredita-se que, com o aumento considerável de bibliotecários nomeados ao final do ano de 2020, por meio da Portaria nº 578/2020, a rede terá muito mais resultados exitosos.

Destaca-se que toda essa estrutura organizada estrategicamente, com planejamento e recursos contemplados, não garante o sucesso do trabalho em rede. Se os objetivos não forem em comum ou houver interesses particulares sobrepostos ao coletivo, essa rede pode vir a enfraquecer e até fracassar.

Portanto, as redes de BE devem envolver-se e buscar apoio da sociedade em geral para articular e dar visibilidade aos projetos de formação do leitor como estratégia para mudanças sociais e educacionais, apoiadas nas políticas públicas já institucionalizadas.

Ainda para a eficácia e sucesso de uma rede de BE, existem imbricados alguns fatores. Dentre eles, destacam-se: objetivos traçados de forma bem clara e alcançáveis para que possam ser entendidos e aplicáveis por todos os envolvidos; colaboração e cooperação equilibradas entre os indivíduos e instituições; existência de coordenação para que as ações sejam implementadas.

Os Sistemas de Ensino do país, em especial no Estado do Espírito Santo, ainda necessitam garantir o espaço físico das bibliotecas nas unidades escolares, além de fazer cumprir as leis que garantem a presença do profissional bibliotecário e definir, de forma mais clara e objetiva, as funções técnicas e pedagógicas das BEs.

Esta pesquisa apresentou uma visão holística de rede de BE, calçada no referencial teórico, quando destaca que a atual sociedade está fundamentada nas redes e em diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, Castells (2006) afirmou que tudo indica que essa forma conjunta de atuação irá se intensificar nos próximos anos, já que se vive em um mundo em constantes mudanças e, portanto, é necessário acompanhar essas transformações.

Com este trabalho, foi possível perceber algumas debilidades e fortalezas das redes de BE no Estado, nas dimensões organizacional e pedagógica. Por isso, concorda-se com Pereira (2016), quando afirma que depende da biblioteca e do bibliotecário intensificar sua função educativa em busca de resposta para as constantes mudanças e transformações da sociedade, dando suporte ao cumprimento da missão e dos objetivos da escola.

Sendo assim, as redes devem buscar esforços para planejar seus projetos e buscar profissionais com competências e habilidades específicas para a realização das tarefas educativas. É preciso que os benefícios oferecidos pela rede satisfaçam as expectativas e as necessidades das bibliotecas em relação aos seus públicos-alvo.

6.1 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Os resultados desta pesquisa mostraram que as respostas das inquietações e inferências da pesquisadora foram compreendidas e esclarecidas, mas de forma alguma finalizadas. Pelo contrário, o presente estudo só instiga ainda mais o interesse pelo tema e abre caminhos para que venham outros pesquisadores para explorar o tema e descobrir novas possibilidades de estrutura organizada em rede e sua influência no ambiente educativo.

Para discutir rede de BE, não dá para separar e abordar somente a estrutura administrativa; tem de ser levada em consideração a organização como um todo e, ainda, tratar da dimensão pedagógica, pois ambas andam juntas e interligadas. Portanto, indicam-se estudos futuros nos campos da Administração e Educação.

Faz-se necessário o engajamento dos pesquisadores da área da CI em produzir estudos em torno da relação da biblioteca escolar com o desempenho dos estudantes nas avaliações institucionais do Governo Federal, por exemplo, as notas em Língua Portuguesa do IDEB,³² além de suscitar discussões acerca da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil e Retratos da Leitura em Bibliotecas.³³ Isso trará indicativos do fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem.

Diante do exposto, espera-se contribuir para os campos da CI, Biblioteconomia e Educação. As perspectivas ora discutidas demonstram que, no Brasil, e mais especificamente no Espírito Santo, o futuro e a consolidação das redes de BE dependerão de esforços coletivos dos diversos atores envolvidos e de ações governamentais.

³²O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo Governo Federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas e estabelecer metas para a melhoria do ensino (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 17 out. 2020).

³³Pesquisa em âmbito nacional que tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro e o impacto das bibliotecas na aprendizagem dos alunos do ensino básico (Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/retratos.php>. Acesso em: 17 out. 2020).

REFERÊNCIAS

AMÂNDIO, Maria José Catarino. **Redes de informação e conhecimento: cooperação e interação baseada no Portal da Rede Integrada de Bibliotecas de Oeiras**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa/PT, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/9899>. Acesso em: 20 jan. 2020.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS/ ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY. **Information power: building partnerships for learning**. Chicago: American Library Association, 2009.

BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria. Evidências teóricas para a compreensão das redes interorganizacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, 2., 2002, Recife/PE. **Anais [...]** Recife: Eneo, 2002. v. 1. p. 1-15.

BARBOSA, Eliana Terra. Boas práticas do gerenciamento das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Febab)*, 27., 2017, Fortaleza/CE. **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (Febab)**, 2017. v. 26. p. 1747-1752. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1746>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BARBOSA, Eliana Terra; PEREIRA, Gleice. Redes de bibliotecas escolares brasileiras: contribuições no processo educativo. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**. 3. Série, 2020. Número especial. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/7815>. Acesso em: 1 ago. 2020.

BARBOSA, Eliana Terra; MATA, Marta Leal; PEREIRA, Gleice. Ações de competência em informação voltadas para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 14, p. 112-132, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/152827>. Acesso em: 1 ago. 2020.

BARBOSA, Eliana Terra. Atuação do bibliotecário escolar em rede. *In: VIANA, Joyce Mirella dos Anjos; SOUZA, Janailton Lopes; MUNIZ, Djaira Maracira Castelo Branco (org.). **Leitura, acessibilidade e atuação d@s Bibliotecári@s: pesquisas e experiências compartilhadas no Biblio Fora da Caixa**, livro 1. Amazon Ebook, 2020.*

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARROS, José D´Assunção. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

BASSETTO, Clemliton Luís. **Redes de conhecimento**: espaço de competência em informação nas organizações contemporâneas. Bauru/SP: Ide@, 2013.

BENIGNO, Maria de Lurdes Moraes. **Projecto Rede de Bibliotecas de Macedo de Cavaleiros**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação e Bibliotecas) – Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto/PT, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/xmlui/handle/11328/907>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz do bibliotecário lendo ou narrando. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília/SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103349>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José da (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9.484/18**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=65EE11A2D34BB1B2C39B8FDBC0799DD0.proposicoesWebExterno2?codteor=1641422&filenome=Avulso+-PL+9484/2018. Acesso em: 8 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, set. 2011, seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7559-1-setembro-2011-611396-norma-pe.html>. Acesso em: 8 jul. 2020.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Segunda versão revista. Brasília, MEC/Consed/Undime, 2016. Disponível em:

<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília/DF, 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3524-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-14-de-08-de-junho-de-2012>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Portaria Interministerial nº 1.442/2006, de 10 de agosto de 2006. Disponível em: <http://antigo.cultura.gov.br/pnll>. Acesso em: 8 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Leitura e Escrita**: Lei nº 13.696, de 12 julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana. Pinheiro Machado (org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Thesaurus, 2007. p. 39-62.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de Bibliotecas Escolares: uma proposta ao sistema educacional municipal de Ribeirão Preto/SP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. 117-131, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/31136>. Acesso em: 29 fev. 2019.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Bibliotecas escolares no interior do Estado de São Paulo: evidências sobre a carência de recursos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 206-223, abr./jul., 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1422>. Acesso em: 29 fev. 2019.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; BEDETI, Aparecida Imaculada da Silva; MANGUE, Manuel Valente. Recursos informacionais para o ensino fundamental. **Revista Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, 1988. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/780>. Acesso em: 29 fev. 2019.

CAMPELLO, Bernadete Santos. A competência informacional na educação para o século XXI. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613>. Acesso em: 29 fev. 2019.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Redes de bibliotecas: considerações para o desenvolvimento. *In*: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Ribeiro Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017. cap. 7. p. 177-196.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CASTRO FILHO, Marcondes Claudio de. As competências, os perfis e os aspectos sociais do bibliotecário na educação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas/SP, v. 14, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643650>. Acesso em: 19 jan. 2020.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28 n. 3. p. 23-34, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38058/21798>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CENTRAL DO BRASIL (coord.). **Campanha Eu quero minha biblioteca**. São Paulo: Planin, 20--. Disponível em: <http://www.euquerominhabiblioteca.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Projeto mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília: CFB, 2008. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/9-PROMOBILFINAL.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução nº 199, de 3 de julho de 2018**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1313/1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20199%20Par%C3%A2metros%20para%20a%20Biblioteca%20Escolar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução nº 220, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <https://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34. 2011. v.1.

DUARTE, Adriana Bogliolo Siroha; AGUIAR, Niliane Cunha Aguiar. A importância do projeto político-pedagógico para a legitimação da biblioteca escolar no Brasil: reflexões teóricas e conceituais. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 50-59, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2017/10/pdf_7ceb0301a4_0000027429.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** [recurso eletrônico] 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCÍA MARTÍNEZ, Ana Teresa. **Sistemas bibliotecários**: análisis conceptual y estructural. Madri: Trea, 2006.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 107-142.

GOLDIN, Daniel. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. *In: PASAJES de la edición: hablan los profesionales*. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003.

HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** São Paulo: Parábola, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IFLA/UNESCO. **Diretrizes da Ifla para a biblioteca escolar**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

KENT, Allen. Network anatomy and network objectives. *In: KENT, Allen; GALVIN, Tomas. J. (ed.). The structure and governance of library networks*. New York: Marcel Dekker, 1979. cap. 1, p. 2-18.

KLIJN, Erik-Hans; KOPPENJAN, Joop; TERMEER, Katrien. Managing Networks in the Public Sector: a Theoretical Study of Management Strategies in Policy Networks. **Public Administration**, Oxford: Blackwell Publishers, v. 73, 1995.

INSTITUTO OLDEMBURG DE DESENVOLVIMENTO. **Projeto sala de leitura**. Disponível em: http://institutooldenburg.com.br/sala_leitura.php. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/retratos.php>. Acesso em: 17 out. 2020.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANKES, R. David. **Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. São Paulo: Febab, 2016.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian (coord.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. cap. 1, p. 21-44.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3 p. 310-321, set./ dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a9.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de. **Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudo exploratório**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8SJNL>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 46-62, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MARTIN, Susan K. **Library Networks, 1978-79**. New York: Knowledge Industry Publications, 1978.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MATA, Marta Leandro da; SILVA, Helen de Castro. Biblioteca escolar e a aplicação da proposta da competência em informação no ensino fundamental. **CRB8 Digital**, v. 1, n. 3, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9241>. Acesso em: 1 maio 2020.

MATA, Marta Leandro da; CASSARO, Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva. A aplicação de programas de competência informacional em bibliotecas escolares: um relato a partir do olhar dos bibliotecários. **Informação@Profissões**, v. 3, n. 1-2, p. 173-196, 2014 Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/80999>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MIGUELLETO, Daniele Costa Reis. **Organizações em redes**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINTZBERG, Henry; Quinn, James Brian. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTIEL-OVERALL, Patricia. Toward a theory of collaboration for teachers and librarians. **School Library Media Research**, v. 8, 2005a. Disponível em: <http://www.ala.org/aasl/aaslpubsandjournals/slmrb/slmrcontents/volume82005/theor>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MONTIEL-OVERALL, Patricia. A theoretical understanding of teacher and librarian collaboration (TLC). **School Libraries Worldwide**, v. 11, n. 2, p. 24-48, July 2005b. Disponível em: <http://murraylib604.org/TheoreticalUnderstanding.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MONTIEL-OVERALL, Patricia; HERNANDEZ, A. The effect of professional development on teacher and librarian collaboration: preliminary findings using a revised instrument, tlc-iii. **School Library Research**, n.15, 2012. Disponível em: http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol15/SLR_EffectofPDonCollaboration_V15.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

MORO, Elaine Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. *In*: MORO, Elaine Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil; SERAFINI, Loiva Teresinha; KAUP, Uli (org.). **Biblioteca escolar**: presente! Porto Alegre: Evangraf, 2011.

MOTTA, F. C. P. **Teoria das organizações**: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. *In*: PARENTE, André. (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre, Sulina, 2010. p. 17 - 38.

NOHRIA, Nitin. Is a network perspective a useful way of studying organizations? *In*: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (ed.). **Networks and organizations**: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992. p. 1-22.

OLIVER, C. Determinations of interorganizational relationships: integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares/Febab, 1985.

PARENTE, André (org.). Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. *In*: PARENTE, André. **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre, Sulina, 2010. p. 91 - 110.

PARENTE, André. Pensar em rede. Do livro às redes de comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, v. XXIII, n.1. 2000. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/799/582>. Acesso: 24 fev. 2020.

PEREIRA, Gleice. **A colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário**. 2016. 150 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AE7FXB>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PEREIRA, Gleice; SOBRINHO, Patricia Nogueira Rodrigues; GIRELLI, Ricardo Teixeira. As ações de implantação da Lei nº 12.244/2010 nos municípios da Grande Vitória/ES. **BiblioCanto**, v. 6, n. 1, p. 25 - 39, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/19810>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PIMENTEL, C. D. P. Programa para criação e instalação de bibliotecas escolares na rede de ensino oficial. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 2, p. 693-705, jul./dez., 1977. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16751>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PORTUGAL. **Lançar a rede de bibliotecas escolares**. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. Coleção Educação para o futuro.

PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares. **Programa Rede de Bibliotecas Escolares**: Quadro estratégico 2014-2020. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares, 2013. Disponível em: <https://www.rbe.mec.pt/np4/1531.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Rede de Bibliotecas Escolares. **Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares**. Lisboa: RBE, 2009. Disponível em: https://www.rbe.mec.pt/np4/file/31/978_972_742_3194.pdf. Acesso em: 28 jan. 2019.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias**. 2020. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=debec&menu=10&submenid=253#>. Acesso em: 20 out. 2020.

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Biblioteca Escolar Interativa (BEI)**. 2019. Disponível em: <https://educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/bei.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

PREFEITURA DE VILA VELHA. Secretaria de Educação. **Bibliotecas**. 2020. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/setor/educacao/bibliotecas>. Acesso em: 18 out. 2020.

PREFEITURA DE VILA VELHA. **Lei nº. 4.921, de 05 de abril de 2010**. Dispõe sobre a Política Municipal do Livro e de Estímulo à Leitura, a criação de novos locais de leitura e dá outras providências. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L49212010.html>. Acesso em: 18 out. 2020.

PREFEITURA DE VILA VELHA. **Lei nº 5.629, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L56292015.html>. Acesso em: 18 out. 2020.

PREFEITURA DE VILA VELHA. **Plano Plurianual de Ações 2018-2021**. Disponível em: <http://transparencia.vilavelha.es.gov.br/transparenciaweb/MostraArquivo.ashx?Arquivold=733>. Acesso em: 18 out. 2020.

QEDU. **Portal QEDu**. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/108-espirito-santo/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 20 out. 2020.

RAMOS, Flávia Brocchetto; REAL, Daniela Corte; DE OLIVEIRA, Flavia Reis. Bibliotecas escolares: leitura, (in)formação e cultura para uma educação cidadã. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 84-97, set. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3141>. Acesso em: 22 jan. 2019.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. *In*: Otlet, Paul (1868-1944). **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução organizada por: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2018 (Tradução publicada exclusivamente em edição eletrônica).

ROBREDO, Jaime. Panorama dos planos e projetos de automação das bibliotecas universitárias brasileiras. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília. **Anais** [...] Brasília: Capes, 1981.

ROS GARCÍA, Juan; LÓPEZ YEPES, José. **Políticas de información y documentación**. Madrid: Síntesis, 1994.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, Enrique; FERNANDES, Elisabete (org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. v. 1.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP). Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnle/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas y eficacia de la administración**. Madrid: Inap/MAP, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Escola de Ciência da Informação. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha-biblioteca-escolar.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

VALERA OROL, C.; GARCIA MELERO, L. A.; GONZALEZ GUITIAN, C. G. Redes de bibliotecas. **Boletín de La Anabad**, La Coruña, v. 38, n. 1-2, p. 215-242, 1988. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=210>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Ribeiro Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira (org.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2017. cap. 1. p. 19-42.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares**: políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_aa74829cae17e012193d84ad89fd450e. Acesso em: 20 jan. 2020.

VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.8, n. 2. p. 126-143, , jul./dez. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mapeamento das redes de biblioteca escolar no Espírito Santo

E-mail enviado aos secretários de Educação e Sistemas de Ensino particulares

Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação,

Sou estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Estou desenvolvendo uma pesquisa científica sob a orientação da Profa. Dra. Gleice Pereira, que visa a mapear as redes de bibliotecas escolares no Estado do Espírito Santo bem como sua estrutura e atuação nos municípios capixabas.

Assim, gostaria de contar com sua colaboração respondendo às perguntas abaixo ou acessando o link do formulário.

Sua colaboração será imprescindível para o êxito da pesquisa e propiciará um balanço da situação das redes de bibliotecas escolares no Estado.

Contando com a colaboração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eliana Terra Barbosa
Bibliotecária CRB 657/6 ES-MG

Questionário – Secretarias de Educação ou Instituição Particular

1. Identificação do município ou instituição, nome e cargo de quem respondeu ao questionário.
2. Quantitativo de unidades de educação básica.
3. Quantitativo de bibliotecas.
4. Quantitativo de bibliotecários.
5. Quantitativo de outros profissionais que atuam nas bibliotecas (professores e outros)
6. Existe uma coordenação central das bibliotecas? Se sim, qual é o cargo do profissional?
7. Cite os principais projetos e atividades desenvolvidos pelas bibliotecas.
8. Há formação continuada/capacitação para os profissionais que atuam nas bibliotecas? Se sim, cite algumas temáticas abordadas.
9. Houve investimento nas bibliotecas no período de 2017 a 2020? Quais?
10. Existem projetos/atividades em comum, articulados e integrados entre as bibliotecas?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o secretário de Educação

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome completo

Cargo

Há quanto tempo está no cargo

IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO E DA REDE DE BE

Localidade

Quantitativo de unidades e bibliotecas

Quantitativo de bibliotecas

Quantitativo de bibliotecários

Quantitativo de outros profissionais que atuam nas bibliotecas e na sede da Secretaria de Educação (professores e outros)

TIPOLOGIA DA REDE

Tipo de governança

Âmbito de atuação

PLANEJAMENTO, FUNÇÕES E COMUNICAÇÃO DA REDE DE BE

Qual papel/funções da biblioteca escolar?

Há planejamento estratégico anual dos projetos/atividades a serem realizados?

A rede limita as ações do bibliotecário ou ele tem uma certa autonomia?

Destaque as funções do setor de BE.

Quais são as funções do bibliotecário? E do professor que atua como auxiliar de biblioteca?

Há formação continuada/capacitação para os profissionais que atuam nas bibliotecas? Se sim, cite algumas temáticas abordadas.

Quais meios são utilizados para comunicação interna e externa?

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FINANCEIRA DA REDE DE BIBLIOTECAS

Formalização da rede (documentos legais, organograma, coordenação central)

Normatização (software, política de desenvolvimento de coleções, regimento, processos técnicos e/ou informatizados)

Existe Planejamento Estratégico e Orçamentário para as BEs?

Houve investimento nas bibliotecas no período de 2017 a 2020? Quais?

Destaque os recursos físicos, tecnológicos e informacionais.

Registros de surgimento, história e memória da rede

FUNÇÃO EDUCATIVA E COLABORATIVA

As bibliotecas estão inseridas no PPP das escolas?

Os projetos e atividades desenvolvidos pelas bibliotecas estão integrados ao currículo da escola?

Existem projetos/atividades em comum, articulados e integrados entre as bibliotecas?

CONTROLE E AVALIAÇÃO

Existem instrumentos de avaliação de implementação do PME?

São realizadas avaliações periódicas dos produtos e serviços prestados e dos profissionais?

Quais ações são realizadas com os resultados dessas avaliações?

COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

APÊNDICE C – Questionário

Profissionais das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES

Prezado(a) bibliotecário(a) ou auxiliar de biblioteca

Sou estudante do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Estou desenvolvendo uma pesquisa científica sob a orientação da professora Dra. Gleice Pereira, que visa a analisar as redes de biblioteca escolar nas dimensões organizacional e pedagógica, observando como elas podem indicar o fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem.

Assim, gostaria de contar com sua colaboração, respondendo ao questionário no link abaixo. Sua colaboração será imprescindível para o êxito da pesquisa. Você não precisa se identificar para responder às questões, porém, caso queira, ao final terá um campo específico para tal.

Conto com sua colaboração e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eliana Terra Barbosa
Bibliotecária CRB 657/6 ES-MG

QUESTIONÁRIO

A) PERFIL

1 Faixa etária

- () De 20 a 29 anos
- () De 30 a 39 anos
- () De 40 a 49 anos
- () De 50 a 59 anos
- () Mais de 60 anos

2 Sexo

- () Feminino
- () Masculino

3 Nível de escolaridade

- () Graduação
- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado

4 Graduação

- Biblioteconomia
- Pedagogia
- Licenciatura. Qual : _____

5 Você tem buscado atualização para sua prática profissional?

- Sim
- Não

5.1 Se respondeu SIM, de que forma você tem buscado atualização para sua prática profissional? (pode marcar mais de uma resposta)

- Cursos de especialização
- Grupos de estudo temáticos
- Congressos, webinars, lives

6 Há quanto tempo atua em biblioteca escolar?

- Até 2 anos
- De 3 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

B) A BIBLIOTECA ESCOLAR**7 Qual público você atende na biblioteca (pode marcar mais de uma resposta):**

- Educação infantil
- Ensino fundamental – 1º ao 5º anos
- Ensino fundamental – 6º ao 9º anos
- EJA
- Professores, equipe pedagógica e demais servidores da escola
- Comunidade (ex-estudantes, pais, moradores do bairro)

8 Você participa das reuniões pedagógicas da escola quando são planejados e discutidos os projetos e atividades a serem realizados durante o ano?

- Sim
- Não
- Sim, mas só quando sou convocada.

9 Você utiliza o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola para nortear o trabalho desenvolvido na biblioteca?

- Sim
- Não

9.1 Se respondeu NÃO, comente sua resposta:

10 No desenvolvimento do trabalho da biblioteca, como classifica o nível de interação, colaboração e cooperação entre você, os professores e equipe pedagógica?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

Caso deseje, comente sua resposta:

11 Você realiza compartilhamento de experiências e de informações com colegas de outras bibliotecas?

- Sim
- Não

11.1 Se respondeu NÃO, comente sua resposta:

12 Você tem autonomia para planejamento e execução das ações da biblioteca?

- Sim
- Parcialmente
- Não

C) REDE DE BIBLIOTECA ESCOLAR DE VILA VELHA

13 Você executa os projetos e atividades previstos no planejamento estratégico da coordenação de bibliotecas da Semed?

- Sim, na íntegra
- Sim, mas adapto à realidade da escola
- Apenas alguns
- Não realizo nenhum projeto

14 Em sua opinião, a atuação conjunta dos projetos e atividades fortalece a rede de bibliotecas para alcance dos objetivos em comum?

- Sim
- Não
- Parcialmente

15 Como resultado do trabalho em nível de rede, qual a sua percepção (selecione todas as opções aplicáveis):

- Existe integração, colaboração e cooperação entre os profissionais que atuam nas bibliotecas
- Melhoría na organização e padronização do serviços e processamento técnico.
- Competição entre os profissionais que atuam nas bibliotecas.

- Há dificuldade na comunicação e diálogo.
- A coordenação das bibliotecas da Semed dá assessoria, suporte e apoio para execução dos projetos e atividades.
- Maior facilidade em alcançar os objetivos em comum.
- O trabalho em rede não influencia os resultados de minhas atividades.
- Não contribui para integração entre os profissionais que atuam nas bibliotecas.
- Há falhas na assessoria da coordenação de bibliotecas da Semed.

16 A comunicação e diálogo entre a coordenação da rede e você é:

- Satisfatória
- Insatisfatória

17 Como você classifica as temáticas abordadas nas Formações Continuidas que a Semed e a Coordenação de Bibliotecas promovem para sua atuação profissional (considerar os anos de 2019 e 2020)?

- Ótimas
- Boas
- Regulares
- Ruins

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **Redes de biblioteca escolar no Espírito Santo**: estudo de caso da rede de Vila Velha/ES, realizada pela Bacharel em Biblioteconomia e Mestranda em Ciência da Informação Eliana Terra Barbosa, sob orientação do professora Dra. Gleice Pereira, a ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo.

O objetivo geral deste estudo é analisar a formação e configuração das redes de BE no Estado do Espírito Santo em suas dimensões pedagógica e organizacional, assim como compreender de que forma essas redes podem indicar o fortalecimento e qualificação das bibliotecas como ambientes significativos de aprendizagem. Sua participação será respondendo a uma entrevista semiestruturada que tem como objetivo compreender o funcionamento da rede de BE pública municipal sob os aspectos pedagógicos e organizacionais.

Caso aceite participar da pesquisa, é importante saber que:

- a)** Não haverá remuneração financeira em qualquer espécie, salvo os casos em que ocorra alguma despesa decorrente da participação na pesquisa, em que haverá o ressarcimento. Além disso, a garantia ao direito de buscar indenização, caso sofra eventual dano decorrente da pesquisa, é obrigatória.
- b)** Será possível desistência de participação a qualquer momento.
- c)** As informações obtidas por esta pesquisa serão potencialmente divulgadas em periódicos e congressos com fins científicos.
- d)** A pesquisadora divulgará os resultados finais da pesquisa às participantes.
- e)** Este termo será redigido em duas vias e você receberá uma delas assinada e rubricada pela pesquisadora responsável.

Reconhecemos que a pesquisa pode apresentar benefícios, como contribuir para a área da Ciência da Informação, além de demonstrar visibilidade da BE e seu potencial fortalecido quando estruturado em rede.

Por meio da orientação, quanto ao teor aqui mencionado e compreendido, eu, _____, manifesto meu livre consentimento na participação da pesquisa intitulada **Redes de biblioteca escolar no Espírito Santo**: estudo de caso da rede de Vila Velha, da pesquisadora Eliana Terra Barbosa. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados e estar ciente de que a participação é voluntária.

Vitória (ES), ____ de _____ de 2020.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do orientador

ANEXO

ANEXO A – Resolução 4/2014 (arts. 45 a 50) do CME

Seção II Da Biblioteca Escolar

Art. 45. Em cada escola de ensino fundamental terá instalada uma biblioteca escolar com espaços para acervo, pesquisa e leitura.

Parágrafo único. Considera-se Biblioteca Escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinado a consulta, pesquisa, estudo ou leitura, incluindo tecnologias educacionais.

Art. 46. O espaço físico da Biblioteca Escolar deverá constar de assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma turma inteira, acessibilidade, além de usuários avulsos tendo de 50 a 100 metros quadrados atendendo, no nível básico.

Art. 47. A biblioteca será coordenada por bibliotecário habilitado e contará com acervo e equipamentos.

I - será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado cabendo ao sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo, bem como, divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares;

II - para o bom funcionamento das bibliotecas escolares serão necessários computadores, impressora, mobiliários adequados e ar condicionado para controle de temperatura e umidade a fim de preservar o acervo.

Art. 48. A Secretaria de Educação deverá manter em nível central um setor de Coordenação das Bibliotecas Escolares, providos de profissionais habilitados em biblioteconomia.

Art. 49. A biblioteca, entre outras prescrições exigidas para um bom atendimento, obedecerá às seguintes normas:

I - atendimento satisfatório a todos os turnos, todos os dias letivos;

II - uso do acervo orientado pelos professores e pelo bibliotecário;

III - facilidade de acesso aos livros, revistas ou outros materiais de interesse de estudo, pesquisa ou lazer;

IV - abertura ao acesso das famílias dos alunos e da comunidade, quando possível;

V - controle de acervo, frequência dos leitores e suas preferências.

Art. 50. O acervo provirá da própria instituição de ensino, da Secretaria Municipal de Educação, MEC e de doações dos alunos e de pessoas físicas ou jurídicas.